



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO – IFMA
CAMPUS SÃO JOÃO DOS PATOS
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO – DAP
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS - CLCC

EDITAL Nº 2/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2024

INSTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO – CAMPUS SÃO JOÃO DOS PATOS
(UASG: 158291)

Processo Administrativo nº 23249.039273.2024-12

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o(a) Instituto Federal do Maranhão - Campus São João dos Patos, por meio do(a) Coordenadoria de Licitações, Compras e Contratos - CLCC, sediado(a) Rua Padre Santiago, S/N, bairro Santiago, na cidade de São João dos Patos/MA, CEP 65665-000, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade Pregão Eletrônico, na forma Eletrônica, com critério de julgamento Menor Preço, [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do [Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Data da Sessão Pública: 23/12/2024

Hora Inicial: 09:00

Local: Portal de Compras do Governo Federal – <https://www.gov.br/compras/pt-br>

Critério de Julgamento: menor preço

Regime de Execução: Empreitada por Preço Global

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de apoio administrativo, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra e, também, fornecimento de todos os materiais e equipamentos necessários a execução do serviço, visando disponibilizar os postos de trabalho de Recepcionista, Porteiro, Jardineiro e Contínuo na unidade do Instituto Federal do Maranhão, Campus São João dos Patos (MA), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formado por 4 (quatro) itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO – IFMA
CAMPUS SÃO JOÃO DOS PATOS
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO – DAP
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS - CLCC

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123](#), de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.7.3. sociedades cooperativas;

3.7.4. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO – IFMA
CAMPUS SÃO JOÃO DOS PATOS
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO – DAP
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS - CLCC

3.7.5. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.6. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.7. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.8. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.9. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.10. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.11. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.12. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.8. O impedimento de que trata o item 3.7.7. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.5. e 3.7.6. poderão participar no apoio das



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO – IFMA
CAMPUS SÃO JOÃO DOS PATOS
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO – DAP
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS - CLCC

atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.11. O disposto nos itens 3.7.5. e 3.7.6. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

3.13. A vedação de que trata o item 3.7.12. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO – IFMA
CAMPUS SÃO JOÃO DOS PATOS
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO – DAP
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS - CLCC

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

4.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, ou empresa de pequeno porte.

4.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.6.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.6.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.6.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO – IFMA
CAMPUS SÃO JOÃO DOS PATOS
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO – DAP
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS - CLCC

4.6.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.6.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.6.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.6.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.6.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.6.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO – IFMA
CAMPUS SÃO JOÃO DOS PATOS
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO – DAP
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS - CLCC

4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11. possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário mensal do grupo expresso em Reais (R\$)

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO – IFMA
CAMPUS SÃO JOÃO DOS PATOS
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO – DAP
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS - CLCC

5.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

5.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5.13. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

5.14. Não serão aceitas propostas que prevejam valores de salário e auxílio-alimentação inferiores aos cotados pela Administração e constantes da Planilha de Custos e Formação de Preços referencial.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO – IFMA
CAMPUS SÃO JOÃO DOS PATOS
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO – DAP
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS - CLCC

5.14.1.A proposta deverá garantir o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente ou ainda o valor fixado pela Administração, na planilha de custos e formação de preços, o que for maior.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 50,00 (cinquenta reais)**.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto e fechado.

6.11. No modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO – IFMA
CAMPUS SÃO JOÃO DOS PATOS
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO – DAP
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS - CLCC

transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.11.3. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da IN SEGES/ME nº 73, de 2022, incluído pela IN SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

6.11.4. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.11.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei 14133/21.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO – IFMA
CAMPUS SÃO JOÃO DOS PATOS
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO – DAP
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS - CLCC

6.18.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro.

6.18.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

6.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos [§§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#). O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

6.19.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto n.º 8538, de 2015).

6.19.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

6.19.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.19.4. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.19.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO – IFMA
CAMPUS SÃO JOÃO DOS PATOS
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO – DAP
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS - CLCC

6.19.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.19.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada.

6.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.20.1.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.20.1.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.20.1.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.20.1.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.20.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.20.2.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.20.2.2 empresas brasileiras;

6.20.2.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.20.2.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO – IFMA
CAMPUS SÃO JOÃO DOS PATOS
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO – DAP
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS - CLCC

6.21. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência/Projeto Básico.

6.22.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.5. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.6. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.7. do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO – IFMA
CAMPUS SÃO JOÃO DOS PATOS
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO – DAP
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS - CLCC

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na [Lei nº 8.429, de 1992.](#) , também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#)).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

7.4.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.6. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:

7.6.1.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO – IFMA
CAMPUS SÃO JOÃO DOS PATOS
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO – DAP
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS - CLCC

Seq	Sindicato	Base Territorial
1	CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2024/2024 - SINDICATO DOS TRABALHAD. DE EMPRE. DE ASSEIO E CONSER. LIMP. PUB. EDIFI. COND. RES. COMER. MISTOS E LAVAND. DO EST. DO MA EXCETO O MUN. DE SAO LUIS, CNPJ n. 14.294.492/0001-80 - NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: MA000125/2024	Maranhão
2	CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2024/2024 - SINDICATO DOS VIGIAS, PORTEIROS E FISCAIS DO ESTADO DO MARANHÃO - SINDVIGIAS/MA, CNPJ n. 74.186.008/0001-20 - NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: MA000091/2024	Maranhão

7.6.1. O(s) sindicato(s) indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. contiver vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

7.7.3. apresentar preços inexecutáveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecutabilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexecutabilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO – IFMA
CAMPUS SÃO JOÃO DOS PATOS
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO – DAP
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS - CLCC

7.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

7.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação sem-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.11.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO – IFMA
CAMPUS SÃO JOÃO DOS PATOS
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO – DAP
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS - CLCC

7.11.3. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

7.11.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.11.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.14. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.17. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO – IFMA
CAMPUS SÃO JOÃO DOS PATOS
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO – DAP
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS - CLCC

7.18. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7.19. No caso de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, o licitante deverá entregar junto com sua proposta de preços, os seguintes documentos:

7.19.1. declaração informando o enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta;

7.19.2. cópia da carta ou registro sindical do sindicato a qual ele declara ser enquadrado, em razão do regramento do enquadramento sindical previsto na CLT ou por força de decisão judicial; e

7.19.3. declaração de que se responsabiliza nas situações de ocorrência de erro no enquadramento sindical, ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado ou no qual a empresa não tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria, que daí tenha resultado vantagem indevida na fase de julgamento das propostas, sujeitando a contratada às sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei 14.133/2021;

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO – IFMA
CAMPUS SÃO JOÃO DOS PATOS
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO – DAP
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS - CLCC

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10,00 %, (dez virgula zero) por cento. para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO – IFMA
CAMPUS SÃO JOÃO DOS PATOS
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO – DAP
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS - CLCC

8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

8.12. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

8.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

8.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.1.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO – IFMA
CAMPUS SÃO JOÃO DOS PATOS
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO – DAP
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS - CLCC

8.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da data de seu recebimento;

b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 2 (dois) dias úteis; ou

c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

9.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

9.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

9.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos [artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021](#) e reconhece os direitos da Administração previstos nos [artigos 137 a 139 da mesma Lei](#).

9.5. Os prazos dos itens 9.2. e 9.3. poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO – IFMA
CAMPUS SÃO JOÃO DOS PATOS
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO – DAP
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS - CLCC

9.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.7.1. A existência do registro do Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

10.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

10.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

10.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

10.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

10.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO – IFMA
CAMPUS SÃO JOÃO DOS PATOS
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO – DAP
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS - CLCC

11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

11.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

11.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

11.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

11.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

11.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

11.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

11.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

11.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

11.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

11.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

11.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

11.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO – IFMA
CAMPUS SÃO JOÃO DOS PATOS
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO – DAP
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS - CLCC

12. DOS RECURSOS

12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

12.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

12.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

12.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

12.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

12.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

12.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no
sítio eletrônico

https://suap.ifma.edu.br/processo_eletronico/visualizar_processo/2dc78781-417a-4e20-a040-162e8e405cfe/ e/ou <https://portal.ifma.edu.br/licitacoes/>



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO – IFMA
CAMPUS SÃO JOÃO DOS PATOS
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO – DAP
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS - CLCC

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

13.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/a durante o certame;

13.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

13.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

13.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

13.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

13.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

13.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

13.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

13.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

13.1.5. fraudar a licitação;

13.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

13.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

13.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

13.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

13.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

13.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO – IFMA
CAMPUS SÃO JOÃO DOS PATOS
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO – DAP
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS - CLCC

13.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

13.2.1. advertência;

13.2.2. multa;

13.2.3. impedimento de licitar e contratar e

13.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

13.3.2. as peculiaridades do caso concreto

13.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

13.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

13.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

13.4.1. Para as infrações previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, a multa será de 0.5% a 15% do valor do contrato licitado.

13.4.2. Para as infrações previstas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

13.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3,



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO – IFMA
CAMPUS SÃO JOÃO DOS PATOS
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO – DAP
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS - CLCC

quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo o qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

13.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 13.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

13.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO – IFMA
CAMPUS SÃO JOÃO DOS PATOS
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO – DAP
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS - CLCC

13.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

13.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

14.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: clcc.sjpatos@ifma.edu.br.

14.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

14.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO – IFMA
CAMPUS SÃO JOÃO DOS PATOS
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO – DAP
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS - CLCC

15.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

15.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://portal.ifma.edu.br/>

15.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

15.11.1. ANEXO I - Termo de Referência (TR)

15.11.1.1. Apêndice do Termo de Referência – Estudo Técnico Preliminar

15.11.1.1. Anexo A do Termo de Referência – Lista de Materiais e Uniformes

15.11.1.2. Anexo A do Termo de Referência – Instrumento de Medição de Resultados

15.11.2. ANEXO II – Minuta de Ata de Registro de Preços

15.11.3. ANEXO III - Minuta de Termo de Contrato

15.11.4. ANEXO IV - Modelo de Proposta de Preços

15.11.5. ANEXO V - Modelo de Planilha de Custos

15.11.6. ANEXO VI - Modelo de Declaração de Contratos Firmados

15.11.7. ANEXO VII - Minuta de Termo de Cooperação Técnica com Instituição Financeira

15.11.8. ANEXO VIII - Modelo de Autorização para a Utilização da Garantia e de Pagamento Direto

ANEXO IX - Termo de Conciliação Judicial



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO – IFMA
CAMPUS SÃO JOÃO DOS PATOS
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO – DAP
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS - CLCC

ANEXO X - Planilha de Custo e Formação de Preço

São João dos Patos, 6 de dezembro de 2024.

RENATO DARCIO NOLETO SILVA
Autoridade Competente

AGU - Advocacia Geral da União / CGU - Consultoria-Geral da União / Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Atualização: NOV/2024

Edital modelo para Pregão Eletrônico - Lei nº 14.133, de 2021.

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação. Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

Código de Identificação: 6d0dee1733150343645

Termo de Referência 18/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
18/2024	158291-INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS S. JOAO DOS PATOS	WANDERSON DE SOUZA SILVA	06/12/2024 09:03 (v 8.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra		23249.039273.2024-12

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de apoio administrativo, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra e, também, fornecimento de todos os materiais e equipamentos necessários a execução do serviço, visando disponibilizar os postos de trabalho de Recepcionista, Porteiro, Jardineiro e Contínuo na unidade do Instituto Federal do Maranhão, Campus São João dos Patos (MA), nos termos da tabela abaixo, conforme regras, condições e especificações estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos.

ITEM	CARGO/POSTO	CATSER	QUANTIDADE DE POSTOS	VALOR UNITÁRIO DO POSTO	VALOR MENSAL MÉDIO	QUANTIDADE DE MESES	VALOR GLOBAL DE REFERÊNCIA
1	Jardineiro	5380	1	R\$ 4.946,38	R\$ 4.946,38	24	R\$ 118.713,12
2	Recepcionista		1	R\$ 5.479,90	R\$ 5.479,90		R\$ 131.517,60
3	Porteiro		1	R\$ 4.899,06	R\$ 4.899,06		R\$ 117.577,44
4	Contínuo		1	R\$ 4.783,56	R\$ 4.783,56		R\$ 114.805,44
TOTAL				R\$ 20.108,90	R\$ 20.108,90		R\$ 482.613,60

LANÇAMENTO NA IRP/SIASG – LOTE 1

ITEM	CARGO/POSTO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE DE MESES	VALOR MENSAL MÉDIO ESTIMADO (R\$)	VALOR GLOBAL ESTIMADO (02 ANOS) (R\$)
1	Jardineiro	5380	Mês	24	R\$ 4.946,38	R\$ 118.713,12
2	Recepcionista				R\$ 5.479,90	R\$ 131.517,60
3	Porteiro				R\$ 4.899,06	R\$ 117.577,44
4	Contínuo				R\$ 4.783,56	R\$ 114.805,44
TOTAL					R\$ 20.108,90	R\$ 482.613,60

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de **24 (vinte e quatro) meses** contados da assinatura do Termo de Contrato, **prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.**

1.4. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que é essencial para a manutenção da atividade administrativa, decorrente de necessidade permanente, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar;

1.5. O Termo de Contrato, oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, Apêndice I deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme , conforme consta das informações básicas desse termo de referência.

I - ID PCA no PNCP: 10735145000194-0-000019/2024

II - Data de publicação no PNCP: 24/08/2023;

III - Id do item no PCA: 69;

IV - Classe/Grupo: 911 - Serviços Administrativos do Governo;

V - Identificador da futura contratação: 158291-13/2024.

2.3. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme consta das informações básicas desse termo de referência.

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, Apêndice I deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Requisitos Gerais

4.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

4.1.1. serviço continuado, com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva;

4.1.2. Como requisito necessário para o atendimento da necessidade, a empresa a ser contratada deverá atender aos critérios de seleção do fornecedor descritos neste Termo de Referência e outros que estejam previstos no Edital.

4.1.3. Por se tratar de serviços continuados, a duração inicial do contrato será de 12 (doze) meses e poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, por até 10 anos na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.1.4. Não há necessidade de transição gradual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, nem mesmo há necessidade de contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade da presente contratação. O ambiente da Contratante já se encontra adequado para que o serviço seja prestado de forma satisfatória, não havendo necessidade de modificações ou tomada de providências para que a solução a ser contratada surta seus efeitos.

4.1.5. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

4.1.6. A Contratada deverá atender a todos os normativos legais vinculados ao serviço.

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial;

4.2. A Contratada deverá zelar pelos critérios de sustentabilidade ambiental e orientar seus funcionários a adotarem práticas sustentáveis.

4.3. Os serviços deverão ser executados conforme as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, em especial as contidas no art. 6º da IN SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010 e no Decreto nº 7.746/2012, da Casa Civil, da Presidência da República, no que couber.

4.3. fornecer aos seus empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços;

4.4. orientar seus empregados para realizar os serviços procurando reduzir o consumo de energia elétrica, o consumo de água e a produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

4.5. observar as orientações do IFMA-Campus São João dos Patos quanto à correta separação dos resíduos recicláveis.

4.6. Este Termo de Referência está em conformidade com o Plano de Gestão de Logística Sustentável 2023 /2024.

4.7. Embora a contratação em si não acarrete impacto ambiental a empresa Contratada deverá, sempre que possível:

4.7.1. Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada.

4.7.2. Obedecer às normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do MTE.

4.7.3. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços e fiscalizar o uso, em especial pelo que consta da Norma Regulamentadora nº 6 do MTE.

4.7.4. Elaborar e implementar Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), de acordo com as Normas Regulamentadoras do MTE.

4.7.5. Elaborar e implementar Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), com o objetivo de promoção e preservação da saúde dos trabalhadores, de acordo com as Normas Regulamentadoras do MTE.

4.7.6. Assegurar, durante a vigência do contrato, capacitação a todos os trabalhadores em saúde e segurança no trabalho.

Subcontratação

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.4. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária terá prazo de um mês, contado da data de homologação da licitação, para sua apresentação, que deve ocorrer antes da assinatura do contrato.

4.5. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

4.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Vistoria

4.7. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços, entretanto, caso o licitante desejar realizar a vistoria no local de execução do contrato deverá seguir os seguintes passos:

4.8. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar, de forma facultativa, vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09h:00min às 12h:00min e das 14h:00min às 17h:00min, marcada previamente pelo telefone e-mail: clcc.sjpatos@ifma.edu.br.

4.9. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

4.9.1. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.10. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.11. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

Formulário de Informações Confidenciais

4.9. A CONTRATADA deverá apresentar formulário de identificação e dados pessoais/sociais, preenchido e assinado individualmente por todos os profissionais alocados para a prestação dos serviços, incluindo substitutos e preposto, nos moldes previstos pelo Departamento de Segurança do Banco Central, antes do início da vigência do contrato e sempre que houver apresentação de novos funcionários, ou ainda mediante solicitação do Banco Central.

4.10. O referido formulário não configura requisito para habilitação de empresas e não isenta a CONTRATADA da responsabilidade pela escolha e seleção de empregados idôneos, respeitando as diretrizes contratuais estabelecidas pelo CONTRATANTE.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: **05 (cinco) dias úteis** após a emissão da ordem de serviço;

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.1.2.1. A fiscalização do presente Contrato será exercida por servidor devidamente designado e nomeado pelo IFMA- Campus São João dos Patos através de portaria, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços e de tudo dará ciência à Administração, conforme a Lei n.º 14.133/2021.

5.1.2.2. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de culpa, dolo ou vícios redibitórios, não implicando em corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, com base na Lei n.º 14.133/2021.

5.1.2.3. Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:

5.1.2.3.1. Os serviços deverão ser prestados de segunda a sábado, em jornada específica de trabalho, com carga horária de 44 horas semanais e em conformidade com o horário de funcionamento do IFMA - Campus São João dos Patos, respeitando os limites legais da jornada de trabalho. Visto que a jornada de trabalho se dará em tempo integral, e não jornada de trabalho parcial, para a remuneração dos trabalhadores alocados na prestação dos serviços, deverão ser considerados os pisos normativos da categoria, conforme Convenção Coletiva de Trabalho adotada neste certame.

5.1.2.4. Os profissionais que darão assistência na prestação de serviço continuado de apoio administrativo, de acordo com a função, deverão atender aos requisitos mínimos exigidos a seguir:

A) Jardineiro (CBO 6220-10): Possuir, no mínimo, ensino fundamental completo. Preparar, conservar e limpar jardins, compreendendo: capina, corte, replantio, adubação periódica, irrigação, varredura, pulverização simples e polvilhamento. Preparar as sementes. Fazer a repicagem e o transplante das mudas, incluindo desmate, transporte e embalagem. Requisitar o material necessário ao trabalho

B) Porteiro (CBO 5174-15): Possuir, no mínimo, ensino fundamental completo. Zelar pela guarda do patrimônio e exercer a vigilância de fábricas, armazéns, residências, estacionamentos, edifícios e outros estabelecimentos, percorrendo-os sistematicamente e inspecionando suas dependências, para evitar incêndios, roubos, entrada de pessoas estranhas e outras anormalidades; controlam fluxo de pessoas, identificando, orientando e encaminhando-as para os lugares desejados; recebem hóspedes em hotéis; escoltam pessoas e mercadorias; fazem manutenções simples nos locais de trabalho. Atentar para posicionamento dos veículos no estacionamento; chamar segurança; contactar proprietários dos veículos irregularmente estacionados; atentar para posicionamento dos veículos no estacionamento; atender emergências; inspecionar hidrantes; inspecionar mídia de gravação de imagem de circuito fechado; irrigar jardim; ligar bomba de sucção; ligar gerador; solicitar reparos; trocar baterias do rádio transmissor;

C) Recepcionista (CBO 4221-05): Possuir, no mínimo, ensino fundamental completo. Recepciona clientes e visitantes de um estabelecimento, procurando identificá-los, averiguando suas pretensões, para prestar-lhes informações, marcar entrevistas, receber recados ou encaminhá-los a pessoas ou setores procurados. Atende o visitante ou cliente, indagando suas pretensões, para informá-lo conforme seus pedidos; atende chamadas telefônicas, manipulando telefones internos ou externos de disco ou botão, para prestar informações e anotar recados; registrar as visitas e os telefonemas atendidos, anotando 8 dados pessoais e comerciais do cliente ou visitante, para possibilitar o controle dos atendimentos diários. Pode executar outras tarefas de escritório de caráter limitado.

D) Contínuo (CBO 4122-05): Possuir, no mínimo, ensino médio completo. Curso profissionalizante na área. Competências pessoais: Presteza e cortesia no atendimento; Habilidade para realizar atividades de atendimento ao público; ter experiência na função; Descrição sumária: Coletar e entregar documentos, mensagens, encomendas, volumes e outros, internamente e externamente. Coletar assinaturas em documentos diversos de acordo com a necessidade da unidade. Auxiliar nos serviços simples de apoio administrativo tais como: atender telefone, operar máquinas simples de reprodução, anotar recados, abrir pastas e outros. Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional. Utilizar recursos de informática. Receber, orientar e encaminhar o público.

Local e Horários da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço da Sede do IFMA-Campus São João dos Patos localizado na:

Rua Padre Santiago, s/n, Bairro Santiago. CEP: 65665-000 – São João dos Patos, Maranhão.

5.3. Em caso de mudança de endereço da Sede do IFMA - Campus São João dos Patos, durante a vigência do contrato, o serviço da Contratada será prestado no novo endereço a ser indicado pela CONTRATANTE, sem prejuízo aos serviços prestados.

5.4. As cargas horárias, diárias, dos respectivos postos de serviços ficam convencionadas e descritas na forma da tabela a seguir:

Localidade	CBO	Cargo/Posto	Jornada Diária
IFMA-SJP	CBO 6220-10	Jardineiro	8h
	CBO 5174-15	Porteiro	8h
	CBO 4221-05	Recepcionista	8h
	CBO 4122-05	Contínuo	8h

5.4.1. Os serviços poderão ser prestados em horários diversos dependendo da necessidade do IFMA - Campus São João dos Patos e em conformidade com os limites e regras previstas na legislação trabalhista e correlatas.

5.5. O horário de início e término dos períodos de trabalho serão organizados e administrados pela CONTRATANTE, respeitando os limites previstos nas legislações que rege sobre o cargo e este certame;

5.5.1. Após definição dos horários, a Contratante informará os horários de trabalho à Contratada.

5.6. Caso o horário de expediente do IFMA - Campus São João dos Patos seja alterado por determinação legal ou imposição de circunstâncias supervenientes, deverá ser promovida adequação nos horários da prestação de serviços para atendimento da nova situação.

5.7. Não será permitida a realização de hora extra ou adicional noturno.

Rotinas a serem cumpridas

5.8. A execução dos serviços deverá ocorrer de forma presencial, e o modelo de jornada será definido a partir da percepção das características de cada cargo/setor e no interesse e organização do IFMA - Campus São João dos Patos.

5.9. O trabalho se limita às dependências da IFMA - Campus São João dos Patos.

5.10. A carga horária de trabalho estão especificadas no Item 5.4;

5.11. As atribuições e características dos cargos estão especificadas no Item 5.1.2.4.

5.12. A contratada deverá efetuar o pagamento de salário, aos prestadores, conforme o disposto no Parágrafo Primeiro do Artigo 459 do Decreto nº 5.452 (CLT), considerando o sábado como dia útil para a contagem do prazo. Bem como deverá creditar, aos prestadores, o Vale Transporte e Vale Alimentação, respectivamente, nos termos da Lei nº 7.418, de 1985 e Lei nº 14.442, de 2022, e por fim, conforme o Decreto nº 10.854, de 2021.

Programação de Férias

5.13. A licitante vencedora deverá apresentar cronograma de férias dos empregados, anualmente, ou sempre que solicitado pelo IFMA - Campus São João dos Patos, visando evitar prejuízo na continuidade dos serviços prestados.

5.14. A licitante deverá informar nome do substituto no prazo máximo de 72 (Setenta e duas) horas antes do titular tirar férias e o substituto assumir seu posto de serviço.

5.15. O substituto deverá se apresentar ao local devidamente fardado, identificado e treinado para executar as funções que lhe foram designadas.

Materiais a serem disponibilizados

5.16. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas, nos períodos previstos e qualidades estabelecidas no ANEXO A deste Termo de Referência promovendo sua substituição quando necessário:

5.16.1. Os valores para dimensionamento da proposta dos materiais e uniformes a serem fornecidos poderão ser verificados na planilha de custos

5.16.2 Os materiais previstos na planilha de custos deverão ser entregues a partir do início da prestação de serviço obedecendo o dimensionamento de prazo de entrega previsto na planilha de custos (Materiais).

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.17. A demanda do IFMA - Campus São João dos Patos tem como base as seguintes características:

5.17.1. Para a execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar profissionais pertencentes a categoria de ocupação, consoante a Classificação Brasileira de Ocupações - CBO, conforme a tabela abaixo:

Localidade	CBO	Cargo/Posto	Quantidade de Postos	Salário	CCT's de Referência
IFMA-SJP	CBO 6220-10	Jardineiro	1	R\$ 1.452,65	MA000125/2024
	CBO 5174-15	Porteiro	1	R\$ 1.455,87	MA000091/2024
	CBO 4221-05	Recepcionista	1	R\$ 1.709,16	MA000125/2024
	CBO 4122-05	Contínuo	1	R\$ 1.429,59	MA000125/2024

5.18. Os salários a constar na Planilha de Custos e Formação de Preços da Contratada, deve ser o indicado na tabela constante do subitem 5.6.1, e para os benefícios as CCT 's indicadas no subitem 5.6.1.

5.19. A composição do preço deverá ser demonstrada e provisionada na Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme redação da IN SEGES/MPDG nº 05/2017, modelo disponível no Anexo V do Edital.

5.20. Para a prestação dos serviços a Contratada utilizará, sob sua inteira responsabilidade e de acordo com as normas que regem a atividade, mão de obra devidamente treinada e qualificada.

5.21. Para fins de elaboração da proposta, as licitantes deverão tomar como referência as atribuições e qualificações para os cargos contidas nos subitens 5.1.2.4 (A, B, C e D) deste instrumento.

5.22. Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021) O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Uniformes

5.23. Os uniformes a serem fornecidos pela contratada a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

5.23.1. O uniforme deverá compreender as peças do vestuário previstas nas tabelas do ANEXO A.

5.23.2. conjuntos completos ao empregado no início da execução do contrato, devendo ser substituído 02 (dois) conjuntos completos de uniforme a cada 06 (seis) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, após comunicação escrita do contratante, sempre que não atendam às condições mínimas de apresentação;

5.23.3. As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os seguintes parâmetros mínimos:

5.23.3.1. 02 (dois) conjuntos completos de uniforme aos empregados no início da execução do contrato, devendo ser substituído a cada 6 (seis) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, após comunicação escrita da Contratante, sempre que não atendam às condições mínimas de apresentação;

5.24. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

5.25. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.25. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de execução contratual.

6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

6.8.1. A Contratada não poderá designar, formalmente, como preposto da empresa, um colaborador que prestará serviços nas dependências do IFMA - Campus São João dos Patos.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.12. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6.16. A fiscalização técnica dos contratos deve avaliar constantemente através do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos.

6.17. Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

6.18. O fiscal técnico do contrato deverá apresentar ao preposto da contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

6.19. O preposto deverá apor assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada.

6.20. A contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

6.21. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

6.22. É vedada a atribuição à contratada da avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços por ela realizada.

6.23. O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

6.24. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na Lei n. 14.133/2021. (IN05/17 - art. 62)

6.25. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso. (art. 47, §2º, IN05/2017)

6.26. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

6.26.1 Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

6.26.1.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

6.26.1.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

6.26.1.3. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

6.26.1.4. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

6.26.1.5. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

6.26.1.6. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia- Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

6.26.1.7. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

6.26.1.8. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida, conforme a Lei n.º 14.133/2021;

6.26.1.9. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

6.27. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.28. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.29. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

Fiscalização Administrativa

6.30. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.31. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.32. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

6.33. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

6.33.1. No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

6.33.1.1. no primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

6.33.1.1.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

6.33.1.1.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;

6.33.1.1.3. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e

6.33.1.2. entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (Sicaf):

6.33.1.2.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

6.33.1.2.2. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;

6.33.1.2.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

6.33.1.2.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

6.33.1.3. entrega, quando solicitado pelo Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:

6.33.1.3.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração contratante;

6.33.1.3.2. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte contratante;

6.33.1.3.3. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

6.33.1.3.4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e

6.33.1.3.5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

6.33.1.4. entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

6.33.1.5. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

6.33.1.6. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

6.33.1.7. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

6.33.1.8. exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

6.33.2. Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no item 6.33.1.1 acima deverão ser apresentados.

6.33.3. A Administração deverá analisar a documentação solicitada no item 6.33.1.4 acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

6.33.4. A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.

6.33.5. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.

6.33.6. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.

6.33.7. Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item..

6.33.8. No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Civis de Interesse Público (Oscip's) e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

6.33.9. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

6.33.10. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar à Receita Federal do Brasil (RFB).

6.33.11. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar ao Ministério do Trabalho.

6.33.12. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

6.33.13. A Administração contratante poderá conceder um prazo para que a contratada regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.

6.33.14. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

6.33.15. Não havendo quitação das obrigações por parte da Contratada no prazo de quinze dias, a Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

6.33.16. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

6.33.17. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a contratante e os empregados da Contratada.

6.33.18. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela Contratada, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

6.33.19. A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

6.33.20. A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

6.33.21. A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, cuja incidência se admite por força da Instrução Normativa Seges/Me nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.33.22. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

Gestor do Contrato

6.34. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.35. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.36. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.37. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.38. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.39. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.40. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto em documento Anexo para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.2.1. não produzir os resultados acordados,

7.2.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.4.1. O pagamento da fatura será efetuado mensalmente pela CONTRATANTE, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, contendo o detalhamento dos serviços executados no mês anterior, através de ordem bancária para crédito em banco, agência e conta corrente de sua titularidade, indicados pela CONTRATADA, conforme a Lei nº 14.133/2021;

7.4.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência;

Do recebimento

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.6. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022)

7.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.10. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal:

7.10.1 o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.10.2 o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

7.11. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.12. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.13. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.14. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.15. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.16. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.17. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.17.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.17.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.17.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.17.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.17.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.18. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.19. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.20. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.21. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.22. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.23. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.23.1. o prazo de validade;

7.23.2. a data da emissão;

7.23.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.23.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.23.5. o valor a pagar; e

7.23.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.24. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.25. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133 /2021.

7.26. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.27. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.28. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.29. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.30. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.31. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.32. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.33. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.34. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.35. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.35.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.36. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Conta-Depósito Vinculada

7.37. Para tratamento do risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS por parte do contratado, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017, aplicável por força do art. 1º da IN SEGES/ME nº 98, de 2022, são as estabelecidas neste Termo de Referência.

7.38. Na presente contratação, a conta-depósito vinculada é isenta de tarifas bancárias.

7.39. O futuro contratado deve autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

7.40. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

7.41. O contratado autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados à execução do contrato, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pelo contratante em conta-depósito vinculada específica,

em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, e que somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da IN SEGES/MP n. 05/2017.

7.42. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da contratação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

7.42.1 13º (décimo terceiro) salário;

7.42.2 Férias e um terço constitucional de férias;

7.42.3 Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e

7.42.4 Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

7.42.5 Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017.

7.43. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta contratação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

7.44. Os valores referentes às provisões mencionadas neste edital Termo de Referência que sejam retidos por meio da conta-depósito deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

7.45. O contratado poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

7.46. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

7.47. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

7.48. O contratado deverá apresentar ao contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

7.49. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL.

Regime de Execução

8.2. O regime de execução do contrato será Empreitada por Preço Global.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

- 8.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.17. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 8.20. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
- 8.21. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- 8.22. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;
- 8.22.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
 - 8.22.2. capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação;
 - 8.22.3. patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;
 - 8.22.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
 - 8.22.5. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- 8.23. Declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo deste termo de referência de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante, observados os seguintes requisitos:
- 8.24.1. a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e
 - 8.24.2. caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas.

8.25. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.26. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.27. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

8.27.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.28. Registro ou inscrição da empresa contratada no conselho profissional competente (se for o caso), em plena validade;

8.29. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

Qualificação Técnico-Operacional

8.30. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.31. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.31.1. Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 04 (quatro) anos na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os anos serem ininterruptos;

8.31.2. Comprovação que já executou contrato(s) com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados;

8.31.3. Comprovação que já executou contrato(s) com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados;

8.32. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017, aplicável por força da IN SEGES/ME nº 98/2022.

8.33. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

8.34. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

8.35. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

- 8.36. Declaração de que o licitante possui ou instalará escritório em local (cidade/município) previamente definido pela Administração, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do contrato.
- 8.37. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.
- 8.38. A apresentação de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitido, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 482.613,60

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 482.613,60 (Quatrocentos e oitenta e dois reais, seiscentos e treze reais e sessenta centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela.

ITEM	CARGO/POSTO	CATSER	QUANTIDADE DE POSTOS	VALOR UNITÁRIO DO POSTO	VALOR MENSAL MÉDIO	VALOR GLOBAL DE REFERÊNCIA (2 ANOS)
1	Jardineiro	5380	1,0	R\$ 4.946,38	R\$ 4.946,38	R\$ 118.713,12
2	Recepcionista		1,0	R\$ 5.479,90	R\$ 5.479,90	R\$ 131.517,60
3	Porteiro		1,0	R\$ 4.899,06	R\$ 4.899,06	R\$ 117.577,44
4	Contínuo		1,0	R\$ 4.783,56	R\$ 4.783,56	R\$ 114.805,44
TOTAL				R\$ 20.108,90	R\$ 20.108,90	R\$ 482.613,60

- 9.3. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.
- 9.4. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

- 9.4.1 em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.4.2 em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.4.3 serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.4.4 poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva deliberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

10.3. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I - Gestão/Unidade: 26408/158291

II - Fonte de Recursos: 1000000000

III - Plano Interno: L0000P01APN

IV - Programa de Trabalho: 231535

V - Elemento de Despesa: 339037

10.4. Não há necessidade de classificar o presente documento nos termos da Lei nº 12.527, de 2011, tendo em vista que este Termo de Referência não apresenta informações que necessitem de classificação especial, podendo seu conteúdo ser divulgado ao público sem nenhum risco à Administração, à segurança da sociedade ou do Estado.

10.5. O Estudo Técnico Preliminar integra este Termo de Referência como Apêndice I.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

DIEGO MARTINS VIEIRA RAMOS

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 06/12/2024 às 09:03:26.

EDSON DOS SANTOS SILVA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 06/12/2024 às 09:00:50.

WANDERSON DE SOUZA SILVA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 06/12/2024 às 08:55:00.

Estudo Técnico Preliminar 18/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 23249.039273.2024-12

2. Objeto da contratação

2.1 Trata-se de estudo preliminar para analisar a viabilidade técnica e econômica da contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Apoio Administrativo e Operacional, com fornecimento de mão de obra exclusiva, pelo prazo inicial de 12 meses, podendo ser aditivado no interesse das partes até o limite legal previsto na Lei nº 14.133/2021, visando atender à necessidade do IFMA - Campus São João dos Patos;

2.2 A deflagração do novo processo licitatório se dá em razão do encerramento do Contrato 02 /2024 vigente firmado com a empresa MAXTEC SERVIÇOS GERAIS E MANUTENÇÃO INDUSTRIAL LTDA. Visto que a contratada não aceitou o pedido de prorrogação contratual o que nos obrigou a iniciar nova contratação em regime de urgência para atender à necessidade dos serviços no âmbito deste Campus.

2.3 A contratação compreenderá além do fornecimento de mão-de-obra, EPIs, ferramentas e equipamentos necessários e adequados à execução dos serviços.

2.4 Código do CNAE da atividade empresarial: - **DIVISÃO: 78 SELEÇÃO, AGENCIAMENTO E LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA**

3. Referencial Legal

3.1 Os serviços a serem contratados deverão ser objeto de execução indireta e enquadrar-se nos pressupostos do Decreto n.º 9.507, de 21 de setembro de 2018, que dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das Sociedades de Economia Mista controladas pela União, assim como às disposições da Instrução Normativa n.º 5, de 25 de maio de 2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, pois referem-se à execução de atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares, relacionadas aos assuntos que constituem área de competência legal da instituição no cumprimento de sua missão institucional.

3.2 A elaboração do Estudo Técnico Preliminar considerou os seguintes normativos como referência legal e em respeito ao Princípio da Legalidade que lastreia as ações da Administração Pública:

3.2.1 Instrução Normativa Nº 05, de 26 de maio de 2017: dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional;

3.2.2 A Portaria nº 443 de 27 de dezembro de 2018 que estabelece os serviços que serão preferencialmente objeto de execução indireta, em atendimento ao disposto no art. 2º do Decreto nº 9.507 de 21 de setembro de 2018.

3.2.3 Instrução Normativa 07/2018 – Ministério do Planejamento e Gestão. (Altera a IN 05 /2017);

3.2.4 LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021 Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Bem como suas regulamentações.

3.2.5 Lei nº 9.632, de 7 de maio de 1998. (trata dos cargos extintos ou em extinção no âmbito da Administração Federal);

3.2.6 O Decreto nº 9.507 de 21 de setembro de 2018 dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

3.2.7 O Decreto nº 10.183 de 20 de dezembro de 2019 que altera o Decreto nº 9.507 de 21 de setembro de 2018.

3.2.8 Decreto 9.262 de 09 de janeiro de 2018. (extingue cargos efetivos vagos e que vierem a vagar dos quadros de pessoal da administração pública federal, e veda abertura de concurso público e provimento de vagas adicionais para os cargos que especifica.);

3.2.9 O Decreto nº 10.183 de 20 de dezembro de 2019 que altera o Decreto nº 9.507 de 21 de setembro de 2018.

3.2.10 Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999. Regulamenta o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal;

3.2.11 Portaria n.º 397, de 09 de outubro de 2002, que Aprova a Classificação Brasileira de Ocupações - CBO, para uso em todo território nacional e autoriza a sua publicação.

3.2.12 Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999.

3.2.13 Modelos da AGU de licitações e contratos. Serviços continuados com mão de obra;

3.2.14 Guia Nacional de Licitações Sustentáveis - Trata da sustentabilidade – ambiental, social e econômico;

3.2.15 Legislações Correlatas e demais exigências previstas no Edital e nos seus Anexos.

4. Descrição da necessidade

4.1 A contratação dos serviços de Apoio Administrativo Operacional, objeto do presente Estudo Técnico Preliminar, tem como meta atender as necessidades institucionais do IFMA - Campus São João dos Patos (IFMA-SJP), de forma contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando o funcionamento das atividades finalísticas da instituição.

4.2 A principal missão das atividades meio e apoio operacional é garantir a operacionalização integral das atividades finalísticas - atividades atreladas às funções de Estado - de forma contínua, eficiente, flexível, fácil, segura e confiável. Para atingir esse objetivo a Administração Pública vem buscando, de forma racional e persistente, obter melhor emprego de seus recursos visando atingir a eficácia e eficiência de suas ações e assim proporcionar melhores serviços à sociedade. Essa difícil missão, muitas vezes, torna-se impossível de ser cumprida a contento, em razão da falta de uma estrutura específica para execução de tarefas que, embora sejam consideradas auxiliares, são imprescindíveis para o funcionamento das organizações, como é o caso dos serviços terceirizados que se pretende licitar.

4.3 Buscando sempre a prática dos princípios da eficiência e efetividade, quando se tenta alcançar a alta produtividade, agilidade, qualidade, segurança e máxima perfeição do trabalho, as adequações dos atuais serviços são as metas visadas pela administração das atividades meio e apoio operacional, o que não seria possível sem a contratação de serviços especializados terceirizados.

4.4 Sendo assim, a terceirização dos referidos serviços tem sido o meio mais adequado para o atingimento das metas desejadas, pois, busca-se desta forma o atendimento dos princípios da economicidade e eficiência, bem como, um elevado padrão na satisfação do interesse público.

4.5 A Lei n.º 9.632, de 07 de maio de 1998, extinguiu vários cargos vagos, integrantes da estrutura dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, bem como os cargos ocupados quando ocorrer a sua vacância. Assim, o referido Decreto determina em seu art. 3º, § 1º que:

§ 1º Os serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios de que tratam os incisos do caput poderão ser executados de forma indireta, vedada a transferência de responsabilidade para a realização de atos administrativos ou a tomada de decisão para o contratado.

4.6 Essa contratação, de fundamental importância, visa assegurar a conservação do atendimento dos serviços já prestados no âmbito da instituição, e adquirir mão de obra especializada que não consta e é indisponível ao quadro de servidores da instituição, suprimindo as atividades dos cargos extintos ou em extinção e garantindo a continuidade do funcionamento administrativo a ser executado nas dependências das unidades administrativas e acadêmicas do IFMA-SJP. Tal contratação está amparada também pelo Decreto nº 9.262, de 09 de janeiro de 2018, que

extingue cargos efetivos vagos e que vierem a vagar dos quadros de pessoal da administração pública federal, e veda abertura de concurso público e provimento de vagas adicionais para os cargos que especifica.

4.7 Considerado o escopo do presente estudo e as informações apresentadas pela unidade técnica requisitante e demais unidades do IFMA-SJP e, tendo em vista a importância dos serviços a serem contratados para o funcionamento da rotina do Campus, será realizada licitação para contratação de serviços de apoio administrativo e operacional, com utilização do Sistema de Registro de Preços, prevendo os seguintes cargos a serem alocados na sua execução dos serviços:

- Jardineiro (Classificação CBO 6220-10)
- Porteiro (Classificação CBO 5174-10)
- Recepcionista (Classificação CBO 4221-05)
- Contínuo (Classificação CBO 4122-05)

5. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Diretoria de Administração e Planejamento	Cicero Jose Silvestre

6. Descrição dos Requisitos da Contratação

6.1. São requisitos essenciais à prestação dos serviços objeto da presente contratação:

6.1.1. Para a execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar profissionais com formação, habilidades e conhecimentos mínimos previstos na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO e nas Convenções Coletivas de Trabalho, respectivamente.

6.1.2. Os serviços deverão ser executados com a utilização de técnicas e rotinas adequadas, e em estrita concordância e obediência às normas técnicas vigentes, em especial as normativas do Ministério do Trabalho.

6.1.3. Os serviços objeto do presente certame serão executados diariamente, em horários estabelecidos de acordo com a conveniência administrativa da Instituição, bem como a legislação trabalhista e a convenção coletiva da categoria.

6.1.4 Os funcionários deverão estar uniformizados e identificados com crachás de identificação, devendo a prestadora de serviços a ser contratada ser responsável pelo fornecimento de todos os itens nas quantidades necessárias à perfeita execução dos serviços.

6.1.5 A empresa contratada deve designar formalmente um preposto junto ao IFMA, antes do início das prestações de serviços e mantê-lo durante o período de vigência do contrato, para representá-la formalmente.

6.1.6. Os horários da prestação de serviço poderão sofrer alterações, de acordo com as necessidades do IFMA-SJP, sendo respeitado o intervalo interjornada e intrajornada, desde que não ocorra acréscimo sobre a jornada de trabalho.

6.1.7. Além do atendimento aos requisitos de regularidades jurídica, fiscal, trabalhista e previdenciária e da qualificação econômico-financeira necessárias à contratação com a

Administração Pública federal, a empresa a ser contratada deverá comprovar, ainda, qualificação técnica para o atendimento da necessidade da Contratante;

6.1.8. São requisitos de qualificação técnica:

6.1.8.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por período não inferior a 3 (três) anos, mediante a apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado;

6.1.8.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

6.1.8.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n.º 5/2017;

6.1.8.4. Para a comprovação da experiência mínima de 3 (três) anos, será aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os três anos serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n.º 5/2017;

6.1.8.5. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n.º 5/2017;

6.1.8.6. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n.º 5/2017;

6.1.8.7. Quando o número de postos de trabalho a ser contratado for igual ou inferior a 40 (quarenta), o licitante deverá comprovar que tenha executado contrato(s) em número de postos equivalentes ao da contratação, conforme exigido na alínea c2 do item 10.6 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n.º 5/2017;

6.1.8.8. Para a comprovação do número mínimo de postos exigido, será aceito o somatório de atestados que comprovem que o licitante gerencia ou gerenciou serviços de terceirização compatíveis com o objeto licitado por período não inferior a 3 (três) anos, nos termos do item 10.7 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n.º 5/2017.

6.2. Da justificativa acerca da natureza continuada do serviço:

6.2.1. Os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam a atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.

6.2.2. A contratação dos serviços em tela tem natureza continuada por serem necessários ao atendimento das necessidades institucionais, de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando o funcionamento das atividades finalísticas da instituição.

6.2.3. O tipo de serviço objeto deste estudo é caracterizado como COMUM, em razão da natureza do mesmo, o qual é facilmente delimitado, sendo oferecido por diversas empresas no mercado. Foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas ao sistema do Portal de Compras do Governo Federal, com o objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração.

6.2.4. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto n.º 9.507, de 21 de setembro de 2018, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

6.2.5. Ressalta-se que a prestação do serviço aqui estudado não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

6.3. Duração inicial do contrato de prestação de serviços de natureza continuada:

6.3.1. A vigência inicial do contrato será de **24 (vinte e quatro) meses**, podendo ter a sua duração prorrogada **por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021**, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, e desde que haja autorização formal da autoridade competente e seja observado o disposto no Anexo IX da IN SEGES/MP n.º 05/2017, atentando, em especial, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

6.3.1.1. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

6.3.1.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

6.3.1.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

6.3.1.4. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

6.3.1.5. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

6.3.1.6. Seja comprovado que a contratada mantém as condições iniciais de habilitação.

6.3.2. A CONTRATADA não terá direito subjetivo à prorrogação contratual.

6.4. Quanto à necessidade da contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas:

6.4.1. Pelas características dos serviços a serem empregados, onde não há transferência de conhecimento, tecnologia ou técnicas empregadas, não haverá necessidade da Contratada promover transição contratual.

7. Levantamento de Mercado

7.1 Em relação ao levantamento de mercado, com base nos requisitos definidos, buscou-se identificar as soluções existentes no mercado, de modo a alcançar os resultados pretendidos e atender à necessidade da contratação, com os respectivos preços estimados, levando-se em conta aspectos de economicidade, eficácia, eficiência e padronização.

7.2 Sob a prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções que atendam aos requisitos específicos, foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da administração; Cabe destacar que para os serviços que compõem o objeto desta contratação, há larga escala de contratação pela Administração Pública em todas as esferas;

7.3 No caso da contratação pretendida, consistindo basicamente na alocação pela empresa contratada de empregados para a execução dos serviços, ressalta-se que os mesmos não possuem exigências ou especialidades complexas que dificultem os fornecedores recrutarem e contratarem as pessoas que irão desenvolver as atividades, ressaltando que a solução apresentada e descrita no item seguinte é a forma usual e já sedimentada nos órgãos e entidades.

7.4 Considerando a natureza dos serviços, bem como em pesquisa às contratações realizadas por outros órgãos públicos, conforme tabela abaixo, verificamos que a contratação por posto de trabalho é a solução que com maior frequência é adotada, correspondendo a que melhor atende às necessidades do Instituto Federal do Maranhão - IFMA, Campus São João dos Patos.

7.5 A licitação por Pregão Eletrônico é o mais viável para este objeto, e a modalidade mais utilizada por diversos órgãos da Administração Federal e por outros entes. Dentre os benefícios, este modelo de licitação contempla princípios da publicidade e eficiência, essenciais para o certame. Entre projetos de licitações do tipo, podemos elencar a seguir abaixo alguns dos processos mais recentes realizados e com contratações vigentes e ou em andamento:

UASG Licitação	Nº da Licitação	Órgão
170116	90009/2024 (PREGÃO)	SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL/RJ
158473	90012/2024 (PREGÃO)	INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA/CAMPUS PICUI
155914	90040/2024 (PREGÃO)	EBSERH HOSPITAL UNIVERSITÁRIO ALCIDES CARNEIRO - PB
158279	90003/2024 (PREGÃO)	INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA/CAMPUS SOUZA
925129	90032/2024 (PREGÃO)	MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO/PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

8. Descrição da solução como um todo

8.1 A solução compreende a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Apoio Administrativo e Operacional de forma contínua e com dedicação exclusiva de mão de obra, para fins de atendimento às necessidades institucionais do Instituto Federal do Maranhão - IFMA, Campus São João dos Patos.

8.2 Os serviços deverão ser executados por profissionais especializados e capacitados. As categorias profissionais que serão empregadas nos serviços, dentro da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), serão:

OCUPAÇÃO	CÓDIGO - CBO
Jardineiro	6220-10
Porteiro	5174-15
Recepcionista	4221-05
Contínuo	4122-05

8.3 Os serviços seguirão as disposições previstas no Termo de Referência, no Código Brasileiro de Ocupações – CBO de cada função e eventuais serviços adicionais contemplados na rotina de execução dos serviços, devendo a Contratada adaptar os contratos de trabalho e a remuneração, se for o caso, de seus empregados, bem como respeitar a Convenção Coletiva de Trabalho – CCT, dos postos descritos na contratação.

8.4 A comprovação de que a contratação produz os resultados pretendidos pela Administração, será constatada através do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), dos relatórios da fiscalização do contrato e do acompanhamento da execução no próprio local.

8.5 Todas as funções necessárias à prestação dos serviços elencados neste instrumento são englobadas nas Convenções Coletivas de Trabalho a seguir:

FUNÇÕES	ANO	INSTITUIÇÃO	CCT
Jardineiro	CCT - 2024	SEAC-MA	MA000125/2024
Porteiro	CCT - 2022	SEAC - SINDVIGIAS /MA	MA000091/2024
Recepcionista	CCT - 2024	SEAC-MA	MA000125/2024
Contínuo	CCT - 2024	SEAC-MA	MA000125/2024

8.6 Os horários de prestação dos serviços serão estabelecidos de acordo com a necessidade da Contratante, respeitando-se a jornada de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, conforme o caso. A realização de horas excedentes só ocorrerá se houver interesse da Contratante e somente será permitida caso exista, por força do acordo ou convenção coletiva da categoria, a previsão de que o excesso de horas em um dia possa ser compensado pela correspondente diminuição em outro dia, sem que haja acréscimo de salário, na forma e limites estabelecidos pelo art. 59, §2º da CLT, de maneira que em nenhuma hipótese será pago adicional de hora extra.

8.7 O rol de tarefas, requisitos e especificações dos profissionais a serem contratados estão previstos no **ANEXO 1**, sendo considerados apenas como exemplificativo, podendo ser exigidas outras atividades não constantes nele, em razão de necessidade e de adequação dos serviços, para que estes atendam a contento a demanda existente.

8.8 A execução dos serviços deverá ocorrer nas dependências dos órgãos e entidades contratantes, sob orientação técnica de seus servidores, observadas as exigências e obrigações estabelecidas no Termo de Referência, especialmente as referentes ao cumprimento dos requisitos exigidos, jornada e horários de trabalho, acesso a sistemas informatizados, normas e regras da instituição.

8.9 Materiais a serem disponibilizados:

8.9.1 Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, fardamentos e EPI's necessários, nas quantidades estimadas e qualidades devidamente estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

8.9.2 A relação de materiais, fardamentos e EPI's necessários, nas quantidades estimadas e qualidades mínimas aceitáveis, a serem fornecidos e disponibilizados pela Contratada encontrar-se-á no **ANEXO 2**.

8.9.3 Os quantitativos de materiais constantes são meramente estimados e foram informados com o intuito de auxiliar as proponentes, no momento de elaboração de suas propostas, na formação dos custos.

8.9.4 Os quantitativos de EPIs são estimados e podem ser necessário o uso de EPI não incluído na estimativa de custos, bem como a substituição dos itens em virtude de desgaste, devido à eventualidade com que os serviços serão efetuados. A Contratada deverá possuir os meios para a disponibilização destes. Todos os equipamentos fornecidos deverão possuir Certificado de Aprovação – CA – do Ministério do Trabalho e Emprego e atender a Norma Regulamentadora nº 6 (NR-06).

8.9.5 Durante a execução dos serviços, por terem sido estimados, os quantitativos poderão variar para mais ou para menos, de maneira que a Contratada deverá fornecer os quantitativos necessários à perfeita execução dos serviços, devendo a Contratante arcar inteiramente com os custos no caso de necessidade de quantitativos maiores que os estimados.

8.9.6 Quando da entrega dos materiais, será verificado se foi utilizado todo o quantitativo entregue no mês, trimestre ou ano anterior. Caso haja materiais não utilizados, será feita a reposição apenas do quantitativo que faltar para o estimado, a fim de evitar desperdícios com o

acúmulo de materiais desnecessários, bem como haver uma compensação para quando houver necessidade de quantitativos maiores que o estimado. Os custos dos itens que não houver necessidade de reposição deverão ser glosados do Faturamento.

8.9.7 A entrega dos materiais, fardamentos e EPI’s obedecerá a programação a ser previamente estabelecida com a Fiscalização do Contrato, devendo a Contratada responsabilizar-se pelo transporte, entrega, recebimento, controle de estoque, distribuição e instalação em todos os locais de execução dos serviços, cabendo à Contratante realizar o devido acompanhamento.

8.9.8 Os materiais, fardamentos e EPI’s fornecidos pela Contratada deverão ser de primeira qualidade, licenciados e aprovados, quando exigido pela legislação pertinente, pelos órgãos competentes para tal, de maneira a não prejudicar a execução dos serviços ora contratados.

8.9.9 Sobre Conta-Depósito Vinculada

8.9.9.1 Para esta contratação, será adotado o modelo de conta depósito vinculada para mitigar os riscos com descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS por parte do contratado.

8.9.9.2 Para tratamento do risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS por parte do contratado, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017, aplicável por força do art. 1º da IN SEGES /ME nº 98, de 2022, serão as estabelecidas em tópico específico do Termo de Referência.

9. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

9.1 Estimativa das quantidades

A quantidade e requisitos dos postos de serviços foram definidos com base nas necessidades do IFMA - Campus São João dos Patos. A estimativa teve como base o Contrato nº 02/2024, que trata dos serviços de apoio administrativo e operacional vigente no IFMA - Campus São João dos Patos. As quantidades previstas estão em linha com os cargos contratados e atendem as necessidades deste campus.

Dessa forma, segue quantitativo de postos e estimados a serem contratados para o IFMA-SJP.

CAMPUS /CARGOS	JARDINEIRO	PORTEIRO	RECEPCIONISTA	CONTÍNUO
SÃO JOÃO DOS PATOS	1	1	1	1

10. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 482.613,60

10.1 Para a estimativa dos preços referenciais da contratação, foi utilizada como parâmetros as disposições contidas na INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 65, DE 7 DE JULHO DE 2021.

10.2 Por tratar-se de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, o custo estimado da contratação contemplará o valor máximo global e mensal estabelecido em decorrência da identificação dos elementos que compõem o preço dos serviços, observando o disposto no subitem 2.9. - Estimativa de preços e preços referenciais, Anexo V da Instrução Normativa SEGES/MPDG n.º 05/2017, isto é, por meio do preenchimento da planilha de custos e formação de preços, utilizando-se a metodologia constante dos cadernos técnicos do MPOG.

10.3 Assim, os valores referentes aos custos de mão de obra foram obtidos por meio das memórias de cálculos constantes nos referidos cadernos, tomando por base os valores e obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais, assim como as contidas nas convenções coletivas das categorias envolvidas na presente contratação, quais sejam:

Convenção Coletiva de Trabalho - MA000125/2024

Convenção Coletiva de Trabalho - MA000091/2024

10.4 Quanto aos custos decorrentes do mercado (uniformes, materiais e equipamentos de proteção individual) foram obtidos por meio de pesquisa de mercado, usual, utilizando-se os parâmetros contidos na INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 65, DE 7 DE JULHO DE 2021.

10.5 Para estabelecer o Valor Estimado da contratação foram produzidas planilhas de custos e formação de preços e complementares para atendimento dos 3 cargos (Jardineiro, Porteiro e Recepcionista). Todas as memórias de cálculos utilizados para a elaboração das planilhas de custos e formação de preços encontram-se compulsado aos autos do presente processo.

10.6 Logo, diante de todo o exposto, entendemos que a fase interna decorrente da etapa de levantamento de preços encontra-se em conformidade com os postulados normativos, e que os preços referenciais para fazer frente a presente contratação estão consubstanciados em orçamento detalhado em planilhas que expressam a composição de todos os custos unitários, baseadas em valores de mercado nos moldes da INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 65, DE 7 DE JULHO DE 2021, para os custos que não possuem valores estabelecidos na legislação vigente.

10.7 O valor estimativo global anual da demanda é de **R\$ 482.613,60 (Quatrocentos e oitenta e dois reais, seiscentos e treze reais e sessenta centavos)** conforme resumo de custos a seguir:

ITEM	CARGO/POSTO	CATSER	QUANTIDADE DE POSTOS	VALOR UNITÁRIO DO POSTO	VALOR MENSAL MÉDIO	QUANTIDADE DE MESES	VALOR GLOBAL DE REFERÊNCIA
1	Jardineiro		1	R\$ 4.946,38	R\$ 4.946,38		R\$ 118.713,12
2	Recepcionista		1	R\$ 5.479,90	R\$ 5.479,90		R\$ 131.517,60

		5380					
3	Porteiro		1	R\$ 4.899,06	R\$ 4.899,06	24	R\$ 117.577,44
4	Contínuo		1	R\$ 4.783,56	R\$ 4.783,56		R\$ 114.805,44
TOTAL				R\$ 20.108,90	R\$ 20.108,90		R\$ 482.613,60

11. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

11.1 O parcelamento da solução é desejável e deve ser realizada quando demonstrada sua vantajosidade, conforme previsto no § 2º Lei nº 14.133/2021. Mas não deve ser adotado o parcelamento conforme o § 3º da mesma lei. Para esta contratação adota-se o último caso, por considerar inviável o parcelamento da demanda a ser licitada, haja vista que trata-se de contratação de mão de obra para 3 cargos (Jardineiro, Porteiro, Recepcionista e Contínuo) a serem lotados no campus São João dos Patos.

11.2 O objeto licitado forma um conjunto unitário, resguardada as suas especificidades. Além disso, é comum nesse setor de prestação de serviço, as atividades serem executadas por uma única empresa contratada, pois os serviços e materiais embarcados no processo estão intrinsecamente ligados, sendo que o desmembramento destes serviços e materiais poderia trazer grande dificuldade a prestação dos serviços, e causar a dessincronização na execução e a Gestão Contratual.

11.3 Neste caso, sugere-se que não haja o parcelamento da contratação por considerar tecnicamente inviável – ou seja, quando houver risco de desnaturar o bem licitado, no caso o serviço de apoio administrativo operacional exclusivamente para o IFMA - Campus São João dos Patos.

12. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

12.1 Destaca-se que não se faz necessária a realização de contratações correlatas e ou interdependentes ao objeto pretendido, nem há pretensão de realizar contratações futuras para que o objetivo desta contratação seja atingido, razão pela qual este item não será considerado no planejamento.

13. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

13.1 O planejamento do IFMA, que se encontra ancorado em dezessete objetivos estratégicos, balanceado em quatro perspectivas, foi elaborado considerando os princípios fundamentais do planejamento:

- Foco nos objetivos organizacionais;
- Princípio da precedência;

- Princípio da maior penetração e abrangência;
- Princípio da eficiência, eficácia e efetividade.

13.2 De acordo com este último princípio, o planejamento procura maximizar os resultados e minimizar as deficiências, proporcionando à organização eficiência (fazer corretamente o que for planejado), eficácia (planejar para fazer as coisas certas) e efetividade (obter os melhores resultados ao custo mais baixo possível).

13.3 Desta forma, o Mapa Estratégico do IFMA traz na perspectiva dos processos internos e da infraestrutura, os objetivos que buscam eficiência operacional e a adequação e consolidação da infraestrutura, que será alcançada com a contratação de Serviços de Apoio Administrativo, tendo em vista que dará apoio à atividade meio para atingir os objetivos da Instituição.

13.4 O Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI (2019-2023), por sua vez, em seu item 4.3.5, apresenta os objetivos estratégicos do IFMA, destacando, dentre outros, aqueles que se encontram alinhados com o objeto do presente estudo:

- OTIMIZAR A APLICAÇÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E CAPTAR RECURSOS EXTERNOS.
- ADEQUAR E CONSOLIDAR A INFRAESTRUTURA ACADÊMICA, ADMINISTRATIVA E TECNOLÓGICA.

13.5 Logo, os serviços, objeto do presente Estudo Técnico Preliminar, se encontram alinhados e articulados aos objetivos estratégicos definidos no Planejamento Estratégico do IFMA, conforme destaca-se do Mapa Estratégico, abaixo:



13.6 Por fim, ratifica-se que a presente demanda decorre de fato previsível, e há a comprovação da previsão no Plano Anual de Contratações 2024, consignado no relatório extraído do sistema PNCP que seguirá anexo aos autos do processo administrativo.

14. Benefícios a serem alcançados com a contratação

14.1 Com a presente contratação a instituição almeja alcançar, sob os aspectos da economicidade, eficácia, eficiência e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais, e financeiros disponíveis, inclusive do ponto de vista da sustentabilidade ambiental, os seguintes benefícios:

- Padronização das descrições, requisitos e valores dos cargos, assim como dos parâmetros de gestão e fiscalização contratual;
- Economia no valor da contratação em função do ganho de escala da contratação centralizada;
- Eficiência com a redução do custo administrativo em função da redução da fragmentação de processos licitatórios;
- Aumento na eficiência operacional quanto à celeridade e produtividade na execução das atividades administrativas;
- Maximização dos resultados da governança administrativa;
- Favorecimento da qualidade de vida saúde e segurança do quadro de colaboradores;
- Aumento de credibilidade para a instituição entre os servidores, discentes, colaboradores terceirizados; etc.

14.2 Desta forma, a instituição poderá cumprir seu dever institucional, com eficiência e eficácia, oferecendo à sociedade um serviço de qualidade reconhecida, com o melhor aproveitamento possível dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive, observando-se as políticas de responsabilidade ambiental adotadas por este Órgão.

15. Providências a serem Adotadas

15.1. Considerar a necessidade de capacitação de servidores para atuarem na gestão e fiscalização dos serviços de acordo com as especificidades do objeto a ser contratado.

15.2. Realizar o controle para que a empresa realize o saneamento de informações com os colaboradores para informações sobre o trabalho

16. Possíveis Impactos Ambientais

16.1. Os serviços a serem contratados e objeto do presente ETP não geram impactos ambientais relevantes que possam ser objeto deste ETP.

17. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

17.1. Justificativa da Viabilidade

De acordo com os resultados dos estudos preliminares apresentados, a Comissão DECLARA a viabilidade técnica e econômica para a realizar a licitação e efetivar a contratação, após a adequação do Termo de Referência e Edital ao presente estudo.

18. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

EDSON DOS SANTOS SILVA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 04/12/2024 às 12:16:14.

DIEGO MARTINS VIEIRA RAMOS

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 04/12/2024 às 12:17:06.

WANDERSON DE SOUZA SILVA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 04/12/2024 às 12:15:02.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ANEXO 1 – TAREFAS, REQUISITOS E ESPECIFICAÇÕES DOS CARGOS.pdf (72.19 KB)
- Anexo II - ANEXO 2 - MATERIAIS, FARDAMENTOS E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL.pdf (62.89 KB)
- Anexo III - ANEXO 3 – ALÍQUOTA DE ISS DE SÃO JOÃO DOS PATOS..pdf (40.18 KB)
- Anexo IV - ANEXO 4 - PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇOS.pdf (1.13 MB)
- Anexo V - CCT - MA000091 2024.pdf (249.47 KB)
- Anexo VI - CCT - MA000125 2024.pdf (222.44 KB)

ANEXO 1 – TAREFAS, REQUISITOS E ESPECIFICAÇÕES DOS CARGOS**QUADRO 1 – Serviço de Apoio Administrativo – Cargo: Jardineiro**

Código CBO	6220-10	
Atribuições	<p>Retirar toda a terra e outras sobras dos jardins, porventura deixadas nos gramados e calçadas, quando da execução dos serviços e varrição posterior das calçadas;</p> <p>Revolver o material das composteiras no prazo máximo de 15 em 15 dias;</p> <p>Limpar as áreas ajardinadas, retirando toda espécie de lixo;</p> <p>Produzir mudas e manter horta de plantas medicinais;</p> <p>Recolher e armazenar aparas do jardim (folhas caducas, corte de grama, poda de árvores e arbustos) em local apropriado para compostagem;</p> <p>Roçar o mato, quando necessário, e destinar adequadamente as aparas produzidas;</p> <p>Relatar ao preposto local os problemas observados no jardim;</p> <p>Apresentar à unidade responsável pela fiscalização, mensalmente, relatórios dos serviços programados e realizados nos jardins;</p> <p>Informar ao preposto a existência de plantas porventura atacadas por pragas e doenças nos jardins;</p> <p>Acatar as orientações do preposto responsável pelo contrato;</p> <p>Levantar os materiais a serem utilizados nos diversos serviços providenciando os itens faltantes, de forma a evitar atrasos e interrupções nos serviços;</p> <p>Zelar pela conservação, limpeza e estado de operação dos instrumentos, equipamentos e locais de trabalho, observando a necessidade de utilização de dispositivos especiais e outros equipamentos relativos ao asseio e ao controle do processo;</p> <p>Zelar pela segurança individual e coletiva, utilizando equipamentos de proteção apropriados, quando da execução dos serviços;</p> <p>Executar tratamento e descarte de resíduos provenientes do seu local de trabalho;</p>	
Requisitos	Jornada de trabalho	44 horas
	Grau de Instrução	Ensino Fundamental completo

	Experiência	Sem Exigência Mínima
--	-------------	----------------------

QUADRO 2 – Serviço de Apoio Administrativo – Cargo: Recepcionista

Código CBO	4221-05	
Atribuições	<p>Recepcionar clientes e visitantes, disponibilizando as informações solicitadas identificando necessidades e encaminhamento aos setores / pessoas relacionadas;</p> <p>Efetuar atendimento telefônico dispondo das informações solicitadas e encaminhando as ligações aos setores responsáveis;</p> <p>Realizar a entrega e recebimento de chaves dos setores da instituição; Controlar a entrada e saída de pessoas;</p> <p>Cumprir a rotina administrativa do setor, mantendo a limpeza e organização da área de trabalho;</p> <p>Operar mesa de ligação telefônica, atender, receber, encaminhar, conduzir e orientar o público em geral;</p> <p>Comunicar à autoridade competente as irregularidades verificadas; Relatar as anormalidades verificadas ao superior imediato;</p> <p>Prestar informações sobre a localização dos setores;</p> <p>Executar as demais atividades inerentes ao cargo e necessárias ao bom desempenho do trabalho</p>	
Requisitos	Jornada de trabalho	44 horas
	Grau de Instrução	Ensino Médio completo
	Experiência	Experiência Mínima de 06 (seis) meses e curso de atendimento ao público

QUADRO 3 – Serviço de Apoio Administrativo – Cargo: Porteiro

Código CBO	5174-15	
Atribuições	<p>Receber, orientar e encaminhar o público;</p> <p>Controlar a entrada de pessoas nos recintos de trabalho, bem como a saída de tais locais, efetuando, quando for o caso, identificação ou registro de ocorrência;</p> <p>Abrir e fechar as dependências de prédios;</p>	

	<p>Operar equipamentos de controle de acesso, inclusive em meios eletrônicos;</p> <p>Receber a correspondência e encaminhá-la ao protocolo;</p> <p>Atender e efetuar ligações telefônicas;</p> <p>Receber e transmitir recados e mensagens;</p> <p>Manter o quadro de chaves, controlando seu uso e guarda;</p> <p>Comunicar à autoridade competente as irregularidades verificadas;</p> <p>Zelar pela ordem, segurança e limpeza da área sob sua responsabilidade;</p> <p>Relatar as anormalidades verificadas ao superior imediato;</p> <p>Prestar informações sobre a localização dos setores; e,</p> <p>Executar as demais atividades inerentes ao cargo e necessárias ao bom desempenho do trabalho.</p>	
Requisitos	Jornada de trabalho	44 horas
	Grau de Instrução	Ensino Fundamental Completo
	Experiência	Mínimo de 6 (seis) meses

QUADRO 4 – Serviço de Apoio Administrativo – Cargo: Contínuo

Código CBO	4122-05
Atribuições	<p>Coletar e entregar documentos, mensagens, encomendas, volumes e outros, internamente e externamente;</p> <p>Transportam correspondências, documentos, objetos e valores dentro e fora das instituições;</p> <p>Efetuem serviços bancários e de correio, depositando ou apanhando o material e entregando-o aos destinatários;</p> <p>Auxiliam na secretaria;</p> <p>Providenciar solicitação de material e incorpora ao acervo;</p> <p>Operam equipamentos de escritório;</p> <p>Transmitem mensagens orais e escritas;</p>

	<p>Coletar assinaturas em documentos diversos de acordo com a necessidade da unidade;</p> <p>Auxiliar nos serviços simples de apoio administrativo tais como: atender telefone, operar máquinas simples de reprodução, anotar recados abrir pastas e outros.</p> <p>Desempenhar outras tarefas afins ao cargo e de acordo com a designação do superior imediato;</p> <p>Comunicar à autoridade competente as irregularidades verificadas;</p> <p>Relatar as anormalidades verificadas ao superior imediato;</p> <p>Executar as demais atividades inerentes ao cargo e necessárias ao bom desempenho do trabalho.</p>	
Requisitos	Jornada de trabalho	44 horas
	Grau de Instrução	Ensino Fundamental Completo
	Experiência	Mínimo de 6 (seis) meses

ANEXO 2 - MATERIAIS, FARDAMENTOS E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL

UNIFORME E OUTROS MATERIAIS				
JARDINEIRO				
DESCRIÇÃO	NAT	UNID.	QUANT.	VIDA ÚTIL
				PERIODICIDADE
Óculos de segurança contra respingos de produtos químicos.	EPIs	unid	1	6
Uniforme impermeável.	EPIs	unid	1	6
Boné árabe	EPIs	unid	1	6
Protetor auricular tipo moldável.	EPIs	par	1	6
Capa de chuva com capuz	EPIs	unid	1	6
Luvras de raspa.	EPIs	par	1	6
Bota de borracha branca.	EPIs	par	1	6
Perneira de proteção contra picada de cobra	EPIs	par	1	6
Avental em couro bovino, tipo raspa	EPIs	unid	1	6
Livro de ocorrências.	Material	unid	1	12
EPIs				
Protetor solar contra radiação UVA e UVB; FP UVA 24 (ampla proteção UVA/UVB) uvb 60, formulação Oil Free, água resistente, levemente perfumado, loção emulsionada, hipoalérgico. Uso profissional, para peles fototipo 1 a 6, aplicado a cada 6h, testado dermatologicamente; Atende à RDC 30/2012 ANVISA.	Material	unid	1	2
Máscaras descartáveis (tripla proteção)	Material	caixa com 50 unid	2	1
Materiais				
Calça Jeans, com passador de cinto ou brim elástico no cócs	Uniforme	Unida de	2	Semestral

Camisa de algodão malha fria, manga longa	Uniforme	Unidade	2	Semestral
Camisa tipo Polo, com mangas curtas, na cor branca, malha fria.	Uniforme	Unidade	1	Semestral
Botina de segurança com elástico lateral coberto com solado emborrachado antiderrapante.	Uniforme	par	1	Semestral
Crachá de identificação, em plástico rígido, contendo logomarca da empresa, foto e nome completo do funcionário.	Uniforme	Unidade	1	Anual

UNIFORME E OUTROS MATERIAIS				
PORTEIRO				
DESCRIÇÃO	NAT	UNID.	QUANT.	VIDA ÚTIL
				PERIODICIDADE
Capa de chuva com capuz	EPI	unid	1	6
Livro de ocorrências.	Material	unid	1	12
EPIs				
Protetor solar contra radiação UVA e UVB; FP UVA 24 (ampla proteção UVA/UVB) uvb 60, formulação Oil Free, água resistente, levemente perfumado, loção emulsionada, hipoalérgico. Uso profissional, para peles fototipo 1 a 6, aplicado a cada 6h, testado dermatologicamente; Atende à RDC 30/2012 ANVISA.	Material	unid	1	2
Máscaras descartáveis (tripla proteção)	Material	caixa com 50 unid	2	1
Materiais				
Calça ou Saia social, na cor preta.	Uniforme	Unidade	2	Semestral
Camisa tipo Social, com mangas curtas, na cor branca	Uniforme	Unidade	2	Semestral

Sapato/sapatilha em couro, na cor preta, tiposocial.	Uniforme	Unidade	1	Semestral
Crachá de identificação, em plástico rígido, contendo logomarca da empresa, foto e nome completo do funcionário.	Uniforme	par	1	Anual

UNIFORME E OUTROS MATERIAIS				
RECEPCIONISTA				
DESCRIÇÃO	NAT	UNID.	QUANT.	VIDA ÚTIL
				PERIODICIDADE
Livro de ocorrências.	EPIs	par	1	12
Máscaras descartáveis (tripla proteção)	EPIs	unid	1	1
Materiais				
Calça ou Saia social, na cor preta.	Uniforme	Unidade	2	Semestral
Camisa tipo Social, com mangas curtas, na cor branca	Uniforme	Unidade	2	Semestral
Sapato/sapatilha em couro, na cor preta, tipo social.	Uniforme	Unidade	1	Semestral
Crachá de identificação, em plástico rígido, contendo logomarca da empresa, foto e nome completo do funcionário.	Uniforme	Unidade	1	Anual
Gravata Social Uniforme Unidade 1 Semestral	Uniforme	Unidade	1	Semestral

UNIFORME E OUTROS MATERIAIS				
CONTÍNUO				
DESCRIÇÃO	NAT	UNID.	QUANT.	VIDA ÚTIL
				PERIODICIDADE
Livro de ocorrências.	EPIs	par	1	12

Máscaras descartáveis (tripla proteção)	EPIs	unid	1	1
Materiais				
Calça ou Saia Jeans, na cor azul/preta.	Uniforme	Unidade	2	Semestral
Camisa tipo Social, com mangas curtas, na cor branca/azul/verde.	Uniforme	Unidade	2	Semestral
Sapato/sapatilha em couro, na cor preta, tipo social.	Uniforme	Unidade	1	Semestral
Crachá de identificação, em plástico rígido, contendo logomarca da empresa, foto e nome completo do funcionário.	Uniforme	Unidade	1	Anual

ANEXO 3 – ALÍQUOTA DE ISS DE SÃO JOÃO DOS PATOS.

PLANILHA DAS ALÍQUOTAS DO ISS PARA SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA			
ORDEM	CAMPUS	CÓD. UASG	ALÍQUOTA ISS (%)
UNIDADE	CAMPUS SÃO JOÃO DOS PATOS	158291	4,00%
ENDEREÇO:	Rua Padre Santiago, s/n, Centro, São João dos Patos- MA		

JARDINEIRO

PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇO

Ao				
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO - IFMA				
CAMPUS: SÃO JOÃO DOS PATOS				
PREGÃO ELETRÔNICO Nº xx/2024				
Processo Administrativo n.º				
A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	SINDICATO DOS TRABALHAD. DE EMPRE. DE ASSEIO E CONSER. LIMP. PUB. EDIFI. COND. RES. COMER. MISTOS E LAVAND. DO EST. DO MA EXCETO O MUN. DE SAO LUIS, CNPJ n.14.294.492/0001-80 e SIND DAS EMP DE ASEIO E CONSERVACAO DO ESTADO DO MA, CNPJ n. 06.991.483/0001-10		
B	Município/UF: SÃO JOÃO DOS PATOS / MARANHÃO			
C	Ano Convenção Coletiva de Trabalho: MA000125/2024			
D	NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: MR025223/2024			
Mão-de-obra vinculada à execução contratual				
Dados complementares para composição dos os referente à mão-de-obra				
1	Tipo de serviço: APOIO ADMINISTRATIVO	CONTA VINCULADA		
2	Salário Normativo da Categoria Profissional - R\$ 1.452,65			
4	Data base da categoria: 01 DE JANEIRO DE 2024			
5	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) 6220-10 - Jardineiro			
PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS				
MODULO 1: Composição da Remuneração				
ITEM 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO		%	Base de Cálculo	Valor (R\$)
A	Salário Normativo - CCT - CLÁUSULA TERCEIRA	100,00%	R\$ 1.452,65	R\$ 1.452,65
B	Dia do trabalhador - (CCT)	200,00%	R\$ 6,60	R\$ 8,80
C	Descanso semanal remunerado sobre dia trabalhador		R\$ 8,80	R\$ 1,76
Total de Remuneração				R\$ 1.463,21
MODULO 2: Encargos Trabalistas, Previdenciários, Sociais e Benefícios				
Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias				
2,1,	13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias	%	Base de Cálculo	Valor (R\$)
A	Décimo-terceiro salário - (Art. 7º, VIII, CF/88) - (§ único, Art. 1º, Decreto Nº 57.155 de 1965)	9,09%	R\$ 1.463,21	R\$ 133,02
B	Adicional de Férias - (Art. 7º, XVII, CF/88)	12,10%	R\$ 1.463,21	R\$ 177,07
C	Incidência do submódulo 2.2 sobre 13º salário e 1/3 de férias proporcionais	8,43%	R\$ 1.463,21	R\$ 123,41
TOTAL		29,63%		R\$ 433,50
Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições				
ENCARGOS SOCIAIS INCIDENTES S/ O VALOR DA REMUNERAÇÃO				

2,2	GPS, FGTS e outras contribuições	%	Base de Cálculo	VALOR
A	INSS - (Art. 2º, § 3º, da Lei 11.457/2007.)	20,00%	R\$ 1.463,21	R\$ 292,64
B	SESC ou Sesi - (Art. 30, Lei 8.036/1990).	1,50%	R\$ 1.463,21	R\$ 21,95
C	SENAI - SENAC (Art. 1º, cap. Dec.-Lei 6.246/1944 e art. 4º, caput. Dec.-Lei 8.621/1946).	1,00%	R\$ 1.463,21	R\$ 14,63
D	INCRÁ - (Art. 1º, I, 2 c/c art. 3º, ambos do Decreto-Lei 1.146,/1970).	0,20%	R\$ 1.463,21	R\$ 2,93
E	Salário Educação - (Art. 3º, Inciso I, Decreto 87.043/1982).	2,50%	R\$ 1.463,21	R\$ 36,58
F	FGTS (Art. 15, Lei nº 8.036/90 e Art. 7º, III, CF/88).	8,00%	R\$ 1.463,21	R\$ 117,06
G	SAT - RAT x FAP - (Art. 7º, XXVIII, Art. 149 i e 195, I, a, ii da CF/88 - Decreto 6.957/2009) - MÁXIMO	6,00%	R\$ 1.463,21	R\$ 87,79
H	SEBRAE - (Art. 8º, Lei 8.029/1990).	0,60%	R\$ 1.463,21	R\$ 8,78
TOTAL		39,80%		R\$ 582,36
Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.				
2,3	Benefícios mensais e diários	%	Base de Cálculo	VALOR
A	Transporte - (Art. 4º, parágrafo único da Lei 7.418/1985 e CCT) 26 dias	6,00%	R\$ 4,20	R\$ 131,24
B	Auxílio Alimentação - (Lei nº 6.321/1976 e Decreto nº 5/1991 e CCT-CLÁUSULA SEXTA)	29,77%	R\$ 22,00	R\$ 435,60
C	Seguro de vida (morte e invalidez) - (CCT)	0,55%	R\$ 21.789,75	R\$ 10,05
D	Auxílio Morte/ Funeral - (CCT)	0,69%	R\$ 1.452,65	R\$ 0,84
E	Cesta Básica - (CCT)		R\$ 121,00	R\$ 121,00
F	Plano de Saúde (CCT) (AUXÍLIO ODONTOLÓGICO)	3,80%	R\$ 1.452,65	R\$ 55,20
Total de Benefícios mensais e diários		37,02%		R\$ 753,93
Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários				
2.	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	%	Base de Cálculo	Valor (R\$)
2,1,	Décimo Terceiro Salário, Férias e Adicional de Férias	29,63%	R\$ 0,00	R\$ 433,50
2,2,	GPS, FGTS e outras contribuições	39,80%	R\$ 0,00	R\$ 582,36
2,3,	Benefícios Mensais e Diários	51,53%	R\$ 0,00	R\$ 753,93
TOTAL		120,95%		R\$ 1.769,79
Módulo 3 - Provisão para Rescisão - (Itens renováveis, não renováveis e ajustáveis)				
A	Aviso Prévio Indenizado - (Art. 7º, XXI, CF/88, 477, 487. CLT)	0,42%	R\$ 2.650,65	R\$ 11,04
B	Incidência do FGTS S/ aviso prévio indenizado - (Art. 15, Lei nº 8.036/90 e Art. 7º, III, CF/88 e Súmula nº 305 do TST)	0,03%	R\$ 2.650,65	R\$ 0,88
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado - (Art. 18, §1º da Lei 8.036/90)	1,92%	R\$ 2.767,70	R\$ 53,14
D	Aviso Prévio Trabalhado - (Art. 7º, XXI, CF/88, 477, 487 da CLT)	1,94%	R\$ 3.233,01	R\$ 62,86
E	Incidência do submódulo 2.2 sobre aviso prévio trabalhado - (Art. 7º, XXI, CF/88, 477, 487 da CLT)	0,77%	R\$ 3.233,01	R\$ 25,02
F	Multa do FGTS do aviso prévio trabalhado - (Art. 18, §1º da Lei 8.036/90)	1,28%	R\$ 3.233,01	R\$ 41,38
TOTAL		6,37%		R\$ 194,33
Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente				
4,1	Submódulo 4.1 – Substituto nas Ausências Legais - (Itens renováveis, não renováveis e ajustáveis)	%	Base de Cálculo	Valor (R\$)

A	Substituto na cobertura de Férias - (Art. 7º, XVII, CF/88 - IN 05/2017).	8,33%	R\$ 0,00	R\$ 0,00
B	Abono de férias do substituto - (Art. 7º, XVII, CF/88 - IN 05/2017)	0,23%	R\$ 0,00	R\$ 0,00
C	Gratificação Natalina do substituto - (Art. 7º, VIII, CF/88 - § único, Art. 2º, Decreto Nº 57.155 de 1965 -IN 05/2017)	0,69%	R\$ 0,00	R\$ 0,00
D	Incidência do submódulo 2.2 sobre 13º salário e 1/3 de férias proporcionais do substituto	3,69%	R\$ 0,00	R\$ 0,00
E	Substituto na cobertura de Ausências Legais - (Art. 473 da CLT)	0,41%	R\$ 2.666,17	R\$ 10,93
F	Substituto na cobertura de Licença Paternidade - Art. 7º, XIX, CF/88 e 10, §1º, da ADCT	0,07%	R\$ 2.666,17	R\$ 1,87
H	Substituto na cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho - (Art. 19 a 23 da Lei nº 8.213/91)	0,27%	R\$ 3.101,77	R\$ 8,37
I	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade - (Art. 392 CLT)	0,08%	R\$ 1.147,86	R\$ 0,92
TOTAL		13,77%		R\$ 22,09
Módulo 5 - Insumos Diversos				
ITEM 5 - INSUMOS DIVERSOS		%	Base de Cálculo	Valor (R\$)
A	Uniformes e EPI's		R\$ 0,00	R\$ 160,05
B	Material consumível		R\$ 0,00	R\$ 23,02
Subtotal				R\$ 183,07
	Dedução Pis / Cofins - Regime de Incidência Não-Cumulativa	9,25%	R\$ 183,07	R\$ 16,93
Total de Insumos diversos				R\$ 166,14
Nota: Valores mensais por empregado.				
Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro				
Custos indiretos, Tributos e Lucros		%	Base de Cálculo	VALOR
A	Custos indiretos	5,00%	R\$ 3.615,57	R\$ 180,78
B				
C	B1. Tributos Federais (COFINS)	7,60%	R\$ 4.813,81	R\$ 365,85
D	B2. Tributos Federal (PIS)	1,65%	R\$ 4.813,81	R\$ 79,43
E	B3. Tributos Estaduais/Municipais (ISS)	4,00%	R\$ 4.813,81	R\$ 192,55
F	Total dos tributos	13,25%	R\$ 0,00	R\$ 637,83
G	Lucro	10,00%	R\$ 3.796,35	R\$ 379,63
	Total	36,81%	R\$ 3.615,57	R\$ 1.330,81
Anexo III - B - Quadro-resumo do Custo por Empregado				
Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)				
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração			R\$ 1.463,21
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			R\$ 1.769,79
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão			R\$ 194,33
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			R\$ 22,09
E	Módulo 5 - Insumos Diversos			R\$ 166,14

Subtotal (A + B + C + D + E)		R\$ 3.615,57
E	Módulo 6 - Custos indiretos, tributos e lucro	R\$ 1.330,81
Valor total por empregado		R\$ 4.946,38



CONTIGENCIAMENTO MENSAL MÁXIMO ESTIMADO - CONTA VINCULADA

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS - CONTIGENCIAMENTO - FATO GERADOR

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias

2,1,	13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias	%	Base de Cálculo	Valor (R\$)
A	Décimo-terceiro salário - (Art. 7º, VIII, CF/88) - (§ único, Art. 1º, Decreto Nº 57.155 de 1965)	9,09%	R\$ 1.463,21	R\$ 133,02
B	Adicional de Férias - (Art. 7º, XVII, CF/88)	12,10%	R\$ 1.463,21	R\$ 177,07
C	Incidência do submódulo 2.2 sobre 13º salário e 1/3 de férias proporcionais	8,43%	R\$ 1.463,21	R\$ 123,41
TOTAL		29,63%		R\$ 433,50

Módulo 3 - Provisão para Rescisão - (Itens renováveis, não renováveis e ajustáveis)

C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado - (Art. 18, §1º da Lei 8.036/90)	1,92%	R\$ 2.767,70	R\$ 53,14
F	Multa do FGTS do aviso prévio trabalhado - (Art. 18, §1º da Lei 8.036/90)	1,28%	R\$ 3.233,01	R\$ 41,38
TOTAL		3,20%		R\$ 94,52

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro

Custos indiretos, Tributos e Lucros		%	Base de Cálculo	VALOR
A	Custos indiretos	5,00%	R\$ 528,02	R\$ 26,40
B				
C	B1. Tributos Federais (COFINS)	7,60%	R\$ 703,02	R\$ 53,43
D	B2. Tributos Federal (PIS)	1,65%	R\$ 703,02	R\$ 11,60
E	B3. Tributos Estaduais/Municipais (ISS)	4,00%	R\$ 703,02	R\$ 28,12
F	Total dos tributos	13,25%	R\$ 0,00	R\$ 93,15
G	Lucro	10,00%	R\$ 554,42	R\$ 55,44
Total		36,81%	R\$ 528,02	R\$ 194,35

Anexo III - B - Quadro-resumo do Custo por Empregado

Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)

B	Submódulo 2.1 - Encargos	R\$ 433,50
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ 94,52
Subtotal (A + B + C + D + E)		R\$ 528,02

E	Módulo 6 - Custos indiretos, tributos e lucro	R\$ 194,35
Valor total contingenciado por empregado		R\$ 722,38

PAGAMENTO MENSAL ESTIMADO, APÓS CONTIGENCIAMENTO - CONTA VINCULADA

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

MODULO 1: Composição da Remuneração

ITEM 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

		%	Base de Cálculo	Valor (R\$)
A	Salário Normativo - CCT - CLÁUSULA TERCEIRA	100,00%	R\$ 1.463,21	R\$ 1.463,21
Total de Remuneração				R\$ 1.463,21

MODULO 2: Encargos Trabalistas, Previdenciários, Sociais e Benefícios

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições

ENCARGOS SOCIAIS INCIDENTES S/ O VALOR DA REMUNERAÇÃO

2,2	GPS, FGTS e outras contribuições	%	Base de Cálculo	VALOR
A	INSS - (Art. 2º, § 3º, da Lei 11.457/2007.)	20,00%	R\$ 1.463,21	R\$ 292,64
B	SESC ou Sesi - (Art. 30, Lei 8.036/1990).	1,50%	R\$ 1.463,21	R\$ 21,95
C	SENAI - SENAC (Art. 1º, cap. Dec.-Lei 6.246/1944 e art. 4º, caput. Dec.-Lei 8.621/1946).	1,00%	R\$ 1.463,21	R\$ 14,63
D	INCRA - (Art. 1º, I, 2 c/c art. 3º, ambos do Decreto-Lei 1.146,/1970).	0,20%	R\$ 1.463,21	R\$ 2,93
E	Salário Educação - (Art. 3º, Inciso I, Decreto 87.043/1982).	2,50%	R\$ 1.463,21	R\$ 36,58
F	FGTS (Art. 15, Lei nº 8.036/90 e Art. 7º, III, CF/88).	8,00%	R\$ 1.463,21	R\$ 117,06
G	SAT - RAT x FAP - (Art. 7º, XXVIII, Art. 149 i e 195, I, a, ii da CF/88 - Decreto 6.957/2009) - MÁXIMO	6,00%	R\$ 1.463,21	R\$ 87,79
H	SEBRAE - (Art. 8º, Lei 8.029/1990).	0,60%	R\$ 1.463,21	R\$ 8,78
TOTAL		39,80%		R\$ 582,36

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2,3	Benefícios mensais e diários	%	Base de Cálculo	VALOR
A	Transporte - (Art. 4º, parágrafo único da Lei 7.418/1985 e CCT) 26 dias	6,00%	R\$ 4,20	R\$ 131,24
B	Auxílio Alimentação - (Lei nº 6.321/1976 e Decreto nº 5/1991 e CCT-CLÁUSULA SEXTA)	29,77%	R\$ 22,00	R\$ 435,60
C	Seguro de vida (morte e invalidez) - (CCT)	0,55%	R\$ 21.789,75	R\$ 10,05

D	Auxilio Morte/ Funeral - (CCT)	0,69%	R\$ 1.452,65	R\$ 0,84
E	Cesta Básica - (CCT)		R\$ 121,00	R\$ 121,00
F	Plano de Saúde (CCT)	3,80%	R\$ 1.452,65	R\$ 55,20
Total de Benefícios mensais e diários		40,82%		R\$ 753,93
Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários				
2.	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	%	Base de Cálculo	Valor (R\$)
2,2,	GPS, FGTS e outras contribuições	39,80%	R\$ 0,00	R\$ 582,36
2,3,	Benefícios Mensais e Diários	51,53%	R\$ 0,00	R\$ 753,93
TOTAL		91,33%		R\$ 1.336,29
Módulo 3 - Provisão para Rescisão - (Itens renováveis, não renováveis e ajustáveis)				
A	Aviso Prévio Indenizado - (Art. 7º, XXI, CF/88, 477, 487. CLT)	0,42%	R\$ 2.650,65	R\$ 11,04
B	Incidência do FGTS S/ aviso prévio indenizado - (Art. 15, Lei nº 8.036/90 e Art. 7º, III, CF/88 e Súmula nº 305 do TST)	0,03%	R\$ 2.650,65	R\$ 0,88

D	Aviso Prévio Trabalhado - (Art. 7º, XXI, CF/88, 477, 487 da CLT)	1,94%	R\$ 3.233,01	R\$ 62,86
E	Incidência do submódulo 2.2 sobre aviso prévio trabalhado - (Art. 7º, XXI, CF/88, 477, 487 da CLT)	0,77%	R\$ 3.233,01	R\$ 25,02
TOTAL		3,17%		R\$ 99,81
Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente				
4,1	Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais - (Itens renováveis, não renováveis e ajustáveis)	%	Base de Cálculo	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias - (Art. 7º, XVII, CF/88 - IN 05/2017).	0,00%	R\$ 1.463,21	R\$ 0,00
B	Abono de férias do substituto - (Art. 7º, XVII, CF/88 - IN 05/2017)	0,00%	R\$ 1.463,21	R\$ 0,00
C	Gratificação Natalina do substituto - (Art. 7º, VIII, CF/88 - § único, Art. 2º, Decreto Nº 57.155 de 1965 -IN 05/2017)	0,00%	R\$ 1.463,21	R\$ 0,00
D	Incidência do submódulo 2.2 sobre 13º salário e 1/3 de férias proporcionais do substituto	0,00%	R\$ 1.463,21	R\$ 0,00
E	Substituto na cobertura de Ausências Legais - (Art. 473 da CLT)	0,41%	R\$ 2.666,17	R\$ 10,93
F	Substituto na cobertura de Licença Paternidade - Art. 7º, XIX, CF/88 e 10, §1º, da ADCT	0,07%	R\$ 2.666,17	R\$ 1,87
H	Substituto na cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho - (Art. 19 a 23 da Lei nº 8.213/91)	0,27%	R\$ 3.101,77	R\$ 8,37
I	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade - (Art. 392 CLT)	0,08%	R\$ 1.147,86	R\$ 0,92
TOTAL		0,83%		R\$ 22,09
Módulo 5 - Insumos Diversos				
ITEM 5 - INSUMOS DIVERSOS		%	Base de Cálculo	Valor (R\$)
A	Uniformes e EPI's		R\$ 0,00	R\$ 160,05
B	Material consumível		R\$ 0,00	R\$ 23,02
Subtotal				R\$ 183,07
	Dedução Pis / Cofins - Regime de Incidência Não-Cumulativa	9,25%	R\$ 183,07	R\$ 16,93
Total de Insumos diversos				R\$ 166,14
Nota: Valores mensais por empregado.				
Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro				
Custos indiretos, Tributos e Lucros		%	Base de Cálculo	VALOR
A	Custos indiretos	5,00%	R\$ 3.087,55	R\$ 154,38
B				
C	B1. Tributos Federais (COFINS)	7,60%	R\$ 4.110,79	R\$ 312,42
D	B2. Tributos Federal (PIS)	1,65%	R\$ 4.110,79	R\$ 67,83
E	B3. Tributos Estaduais/Municipais (ISS)	4,00%	R\$ 4.110,79	R\$ 164,43
F	Total dos tributos	13,25%	R\$ 0,00	R\$ 544,68
G	Lucro	10,00%	R\$ 3.241,92	R\$ 324,19
	Total	36,81%	R\$ 3.087,55	R\$ 1.136,46
Anexo III - B - Quadro-resumo do Custo por Empregado				
Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)				

A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ 1.463,21
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 1.336,29
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ 99,81
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 22,09
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ 166,14
Subtotal (A + B + C + D + E)		R\$ 3.087,55
E	Módulo 6 - Custos indiretos, tributos e lucro	R\$ 1.136,46
Valor total por empregado		R\$ 4.224,00

R\$ 4.946,38

R\$ 722,38

R\$ 4.224,00

RECEPCIONISTA

PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇO

Ao				
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO - IFMA				
CAMPUS: SÃO JOÃO DOS PATOS				
PREGÃO ELETRÔNICO Nº xx/2024				
Processo Administrativo n.º				
A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	SINDICATO DOS TRABALHAD. DE EMPRE. DE ASSEIO E CONSER. LIMP. PUB. EDIFI. COND. RES. COMER. MISTOS E LAVAND. DO EST. DO MA EXCETO O MUN. DE SAO LUIS, CNPJ n.14.294.492/0001-80 e SIND DAS EMP DE ASEIO E CONSERVACAO DO ESTADO DO MA, CNPJ n. 06.991.483/0001-10		
B	Município/UF: SÃO JOÃO DOS PATOS / MARANHÃO			
C	Ano Convenção Coletiva de Trabalho: MA000125/2024			
D	NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: MR025223/2024			
Mão-de-obra vinculada à execução contratual				
Dados complementares para composição dos os referente à mão-de-obra				
1	Tipo de serviço: APOIO ADMINISTRATIVO	CONTA VINCULADA		
2	Salário Normativo da Categoria Profissional - R\$ 1.709,16			
4	Data base da categoria: 01 DE JANEIRO DE 2024			
5	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) 4221-05 - Recepcionista			
PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS				
MODULO 1: Composição da Remuneração				
ITEM 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO		%	Base de Cálculo	Valor (R\$)
A	Salário Normativo - CCT - CLÁUSULA TERCEIRA	100,00%	R\$ 1.709,16	R\$ 1.709,16
B	Dia do trabalhador - (CCT)	200,00%	R\$ 7,77	R\$ 10,36
C	Descanso semanal remunerado sobre dia trabalhador		R\$ 10,36	R\$ 2,07
Total de Remuneração				R\$ 1.721,59
MODULO 2: Encargos Trabalistas, Previdenciários, Sociais e Benefícios				
Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias				
2,1,	13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias	%	Base de Cálculo	Valor (R\$)
A	Décimo-terceiro salário - (Art. 7º, VIII, CF/88) - (§ único, Art. 1º, Decreto Nº 57.155 de 1965)	9,09%	R\$ 1.721,59	R\$ 156,51
B	Adicional de Férias - (Art. 7º, XVII, CF/88)	12,10%	R\$ 1.721,59	R\$ 208,33
C	Incidência do submódulo 2.2 sobre 13º salário e 1/3 de férias proporcionais	8,43%	R\$ 1.721,59	R\$ 145,21
TOTAL		29,63%		R\$ 510,05
Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições				
ENCARGOS SOCIAIS INCIDENTES S/ O VALOR DA REMUNERAÇÃO				

2,2	GPS, FGTS e outras contribuições	%	Base de Cálculo	VALOR
A	INSS - (Art. 2º, § 3º, da Lei 11.457/2007.)	20,00%	R\$ 1.721,59	R\$ 344,32
B	SESC ou Sesi - (Art. 30, Lei 8.036/1990).	1,50%	R\$ 1.721,59	R\$ 25,82
C	SENAI - SENAC (Art. 1º, cap. Dec.-Lei 6.246/1944 e art. 4º, caput. Dec.-Lei 8.621/1946).	1,00%	R\$ 1.721,59	R\$ 17,22
D	INCRÁ - (Art. 1º, I, 2 c/c art. 3º, ambos do Decreto-Lei 1.146,/1970).	0,20%	R\$ 1.721,59	R\$ 3,44
E	Salário Educação - (Art. 3º, Inciso I, Decreto 87.043/1982).	2,50%	R\$ 1.721,59	R\$ 43,04
F	FGTS (Art. 15, Lei nº 8.036/90 e Art. 7º, III, CF/88).	8,00%	R\$ 1.721,59	R\$ 137,73
G	SAT - RAT x FAP - (Art. 7º, XXVIII, Art. 149 i e 195, I, a, ii da CF/88 - Decreto 6.957/2009) - MÁXIMO	6,00%	R\$ 1.721,59	R\$ 103,30
H	SEBRAE - (Art. 8º, Lei 8.029/1990).	0,60%	R\$ 1.721,59	R\$ 10,33
TOTAL		39,80%		R\$ 685,19
Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.				
2,3	Benefícios mensais e diários	%	Base de Cálculo	VALOR
A	Transporte - (Art. 4º, parágrafo único da Lei 7.418/1985 e CCT) 26 dias	6,00%	R\$ 4,20	R\$ 115,85
B	Auxílio Alimentação - (Lei nº 6.321/1976 e Decreto nº 5/1991 e CCT-CLÁUSULA SEXTA)	25,30%	R\$ 22,00	R\$ 435,60
C	Seguro de vida (morte e invalidez) - (CCT)	0,55%	R\$ 25.637,40	R\$ 11,83
D	Auxílio Morte/ Funeral - (CCT)	0,69%	R\$ 1.709,16	R\$ 0,99
E	Cesta Básica - (CCT)		R\$ 121,00	R\$ 121,00
F	Plano de Saúde (CCT)	3,80%	R\$ 1.709,16	R\$ 64,95
Total de Benefícios mensais e diários		32,55%		R\$ 750,21
Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários				
2.	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	%	Base de Cálculo	Valor (R\$)
2,1,	Décimo Terceiro Salário, Férias e Adicional de Férias	29,63%	R\$ 0,00	R\$ 510,05
2,2,	GPS, FGTS e outras contribuições	39,80%	R\$ 0,00	R\$ 685,19
2,3,	Benefícios Mensais e Diários	43,58%	R\$ 0,00	R\$ 750,21
TOTAL		113,00%		R\$ 1.945,45
Módulo 3 - Provisão para Rescisão - (Itens renováveis, não renováveis e ajustáveis)				
A	Aviso Prévio Indenizado - (Art. 7º, XXI, CF/88, 477, 487. CLT)	0,42%	R\$ 2.981,85	R\$ 12,42
B	Incidência do FGTS S/ aviso prévio indenizado - (Art. 15, Lei nº 8.036/90 e Art. 7º, III, CF/88 e Súmula nº 305 do TST)	0,03%	R\$ 2.981,85	R\$ 0,99
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado - (Art. 18, §1º da Lei 8.036/90)	1,92%	R\$ 3.119,58	R\$ 59,90
D	Aviso Prévio Trabalhado - (Art. 7º, XXI, CF/88, 477, 487 da CLT)	1,94%	R\$ 3.667,04	R\$ 71,30
E	Incidência do submódulo 2.2 sobre aviso prévio trabalhado - (Art. 7º, XXI, CF/88, 477, 487 da CLT)	0,77%	R\$ 3.667,04	R\$ 28,38
F	Multa do FGTS do aviso prévio trabalhado - (Art. 18, §1º da Lei 8.036/90)	1,28%	R\$ 3.667,04	R\$ 46,94
TOTAL		6,37%		R\$ 219,93
Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente				
4,1	Submódulo 4.1 – Substituto nas Ausências Legais - (Itens renováveis, não renováveis e ajustáveis)	%	Base de Cálculo	Valor (R\$)

A	Substituto na cobertura de Férias - (Art. 7º, XVII, CF/88 - IN 05/2017).	0,00%	R\$ 1.721,59	R\$ 0,00
B	Abono de férias do substituto - (Art. 7º, XVII, CF/88 - IN 05/2017)	0,00%	R\$ 1.721,59	R\$ 0,00
C	Gratificação Natalina do substituto - (Art. 7º, VIII, CF/88 - § único, Art. 2º, Decreto Nº 57.155 de 1965 -IN 05/2017)	0,00%	R\$ 1.721,59	R\$ 0,00
D	Incidência do submódulo 2.2 sobre 13º salário e 1/3 de férias proporcionais do substituto	0,00%	R\$ 1.721,59	R\$ 0,00
E	Substituto na cobertura de Ausências Legais - (Art. 473 da CLT)	0,41%	R\$ 3.115,59	R\$ 12,77
F	Substituto na cobertura de Licença Paternidade - Art. 7º, XIX, CF/88 e 10, §1º, da ADCT	0,07%	R\$ 3.115,59	R\$ 2,18
H	Substituto na cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho - (Art. 19 a 23 da Lei nº 8.213/91)	0,27%	R\$ 3.551,19	R\$ 9,59
I	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade - (Art. 392 CLT)	0,08%	R\$ 1.327,24	R\$ 1,06
TOTAL		0,83%		R\$ 25,60
Módulo 5 - Insumos Diversos				
ITEM 5 - INSUMOS DIVERSOS		%	Base de Cálculo	Valor (R\$)
A	Uniformes e EPI's		R\$ 0,00	R\$ 79,41
B	Material consumível		R\$ 0,00	R\$ 23,02
Subtotal				R\$ 102,44
	Dedução Pis / Cofins - Regime de Incidência Não-Cumulativa	9,25%	R\$ 102,44	R\$ 9,48
Total de Insumos diversos				R\$ 92,96
Nota: Valores mensais por empregado.				
Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro				
Custos indiretos, Tributos e Lucros		%	Base de Cálculo	VALOR
A	Custos indiretos	5,00%	R\$ 4.005,55	R\$ 200,28
B				
C	B1. Tributos Federais (COFINS)	7,60%	R\$ 5.333,03	R\$ 405,31
D	B2. Tributos Federal (PIS)	1,65%	R\$ 5.333,03	R\$ 88,00
E	B3. Tributos Estaduais/Municipais (ISS)	4,00%	R\$ 5.333,03	R\$ 213,32
F	Total dos tributos	13,25%	R\$ 0,00	R\$ 706,63
G	Lucro	10,00%	R\$ 4.205,82	R\$ 420,58
	Total	36,81%	R\$ 4.005,55	R\$ 1.474,35
Anexo III - B - Quadro-resumo do Custo por Empregado				
Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)				
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração			R\$ 1.721,59
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			R\$ 1.945,45
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão			R\$ 219,93
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			R\$ 25,60
E	Módulo 5 - Insumos Diversos			R\$ 92,96

Subtotal (A + B + C + D + E)		R\$ 4.005,55
E	Módulo 6 - Custos indiretos, tributos e lucro	R\$ 1.474,35
Valor total por empregado		R\$ 5.479,90



CONTIGENCIAMENTO MENSAL MÁXIMO ESTIMADO - CONTA VINCULADA

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS - CONTIGENCIAMENTO - FATO GERADOR				
Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias				
2,1,	13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias	%	Base de Cálculo	Valor (R\$)
A	Décimo-terceiro salário - (Art. 7º, VIII, CF/88) - (§ único, Art. 1º, Decreto Nº 57.155 de 1965)	9,09%	R\$ 1.721,59	R\$ 156,51
B	Adicional de Férias - (Art. 7º, XVII, CF/88)	12,10%	R\$ 1.721,59	R\$ 208,33
C	Incidência do submódulo 2.2 sobre 13º salário e 1/3 de férias proporcionais	8,43%	R\$ 1.721,59	R\$ 145,21
TOTAL		29,63%		R\$ 510,05
Módulo 3 - Provisão para Rescisão - (Itens renováveis, não renováveis e ajustáveis)				
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado - (Art. 18, §1º da Lei 8.036/90)	1,92%	R\$ 3.119,58	R\$ 59,90
F	Multa do FGTS do aviso prévio trabalhado - (Art. 18, §1º da Lei 8.036/90)	1,28%	R\$ 3.667,04	R\$ 46,94
TOTAL		3,20%		R\$ 106,83
Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro				
Custos indiretos, Tributos e Lucros		%	Base de Cálculo	VALOR
A	Custos indiretos	5,00%	R\$ 616,88	R\$ 30,84
B				
C	B1. Tributos Federais (COFINS)	7,60%	R\$ 821,32	R\$ 62,42
D	B2. Tributos Federal (PIS)	1,65%	R\$ 821,32	R\$ 13,55
E	B3. Tributos Estaduais/Municipais (ISS)	4,00%	R\$ 821,32	R\$ 32,85
F	Total dos tributos	13,25%	R\$ 0,00	R\$ 108,83
G	Lucro	10,00%	R\$ 647,73	R\$ 64,77
Total		36,81%	R\$ 616,88	R\$ 227,06

Anexo III - B - Quadro-resumo do Custo por Empregado		
Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		
B	Submódulo 2.1 - Encargos	R\$ 510,05
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ 106,83
Subtotal (A + B + C + D + E)		R\$ 616,88
E	Módulo 6 - Custos indiretos, tributos e lucro	R\$ 227,06
Valor total contingenciado por empregado		R\$ 843,94

PAGAMENTO MENSAL ESTIMADO, APÓS CONTINGENCIAMENTO - CONTA VINCULADA

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS				
MODULO 1: Composição da Remuneração				
ITEM 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO		%	Base de Cálculo	Valor (R\$)
A	Salário Normativo - CCT - CLÁUSULA TERCEIRA	100,00%	R\$ 1.721,59	R\$ 1.721,59
Total de Remuneração				R\$ 1.721,59
MODULO 2: Encargos Trabalistas, Previdenciários, Sociais e Benefícios				
Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições				
ENCARGOS SOCIAIS INCIDENTES S/ O VALOR DA REMUNERAÇÃO				
2,2	GPS, FGTS e outras contribuições	%	Base de Cálculo	VALOR
A	INSS - (Art. 2º, § 3º, da Lei 11.457/2007.)	20,00%	R\$ 1.721,59	R\$ 344,32
B	SESC ou SESI - (Art. 30, Lei 8.036/1990).	1,50%	R\$ 1.721,59	R\$ 25,82
C	SENAI - SENAC (Art. 1º, cap. Dec.-Lei 6.246/1944 e art. 4º, caput. Dec.-Lei 8.621/1946).	1,00%	R\$ 1.721,59	R\$ 17,22
D	INCRA - (Art. 1º, I, 2 c/c art. 3º, ambos do Decreto-Lei 1.146,/1970).	0,20%	R\$ 1.721,59	R\$ 3,44
E	Salário Educação - (Art. 3º, Inciso I, Decreto 87.043/1982).	2,50%	R\$ 1.721,59	R\$ 43,04
F	FGTS (Art. 15, Lei nº 8.036/90 e Art. 7º, III, CF/88).	8,00%	R\$ 1.721,59	R\$ 137,73
G	SAT - RAT x FAP - (Art. 7º, XXVIII, Art. 149 i e 195, I, a, ii da CF/88 - Decreto 6.957/2009) - MÁXIMO	6,00%	R\$ 1.721,59	R\$ 103,30

H	SEBRAE - (Art. 8º, Lei 8.029/1990).	0,60%	R\$ 1.721,59	R\$ 10,33
TOTAL		39,80%		R\$ 685,19
Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.				
2,3	Benefícios mensais e diários	%	Base de Cálculo	VALOR
A	Transporte - (Art. 4º, parágrafo único da Lei 7.418/1985 e CCT) 26 dias	6,00%	R\$ 4,20	R\$ 115,85
B	Auxílio Alimentação - (Lei nº 6.321/1976 e Decreto nº 5/1991 e CCT-CLÁUSULA SEXTA)	25,30%	R\$ 22,00	R\$ 435,60
C	Seguro de vida (morte e invalidez) - (CCT)	0,55%	R\$ 25.637,40	R\$ 11,83
D	Auxílio Morte/ Funeral - (CCT)	0,69%	R\$ 1.709,16	R\$ 0,99
E	Cesta Básica - (CCT)		R\$ 121,00	R\$ 121,00
F	Plano de Saúde (CCT)	3,80%	R\$ 1.709,16	R\$ 64,95
Total de Benefícios mensais e diários		36,35%		R\$ 750,21
Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários				
2.	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	%	Base de Cálculo	Valor (R\$)
2,2,	GPS, FGTS e outras contribuições	39,80%	R\$ 0,00	R\$ 685,19
2,3,	Benefícios Mensais e Diários	43,58%	R\$ 0,00	R\$ 750,21
TOTAL		83,38%		R\$ 1.435,41
Módulo 3 - Provisão para Rescisão - (Itens renováveis, não renováveis e ajustáveis)				
A	Aviso Prévio Indenizado - (Art. 7º, XXI, CF/88, 477, 487. CLT)	0,42%	R\$ 2.981,85	R\$ 12,42
B	Incidência do FGTS S/ aviso prévio indenizado - (Art. 15, Lei nº 8.036/90 e Art. 7º, III, CF/88 e Súmula nº 305 do TST)	0,03%	R\$ 2.981,85	R\$ 0,99

D	Aviso Prévio Trabalhado - (Art. 7º, XXI, CF/88, 477, 487 da CLT)	1,94%	R\$ 3.667,04	R\$ 71,30
E	Incidência do submódulo 2.2 sobre aviso prévio trabalhado - (Art. 7º, XXI, CF/88, 477, 487 da CLT)	0,77%	R\$ 3.667,04	R\$ 28,38
TOTAL		3,17%		R\$ 113,10
Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente				
4,1	Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais - (Itens renováveis, não renováveis e ajustáveis)	%	Base de Cálculo	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias - (Art. 7º, XVII, CF/88 - IN 05/2017).	0,00%	R\$ 1.721,59	R\$ 0,00
B	Abono de férias do substituto - (Art. 7º, XVII, CF/88 - IN 05/2017)	0,00%	R\$ 1.721,59	R\$ 0,00
C	Gratificação Natalina do substituto - (Art. 7º, VIII, CF/88 - § único, Art. 2º, Decreto Nº 57.155 de 1965 -IN 05/2017)	0,00%	R\$ 1.721,59	R\$ 0,00
D	Incidência do submódulo 2.2 sobre 13º salário e 1/3 de férias proporcionais do substituto	0,00%	R\$ 1.721,59	R\$ 0,00
E	Substituto na cobertura de Ausências Legais - (Art. 473 da CLT)	0,41%	R\$ 3.115,59	R\$ 12,77
F	Substituto na cobertura de Licença Paternidade - Art. 7º, XIX, CF/88 e 10, §1º, da ADCT	0,07%	R\$ 3.115,59	R\$ 2,18
H	Substituto na cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho - (Art. 19 a 23 da Lei nº 8.213/91)	0,27%	R\$ 3.551,19	R\$ 9,59
I	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade - (Art. 392 CLT)	0,08%	R\$ 1.327,24	R\$ 1,06
TOTAL		0,83%		R\$ 25,60
Módulo 5 - Insumos Diversos				
ITEM 5 - INSUMOS DIVERSOS		%	Base de Cálculo	Valor (R\$)
A	Uniformes e EPI's		R\$ 0,00	R\$ 79,41
B	Material consumível		R\$ 0,00	R\$ 23,02
Subtotal				R\$ 102,44
	Dedução Pis / Cofins - Regime de Incidência Não-Cumulativa	9,25%	R\$ 102,44	R\$ 9,48
Total de Insumos diversos				R\$ 92,96
Nota: Valores mensais por empregado.				
Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro				
Custos indiretos, Tributos e Lucros		%	Base de Cálculo	VALOR
A	Custos indiretos	5,00%	R\$ 3.388,66	R\$ 169,43
B				
C	B1. Tributos Federais (COFINS)	7,60%	R\$ 4.511,71	R\$ 342,89
D	B2. Tributos Federal (PIS)	1,65%	R\$ 4.511,71	R\$ 74,44
E	B3. Tributos Estaduais/Municipais (ISS)	4,00%	R\$ 4.511,71	R\$ 180,47
F	Total dos tributos	13,25%	R\$ 0,00	R\$ 597,80
G	Lucro	10,00%	R\$ 3.558,10	R\$ 355,81
	Total	36,81%	R\$ 3.388,66	R\$ 1.247,29
Anexo III - B - Quadro-resumo do Custo por Empregado				
Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)				

A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ 1.721,59
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 1.435,41
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ 113,10
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 25,60
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ 92,96
Subtotal (A + B + C + D + E)		R\$ 3.388,66
E	Módulo 6 - Custos indiretos, tributos e lucro	R\$ 1.247,29
Valor total por empregado		R\$ 4.635,96

R\$ 5.479,90

R\$ 843,94

R\$ 4.635,96

PORTEIRO

PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇO

Ao					
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO - IFMA					
CAMPUS: SÃO JOÃO DOS PATOS					
PREGÃO ELETRÔNICO Nº xx/2024					
Processo Administrativo n.º					
A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)		SINDICATO DOS TRABALHAD. DE EMPRE. DE ASSEIO E CONSER. LIMP. PUB. EDIFI. COND. RES. COMER. MISTOS E LAVAND. DO EST. DO MA EXCETO O MUN. DE SAO LUIS, CNPJ n.14.294.492/0001-80 e SIND DAS EMP DE ASEIO E CONSERVACAO DO ESTADO DO MA, CNPJ n. 06.991.483/0001-10		
B	Município/UF: SÃO JOÃO DOS PATOS / MARANHÃO				
C	Ano Convenção Coletiva de Trabalho: MA000091/2024				
D	NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: MR017232/2024				
Mão-de-obra vinculada à execução contratual					
Dados complementares para composição dos os referente à mão-de-obra					
1	Tipo de serviço: APOIO ADMINISTRATIVO		CONTA VINCULADA		
2	Salário Normativo da Categoria Profissional - R\$ 1.455,87				
4	Data base da categoria: 01 DE JANEIRO DE 2024				
5	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) 5174-10 - Porteiro				
PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS					
MODULO 1: Composição da Remuneração					
ITEM 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			%	Base de Cálculo	Valor (R\$)
A	Salário Normativo - CCT - CLÁUSULA TERCEIRA		100,00%	R\$ 1.455,87	R\$ 1.455,87
B					
C					
Total de Remuneração					R\$ 1.455,87
MODULO 2: Encargos Trabalistas, Previdenciários, Sociais e Benefícios					
Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias					
2,1,	13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias		%	Base de Cálculo	Valor (R\$)
A	Décimo-terceiro salário - (Art. 7º, VIII, CF/88) - (§ único, Art. 1º, Decreto Nº 57.155 de 1965)		9,09%	R\$ 1.455,87	R\$ 132,35
B	Adicional de Férias - (Art. 7º, XVII, CF/88)		12,10%	R\$ 1.455,87	R\$ 176,18
C	Incidência do submódulo 2.2 sobre 13º salário e 1/3 de férias proporcionais		8,43%	R\$ 1.455,87	R\$ 122,79
TOTAL			29,63%		R\$ 431,32
Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições					
ENCARGOS SOCIAIS INCIDENTES S/ O VALOR DA REMUNERAÇÃO					
2,2	GPS, FGTS e outras contribuições		%	Base de Cálculo	VALOR
A	INSS - (Art. 2º, § 3º, da Lei 11.457/2007.)		20,00%	R\$ 1.455,87	R\$ 291,17
B	SESC ou SESI - (Art. 30, Lei 8.036/1990).		1,50%	R\$ 1.455,87	R\$ 21,84

C	SENAI - SENAC (Art. 1º, cap. Dec.-Lei 6.246/1944 e art. 4º, caput. Dec.-Lei 8.621/1946).	1,00%	R\$ 1.455,87	R\$ 14,56
D	INCRA - (Art. 1º, I, 2 c/c art. 3º, ambos do Decreto-Lei 1.146,/1970).	0,20%	R\$ 1.455,87	R\$ 2,91
E	Salário Educação - (Art. 3º, Inciso I, Decreto 87.043/1982).	2,50%	R\$ 1.455,87	R\$ 36,40
F	FGTS (Art. 15, Lei nº 8.036/90 e Art. 7º, III, CF/88).	8,00%	R\$ 1.455,87	R\$ 116,47
G	SAT - RAT x FAP - (Art. 7º, XXVIII, Art. 149 i e 195, I, a, ii da CF/88 - Decreto 6.957/2009) - MÁXIMO	6,00%	R\$ 1.455,87	R\$ 87,35
H	SEBRAE - (Art. 8º, Lei 8.029/1990).	0,60%	R\$ 1.455,87	R\$ 8,74
TOTAL		39,80%		R\$ 579,44

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2,3	Benefícios mensais e diários	%	Base de Cálculo	VALOR
A	Transporte - (Art. 4º, parágrafo único da Lei 7.418/1985 e CCT) 26 dias	6,00%	R\$ 4,20	R\$ 131,05
B	Auxílio Alimentação - (Lei nº 6.321/1976 e Decreto nº 5/1991 e CCT-CLÁUSULA SEXTA)	33,24%	R\$ 22,00	R\$ 484,00
C	Seguro de vida (morte e invalidez) - (CCT)	0,55%	R\$ 21.838,05	R\$ 10,07
D	Auxílio Morte/ Funeral - (CCT)	0,69%	R\$ 1.455,87	R\$ 0,84
E	Cesta Básica - (CCT)		R\$ 121,00	R\$ 121,00
F	Plano de Saúde (CCT)	3,80%	R\$ 1.455,87	R\$ 55,32
Total de Benefícios mensais e diários		40,49%		R\$ 802,29

não há prev

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2.	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	%	Base de Cálculo	Valor (R\$)
2,1,	Décimo Terceiro Salário, Férias e Adicional de Férias	29,63%	R\$ 0,00	R\$ 431,32
2,2,	GPS, FGTS e outras contribuições	39,80%	R\$ 0,00	R\$ 579,44
2,3,	Benefícios Mensais e Diários	55,11%	R\$ 0,00	R\$ 802,29
TOTAL		124,53%		R\$ 1.813,05

Módulo 3 - Provisão para Rescisão - (Itens renováveis, não renováveis e ajustáveis)

A	Aviso Prévio Indenizado - (Art. 7º, XXI, CF/88, 477, 487. CLT)	0,42%	R\$ 2.689,48	R\$ 11,21
B	Incidência do FGTS S/ aviso prévio indenizado - (Art. 15, Lei nº 8.036/90 e Art. 7º, III, CF/88 e Súmula nº 305 do TST)	0,03%	R\$ 2.689,48	R\$ 0,90
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado - (Art. 18, §1º da Lei 8.036/90)	1,92%	R\$ 2.805,95	R\$ 53,87
D	Aviso Prévio Trabalhado - (Art. 7º, XXI, CF/88, 477, 487 da CLT)	1,94%	R\$ 3.268,92	R\$ 63,56
E	Incidência do submódulo 2.2 sobre aviso prévio trabalhado - (Art. 7º, XXI, CF/88, 477, 487 da CLT)	0,77%	R\$ 3.268,92	R\$ 25,30
F	Multa do FGTS do aviso prévio trabalhado - (Art. 18, §1º da Lei 8.036/90)	1,28%	R\$ 3.268,92	R\$ 41,84
TOTAL		6,37%		R\$ 196,68

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4,1	Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais - (Itens renováveis, não renováveis e ajustáveis)	%	Base de Cálculo	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias - (Art. 7º, XVII, CF/88 - IN 05/2017).	0,00%	R\$ 1.455,87	R\$ 0,00
B	Abono de férias do substituto - (Art. 7º, XVII, CF/88 - IN 05/2017)	0,00%	R\$ 1.455,87	R\$ 0,00
C	Gratificação Natalina do substituto - (Art. 7º, VIII, CF/88 - § único, Art. 2º, Decreto Nº 57.155 de 1965 -IN 05/2017)	0,00%	R\$ 1.455,87	R\$ 0,00
D	Incidência do submódulo 2.2 sobre 13º salário e 1/3 de férias proporcionais do substituto	0,00%	R\$ 1.455,87	R\$ 0,00
E	Substituto na cobertura de Ausências Legais - (Art. 473 da CLT)	0,41%	R\$ 2.653,87	R\$ 10,88
F	Substituto na cobertura de Licença Paternidade - Art. 7º, XIX, CF/88 e 10, §1º, da ADCT	0,07%	R\$ 2.653,87	R\$ 1,86

H	Substituto na cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho - (Art. 19 a 23 da Lei nº 8.213/91)	0,27%	R\$ 3.137,87	R\$ 8,47
I	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade - (Art. 392 CLT)	0,08%	R\$ 1.142,76	R\$ 0,91
TOTAL		0,83%		R\$ 22,13
Módulo 5 - Insumos Diversos				
ITEM 5 - INSUMOS DIVERSOS		%	Base de Cálculo	Valor (R\$)
A	Uniformes e EPI's		R\$ 0,00	R\$ 79,74
B	Material consumível		R\$ 0,00	R\$ 23,02
Subtotal				R\$ 102,76
	Dedução Pis / Cofins - Regime de Incidência Não-Cumulativa	9,25%	R\$ 102,76	R\$ 9,51
Total de Insumos diversos				R\$ 93,26
Nota: Valores mensais por empregado.				
Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro				
Custos indiretos, Tributos e Lucros		%	Base de Cálculo	VALOR
A	Custos indiretos	5,00%	R\$ 3.580,98	R\$ 179,05
B				
C	B1. Tributos Federais (COFINS)	7,60%	R\$ 4.767,76	R\$ 362,35
D	B2. Tributos Federal (PIS)	1,65%	R\$ 4.767,76	R\$ 78,67
E	B3. Tributos Estaduais/Municipais (ISS)	4,00%	R\$ 4.767,76	R\$ 190,71
F	Total dos tributos	13,25%	R\$ 0,00	R\$ 631,73
G	Lucro	10,00%	R\$ 3.760,03	R\$ 376,00
	Total	36,81%	R\$ 3.580,98	R\$ 1.318,08
Anexo III - B - Quadro-resumo do Custo por Empregado				
Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)				
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração			R\$ 1.455,87
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			R\$ 1.813,05
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão			R\$ 196,68
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			R\$ 22,13
E	Módulo 5 - Insumos Diversos			R\$ 93,26
Subtotal (A + B + C + D + E)				R\$ 3.580,98
E	Módulo 6 - Custos indiretos, tributos e lucro			R\$ 1.318,08
Valor total por empregado				R\$ 4.899,06

CONTIGENCIAMENTO MENSAL MÁXIMO

ESTIMADO - CONTA VINCULADA

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS - CONTIGENCIAMENTO - FATO GERADOR

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias

2,1,	13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias	%	Base de Cálculo	Valor (R\$)
A	Décimo-terceiro salário - (Art. 7º, VIII, CF/88) - (§ único, Art. 1º, Decreto Nº 57.155 de 1965)	9,09%	R\$ 1.455,87	R\$ 132,35
B	Adicional de Férias - (Art. 7º, XVII, CF/88)	12,10%	R\$ 1.455,87	R\$ 176,18
C	Incidência do submódulo 2.2 sobre 13º salário e 1/3 de férias proporcionais	8,43%	R\$ 1.455,87	R\$ 122,79
TOTAL		29,63%		R\$ 431,32

Módulo 3 - Provisão para Rescisão - (Itens renováveis, não renováveis e ajustáveis)

C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado - (Art. 18, §1º da Lei 8.036/90)	1,92%	R\$ 2.805,95	R\$ 53,87
F	Multa do FGTS do aviso prévio trabalhado - (Art. 18, §1º da Lei 8.036/90)	1,28%	R\$ 3.268,92	R\$ 41,84
TOTAL		3,20%		R\$ 95,72

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro

Custos indiretos, Tributos e Lucros		%	Base de Cálculo	VALOR
A	Custos indiretos	5,00%	R\$ 527,04	R\$ 26,35
B				
C	B1. Tributos Federais (COFINS)	7,60%	R\$ 701,71	R\$ 53,33
D	B2. Tributos Federal (PIS)	1,65%	R\$ 701,71	R\$ 11,58
E	B3. Tributos Estaduais/Municipais (ISS)	4,00%	R\$ 701,71	R\$ 28,07
F	Total dos tributos	13,25%	R\$ 0,00	R\$ 92,98
G	Lucro	10,00%	R\$ 553,39	R\$ 55,34
Total		36,81%	R\$ 527,04	R\$ 193,99

Anexo III - B - Quadro-resumo do Custo por Empregado

Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)

B	Submódulo 2.1 - Encargos	R\$ 431,32
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ 95,72
Subtotal (A + B + C + D + E)		R\$ 527,04
E	Módulo 6 - Custos indiretos, tributos e lucro	R\$ 193,99
Valor total contingenciado por empregado		R\$ 721,03

PAGAMENTO MENSAL ESTIMADO, APÓS CONTIGENCIAMENTO - CONTA VINCULADA

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

MODULO 1: Composição da Remuneração

ITEM 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

		%	Base de Cálculo	Valor (R\$)
A	Salário Normativo - CCT - CLÁUSULA TERCEIRA	100,00%	R\$ 1.455,87	R\$ 1.455,87
Total de Remuneração				R\$ 1.455,87

MODULO 2: Encargos Trabalistas, Previdenciários, Sociais e Benefícios

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições

ENCARGOS SOCIAIS INCIDENTES S/ O VALOR DA REMUNERAÇÃO

2,2	GPS, FGTS e outras contribuições	%	Base de Cálculo	VALOR
A	INSS - (Art. 2º, § 3º, da Lei 11.457/2007.)	20,00%	R\$ 1.455,87	R\$ 291,17
B	SESC ou Sesi - (Art. 30, Lei 8.036/1990).	1,50%	R\$ 1.455,87	R\$ 21,84
C	SENAI - SENAC (Art. 1º, cap. Dec.-Lei 6.246/1944 e art. 4º, caput. Dec.-Lei 8.621/1946).	1,00%	R\$ 1.455,87	R\$ 14,56
D	INCRA - (Art. 1º, I, 2 c/c art. 3º, ambos do Decreto-Lei 1.146,/1970).	0,20%	R\$ 1.455,87	R\$ 2,91
E	Salário Educação - (Art. 3º, Inciso I, Decreto 87.043/1982).	2,50%	R\$ 1.455,87	R\$ 36,40
F	FGTS (Art. 15, Lei nº 8.036/90 e Art. 7º, III, CF/88).	8,00%	R\$ 1.455,87	R\$ 116,47
G	SAT - RAT x FAP - (Art. 7º, XXVIII, Art. 149 i e 195, I, a, ii da CF/88 - Decreto 6.957/2009) - MÁXIMO	6,00%	R\$ 1.455,87	R\$ 87,35
H	SEBRAE - (Art. 8º, Lei 8.029/1990).	0,60%	R\$ 1.455,87	R\$ 8,74
TOTAL		39,80%		R\$ 579,44

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2,3	Benefícios mensais e diários	%	Base de Cálculo	VALOR
A	Transporte - (Art. 4º, parágrafo único da Lei 7.418/1985 e CCT) 26 dias	6,00%	R\$ 4,20	R\$ 131,05
B	Auxílio Alimentação - (Lei nº 6.321/1976 e Decreto nº 5/1991 e CCT-CLÁUSULA SEXTA)	33,24%	R\$ 22,00	R\$ 484,00
C	Seguro de vida (morte e invalidez) - (CCT)	0,55%	R\$ 21.838,05	R\$ 10,07
D	Auxílio Morte/ Funeral - (CCT)	0,69%	R\$ 1.455,87	R\$ 0,84
E	Cesta Básica - (CCT)		R\$ 121,00	R\$ 121,00
F	Plano de Saúde (CCT)	3,80%	R\$ 1.455,87	R\$ 55,32
Total de Benefícios mensais e diários		44,29%		R\$ 802,29

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2.	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	%	Base de Cálculo	Valor (R\$)
----	---	---	-----------------	-------------

não há previ:

2,2,	GPS, FGTS e outras contribuições	39,80%	R\$ 0,00	R\$ 579,44
2,3,	Benefícios Mensais e Diários	55,11%	R\$ 0,00	R\$ 802,29
TOTAL		94,91%		R\$ 1.381,72
Módulo 3 - Provisão para Rescisão - (Itens renováveis, não renováveis e ajustáveis)				
A	Aviso Prévio Indenizado - (Art. 7º, XXI, CF/88, 477, 487. CLT)	0,42%	R\$ 2.689,48	R\$ 11,21
B	Incidência do FGTS S/ aviso prévio indenizado - (Art. 15, Lei nº 8.036/90 e Art. 7º, III, CF/88 e Súmula nº 305 do TST)	0,03%	R\$ 2.689,48	R\$ 0,90
D	Aviso Prévio Trabalhado - (Art. 7º, XXI, CF/88, 477, 487 da CLT)	1,94%	R\$ 3.268,92	R\$ 63,56
E	Incidência do submódulo 2.2 sobre aviso prévio trabalhado - (Art. 7º, XXI, CF/88, 477, 487 da CLT)	0,77%	R\$ 3.268,92	R\$ 25,30
TOTAL		3,17%		R\$ 100,96
Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente				
4,1	Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais - (Itens renováveis, não renováveis e ajustáveis)	%	Base de Cálculo	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias - (Art. 7º, XVII, CF/88 - IN 05/2017).	0,00%	R\$ 1.455,87	R\$ 0,00
B	Abono de férias do substituto - (Art. 7º, XVII, CF/88 - IN 05/2017)	0,00%	R\$ 1.455,87	R\$ 0,00
C	Gratificação Natalina do substituto - (Art. 7º, VIII, CF/88 - § único, Art. 2º, Decreto Nº 57.155 de 1965 -IN 05/2017)	0,00%	R\$ 1.455,87	R\$ 0,00
D	Incidência do submódulo 2.2 sobre 13º salário e 1/3 de férias proporcionais do substituto	0,00%	R\$ 1.455,87	R\$ 0,00
E	Substituto na cobertura de Ausências Legais - (Art. 473 da CLT)	0,41%	R\$ 2.653,87	R\$ 10,88
F	Substituto na cobertura de Licença Paternidade - Art. 7º, XIX, CF/88 e 10, §1º, da ADCT	0,07%	R\$ 2.653,87	R\$ 1,86
H	Substituto na cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho - (Art. 19 a 23 da Lei nº 8.213/91)	0,27%	R\$ 3.137,87	R\$ 8,47
I	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade - (Art. 392 CLT)	0,08%	R\$ 1.142,76	R\$ 0,91
TOTAL		0,83%		R\$ 22,13
Módulo 5 - Insumos Diversos				
ITEM 5 - INSUMOS DIVERSOS		%	Base de Cálculo	Valor (R\$)
A	Uniformes e EPI's		R\$ 0,00	R\$ 79,74
B	Material consumível		R\$ 0,00	R\$ 23,02
Subtotal				R\$ 102,76
	Dedução Pis / Cofins - Regime de Incidência Não-Cumulativa	9,25%	R\$ 102,76	R\$ 9,51
Total de Insumos diversos				R\$ 93,26
Nota: Valores mensais por empregado.				
Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro				
Custos indiretos, Tributos e Lucros		%	Base de Cálculo	VALOR
A	Custos indiretos	5,00%	R\$ 3.053,94	R\$ 152,70
B				
C	B1. Tributos Federais (COFINS)	7,60%	R\$ 4.066,05	R\$ 309,02
D	B2. Tributos Federal (PIS)	1,65%	R\$ 4.066,05	R\$ 67,09
E	B3. Tributos Estaduais/Municipais (ISS)	4,00%	R\$ 4.066,05	R\$ 162,64
F	Total dos tributos	13,25%	R\$ 0,00	R\$ 538,75
G	Lucro	10,00%	R\$ 3.206,63	R\$ 320,66

	Total	36,81%	R\$ 3.053,94	R\$ 1.124,09
Anexo III - B - Quadro-resumo do Custo por Empregado				
Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)				
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração			R\$ 1.455,87
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			R\$ 1.381,72
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão			R\$ 100,96
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			R\$ 22,13
E	Módulo 5 - Insumos Diversos			R\$ 93,26
	Subtotal (A + B + C + D + E)			R\$ 3.053,94
E	Módulo 6 - Custos indiretos, tributos e lucro			R\$ 1.124,09
	Valor total por empregado			R\$ 4.178,02

R\$ 4.899,06

R\$ 721,03

R\$ 4.178,02

CONTÍNUO

PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇO

Ao				
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO - IFMA				
CAMPUS: SÃO JOÃO DOS PATOS				
PREGÃO ELETRÔNICO Nº xx/2024				
Processo Administrativo n.º				
A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)		SINDICATO DOS TRABALHAD. DE EMPRE. DE ASSEIO E CONSER. LIMP. PUB. EDIFL COND. RES. COMER. MISTOS E LAVAND. DO EST. DO MA EXCETO O MUN. DE SÃO LUIS, CNPJ n.14.294.492/0001-80 e SIND DAS EMP DE ASEIO E CONSERVACAO DO ESTADO DO MA, CNPJ n. 06.991.483/0001-10	
B	Município/UF: SÃO JOÃO DOS PATOS / MARANHÃO			
C	Ano Convenção Coletiva de Trabalho: MA000125/2024			
D	NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: MR025223/2024			
Mão-de-obra vinculada à execução contratual				
Dados complementares para composição dos os referente à mão-de-obra				
1	Tipo de serviço: APOIO ADMINISTRATIVO		CONTA VINCULADA	
2	Salário Normativo da Categoria Profissional - R\$ 1.429,59			
4	Data base da categoria: 01 DE JANEIRO DE 2024			
5	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) 6220-10 - CONTÍNUO			
PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS				
MODULO 1: Composição da Remuneração				
ITEM 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO		%	Base de Cálculo	Valor (R\$)
A	Salário Normativo - CCT - CLÁUSULA TERCEIRA	100,00%	R\$ 1.429,59	R\$ 1.429,59
B	Dia do trabalhador - (CCT)	200,00%	R\$ 6,50	R\$ 8,66
C	Descanso semanal remunerado sobre dia trabalhador		R\$ 8,66	R\$ 1,73
Total de Remuneração				R\$ 1.439,99
MODULO 2: Encargos Trabalistas, Previdenciários, Sociais e Benefícios				
Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias				
2,1,	13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias	%	Base de Cálculo	Valor (R\$)
A	Décimo-terceiro salário - (Art. 7º, VIII, CF/88) - (§ único, Art. 1º, Decreto Nº 57.155 de 1965)	9,09%	R\$ 1.439,99	R\$ 130,91
B	Adicional de Férias - (Art. 7º, XVII, CF/88)	12,10%	R\$ 1.439,99	R\$ 174,26
C	Incidência do submódulo 2.2 sobre 13º salário e 1/3 de férias proporcionais	8,43%	R\$ 1.439,99	R\$ 121,46
TOTAL		29,63%		R\$ 426,62
Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições				
ENCARGOS SOCIAIS INCIDENTES S/ O VALOR DA REMUNERAÇÃO				
2,2	GPS, FGTS e outras contribuições	%	Base de Cálculo	VALOR
A	INSS - (Art. 2º, § 3º, da Lei 11.457/2007.)	20,00%	R\$ 1.439,99	R\$ 288,00
B	SESC ou SESI - (Art. 30, Lei 8.036/1990).	1,50%	R\$ 1.439,99	R\$ 21,60
C	SENAI - SENAC (Art. 1º, cap. Dec.-Lei 6.246/1944 e art. 4º, caput. Dec.-Lei 8.621/1946).	1,00%	R\$ 1.439,99	R\$ 14,40
D	INCRA - (Art. 1º, I, 2 c/c art. 3º, ambos do Decreto-Lei 1.146,/1970).	0,20%	R\$ 1.439,99	R\$ 2,88
E	Salário Educação - (Art. 3º, Inciso I, Decreto 87.043/1982).	2,50%	R\$ 1.439,99	R\$ 36,00
F	FGTS (Art. 15, Lei nº 8.036/90 e Art. 7º, III, CF/88).	8,00%	R\$ 1.439,99	R\$ 115,20
G	SAT - RAT x FAP - (Art. 7º, XXVIII, Art. 149 i e 195, I, a, ii da CF/88 - Decreto 6.957/2009) - MÁXIMO	6,00%	R\$ 1.439,99	R\$ 86,40
H	SEBRAE - (Art. 8º, Lei 8.029/1990).	0,60%	R\$ 1.439,99	R\$ 8,64
TOTAL		39,80%		R\$ 573,11
Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.				
2,3	Benefícios mensais e diários	%	Base de Cálculo	VALOR
A	Transporte - (Art. 4º, parágrafo único da Lei 7.418/1985 e CCT) 26 dias	6,00%	R\$ 4,20	R\$ 132,62
B	Auxílio Alimentação - (Lei nº 6.321/1976 e Decreto nº 5/1991 e CCT-CLÁUSULA SEXTA)	30,25%	R\$ 22,00	R\$ 435,60
C	Seguro de vida (morte e invalidez) - (CCT)	0,55%	R\$ 21.443,85	R\$ 9,89
D	Auxilio Morte/ Funeral - (CCT)	0,69%	R\$ 1.429,59	R\$ 0,82
E	Cesta Básica - (CCT)		R\$ 121,00	R\$ 121,00
F	Plano de Saúde (CCT) (AUXÍLO ODONTOLÓGICO)	3,80%	R\$ 1.429,59	R\$ 54,32
Total de Benefícios mensais e diários		37,50%		R\$ 754,27

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários				
2.	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	%	Base de Cálculo	Valor (R\$)
2,1,	Décimo Terceiro Salário, Férias e Adicional de Férias	29,63%	R\$ 0,00	R\$ 426,62
2,2,	GPS, FGTS e outras contribuições	39,80%	R\$ 0,00	R\$ 573,11
2,3,	Benefícios Mensais e Diários	52,38%	R\$ 0,00	R\$ 754,27
TOTAL		121,81%		R\$ 1.754,00
Módulo 3 - Provisão para Rescisão - (Itens renováveis, não renováveis e ajustáveis)				
A	Aviso Prévio Indenizado - (Art. 7º, XXI, CF/88, 477, 487. CLT)	0,42%	R\$ 2.620,87	R\$ 10,92
B	Incidência do FGTS S/ aviso prévio indenizado - (Art. 15, Lei nº 8.036/90 e Art. 7º, III, CF/88 e Súmula nº 305 do TST)	0,03%	R\$ 2.620,87	R\$ 0,87
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado - (Art. 18, §1º da Lei 8.036/90)	1,92%	R\$ 2.736,07	R\$ 52,53
D	Aviso Prévio Trabalhado - (Art. 7º, XXI, CF/88, 477, 487 da CLT)	1,94%	R\$ 3.193,99	R\$ 62,11
E	Incidência do submódulo 2.2 sobre aviso prévio trabalhado - (Art. 7º, XXI, CF/88, 477, 487 da CLT)	0,77%	R\$ 3.193,99	R\$ 24,72
F	Multa do FGTS do aviso prévio trabalhado - (Art. 18, §1º da Lei 8.036/90)	1,28%	R\$ 3.193,99	R\$ 40,88
TOTAL		6,37%		R\$ 192,03
Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente				
4,1	Submódulo 4.1 – Substituto nas Ausências Legais - (Itens renováveis, não renováveis e ajustáveis)	%	Base de Cálculo	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias - (Art. 7º, XVII, CF/88 - IN 05/2017).	8,33%	R\$ 0,00	R\$ 0,00
B	Abono de férias do substituto - (Art. 7º, XVII, CF/88 - IN 05/2017)	0,23%	R\$ 0,00	R\$ 0,00
C	Gratificação Natalina do substituto - (Art. 7º, VIII, CF/88 - § único, Art. 2º, Decreto Nº 57.155 de 1965 -IN 05/2017)	0,69%	R\$ 0,00	R\$ 0,00
D	Incidência do submódulo 2.2 sobre 13º salário e 1/3 de férias proporcionais do substituto	3,69%	R\$ 0,00	R\$ 0,00
E	Substituto na cobertura de Ausências Legais - (Art. 473 da CLT)	0,41%	R\$ 2.625,76	R\$ 10,77
F	Substituto na cobertura de Licença Paternidade - Art. 7º, XIX, CF/88 e 10, §1º, da ADCT	0,07%	R\$ 2.625,76	R\$ 1,84
H	Substituto na cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho - (Art. 19 a 23 da Lei nº 8.213/91)	0,27%	R\$ 3.061,36	R\$ 8,27
I	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade - (Art. 392 CLT)	0,08%	R\$ 1.131,73	R\$ 0,91
TOTAL		13,77%		R\$ 21,77
Módulo 5 - Insumos Diversos				
ITEM 5 - INSUMOS DIVERSOS		%	Base de Cálculo	Valor (R\$)
A	Uniformes e EPI's		R\$ 0,00	R\$ 74,78
B	Material consumível		R\$ 0,00	R\$ 23,02
Subtotal				R\$ 97,81
	Dedução Pis / Cofins - Regime de Incidência Não-Cumulativa	9,25%	R\$ 97,81	R\$ 9,05
Total de insumos diversos				R\$ 88,76
Nota: Valores mensais por empregado.				
Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro				
Custos indiretos, Tributos e Lucros		%	Base de Cálculo	VALOR
A	Custos indiretos	5,00%	R\$ 3.496,56	R\$ 174,83
B				
C	B1. Tributos Federais (COFINS)	7,60%	R\$ 4.655,36	R\$ 353,81
D	B2. Tributos Federal (PIS)	1,65%	R\$ 4.655,36	R\$ 76,81
E	B3. Tributos Estaduais/Municipais (ISS)	4,00%	R\$ 4.655,36	R\$ 186,21
F	Total dos tributos	13,25%	R\$ 0,00	R\$ 616,83
G	Lucro	10,00%	R\$ 3.671,38	R\$ 367,14
	Total	36,81%	R\$ 3.496,56	R\$ 1.287,01
Anexo III - B - Quadro-resumo do Custo por Empregado				
Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)				
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração			R\$ 1.439,99
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			R\$ 1.754,00
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão			R\$ 192,03
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			R\$ 21,77
E	Módulo 5 - Insumos Diversos			R\$ 88,76
Subtotal (A + B + C + D + E)				R\$ 3.496,56
E	Módulo 6 - Custos indiretos, tributos e lucro			R\$ 1.287,01
Valor total por empregado				R\$ 4.783,56

CONTIGENCIAMENTO MENSAL MÁXIMO ESTIMADO - CONTA VINCULADA

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS - CONTIGENCIAMENTO - FATO GERADOR				
Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias				
2,1,	13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias	%	Base de Cálculo	Valor (R\$)
A	Décimo-terceiro salário - (Art. 7º, VIII, CF/88) - (§ único, Art. 1º, Decreto Nº 57.155 de 1965)	9,09%	R\$ 1.439,99	R\$ 130,91
B	Adicional de Férias - (Art. 7º, XVII, CF/88)	12,10%	R\$ 1.439,99	R\$ 174,26
C	Incidência do submódulo 2.2 sobre 13º salário e 1/3 de férias proporcionais	8,43%	R\$ 1.439,99	R\$ 121,46
TOTAL		29,63%		R\$ 426,62
Módulo 3 - Provisão para Rescisão - (Itens renováveis, não renováveis e ajustáveis)				
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado - (Art. 18, §1º da Lei 8.036/90)	1,92%	R\$ 2.736,07	R\$ 52,53
F	Multa do FGTS do aviso prévio trabalhado - (Art. 18, §1º da Lei 8.036/90)	1,28%	R\$ 3.193,99	R\$ 40,88
TOTAL		3,20%		R\$ 93,42
Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro				
Custos indiretos, Tributos e Lucros		%	Base de Cálculo	VALOR
A	Custos indiretos	5,00%	R\$ 520,03	R\$ 26,00
B				
C	B1. Tributos Federais (COFINS)	7,60%	R\$ 692,38	R\$ 52,62
D	B2. Tributos Federal (PIS)	1,65%	R\$ 692,38	R\$ 11,42
E	B3. Tributos Estaduais/Municipais (ISS)	4,00%	R\$ 692,38	R\$ 27,70
F	Total dos tributos	13,25%	R\$ 0,00	R\$ 91,74
G	Lucro	10,00%	R\$ 546,04	R\$ 54,60
	Total	36,81%	R\$ 520,03	R\$ 191,41
Anexo III - B - Quadro-resumo do Custo por Empregado				
Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)				
B	Submódulo 2.1 - Encargos			R\$ 426,62
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão			R\$ 93,42
Subtotal (A + B + C + D + E)				R\$ 520,03
E	Módulo 6 - Custos indiretos, tributos e lucro			R\$ 191,41
Valor total contingenciado por empregado				R\$ 711,45

PAGAMENTO MENSAL ESTIMADO, APÓS CONTIGENCIAMENTO - CONTA VINCULADA

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS			
MÓDULO 1: Composição da Remuneração			
ITEM 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	%	Base de Cálculo	Valor (R\$)

A	Salário Normativo - CCT - CLÁUSULA TERCEIRA	100,00%	R\$ 1.439,99	R\$ 1.439,99
Total de Remuneração				R\$ 1.439,99
MODULO 2: Encargos Trabalhistas, Previdenciários, Sociais e Benefícios				
Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições				
ENCARGOS SOCIAIS INCIDENTES S/ O VALOR DA REMUNERAÇÃO				
2,2	GPS, FGTS e outras contribuições	%	Base de Cálculo	VALOR
A	INSS - (Art. 2º, § 3º, da Lei 11.457/2007.)	20,00%	R\$ 1.439,99	R\$ 288,00
B	SESC ou SESI - (Art. 30, Lei 8.036/1990).	1,50%	R\$ 1.439,99	R\$ 21,60
C	SENAI - SENAC (Art. 1º, cap. Dec.-Lei 6.246/1944 e art. 4º, caput. Dec.-Lei 8.621/1946).	1,00%	R\$ 1.439,99	R\$ 14,40
D	INCRA - (Art. 1º, I, 2 c/c art. 3º, ambos do Decreto-Lei 1.146/1970).	0,20%	R\$ 1.439,99	R\$ 2,88
E	Salário Educação - (Art. 3º, Inciso I, Decreto 87.043/1982).	2,50%	R\$ 1.439,99	R\$ 36,00
F	FGTS (Art. 15, Lei nº 8.036/90 e Art. 7º, III, CF/88).	8,00%	R\$ 1.439,99	R\$ 115,20
G	SAT - RAT x FAP - (Art. 7º, XXVIII, Art. 149 i e 195, I, a, ii da CF/88 - Decreto 6.957/2009) - MÁXIMO	6,00%	R\$ 1.439,99	R\$ 86,40
H	SEBRAE - (Art. 8º, Lei 8.029/1990).	0,60%	R\$ 1.439,99	R\$ 8,64
TOTAL		39,80%		R\$ 573,11
Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.				
2,3	Benefícios mensais e diários	%	Base de Cálculo	VALOR
A	Transporte - (Art. 4º, parágrafo único da Lei 7.418/1985 e CCT) 26 dias	6,00%	R\$ 4,20	R\$ 132,62
B	Auxílio Alimentação - (Lei nº 6.321/1976 e Decreto nº 5/1991 e CCT-CLÁUSULA SEXTA)	30,25%	R\$ 22,00	R\$ 435,60
C	Seguro de vida (morte e invalidez) - (CCT)	0,55%	R\$ 21.443,85	R\$ 9,89
D	Auxílio Morte/ Funeral - (CCT)	0,69%	R\$ 1.429,59	R\$ 0,82
E	Cesta Básica - (CCT)		R\$ 121,00	R\$ 121,00
F	Plano de Saúde (CCT)	3,80%	R\$ 1.429,59	R\$ 54,32
Total de Benefícios mensais e diários		41,30%		R\$ 754,27
Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários				
2.	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	%	Base de Cálculo	Valor (R\$)
2,2,	GPS, FGTS e outras contribuições	39,80%	R\$ 0,00	R\$ 573,11
2,3,	Benefícios Mensais e Diários	52,38%	R\$ 0,00	R\$ 754,27
TOTAL		92,18%		R\$ 1.327,38
Módulo 3 - Provisão para Rescisão - (Itens renováveis, não renováveis e ajustáveis)				
A	Aviso Prévio Indenizado - (Art. 7º, XXI, CF/88, 477, 487. CLT)	0,42%	R\$ 2.620,87	R\$ 10,92
B	Incidência do FGTS S/ aviso prévio indenizado - (Art. 15, Lei nº 8.036/90 e Art. 7º, III, CF/88 e Súmula nº 305 do TST)	0,03%	R\$ 2.620,87	R\$ 0,87
D	Aviso Prévio Trabalhado - (Art. 7º, XXI, CF/88, 477, 487 da CLT)	1,94%	R\$ 3.193,99	R\$ 62,11
E	Incidência do submódulo 2.2 sobre aviso prévio trabalhado - (Art. 7º, XXI, CF/88, 477, 487 da CLT)	0,77%	R\$ 3.193,99	R\$ 24,72
TOTAL		3,17%		R\$ 98,62
Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente				
4,1	Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais - (Itens renováveis, não renováveis e ajustáveis)	%	Base de Cálculo	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias - (Art. 7º, XVII, CF/88 - IN 05/2017).	0,00%	R\$ 1.439,99	R\$ 0,00
B	Abono de férias do substituto - (Art. 7º, XVII, CF/88 - IN 05/2017)	0,00%	R\$ 1.439,99	R\$ 0,00
C	Gratificação Natalina do substituto - (Art. 7º, VIII, CF/88 - § único, Art. 2º, Decreto Nº 57.155 de 1965 -IN 05/2017)	0,00%	R\$ 1.439,99	R\$ 0,00
D	Incidência do submódulo 2.2 sobre 13º salário e 1/3 de férias proporcionais do substituto	0,00%	R\$ 1.439,99	R\$ 0,00
E	Substituto na cobertura de Ausências Legais - (Art. 473 da CLT)	0,41%	R\$ 2.625,76	R\$ 10,77
F	Substituto na cobertura de Licença Paternidade - Art. 7º, XIX, CF/88 e 10, §1º, da ADCT	0,07%	R\$ 2.625,76	R\$ 1,84
H	Substituto na cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho - (Art. 19 a 23 da Lei nº 8.213/91)	0,27%	R\$ 3.061,36	R\$ 8,27
I	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade - (Art. 392 CLT)	0,08%	R\$ 1.131,73	R\$ 0,91
TOTAL		0,83%		R\$ 21,77
Módulo 5 - Insumos Diversos				
ITEM 5 - INSUMOS DIVERSOS		%	Base de Cálculo	Valor (R\$)
A	Uniformes e EPI's		R\$ 0,00	R\$ 74,78
B	Material consumível		R\$ 0,00	R\$ 23,02
Subtotal				R\$ 97,81
	Dedução Pis / Cofins - Regime de Incidência Não-Cumulativa	9,25%	R\$ 97,81	R\$ 9,05
Total de Insumos diversos				R\$ 88,76
Nota: Valores mensais por empregado.				

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2024/2024

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: MA000091/2024
DATA DE REGISTRO NO MTE: 03/05/2024
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR017232/2024
NÚMERO DO PROCESSO: 19980.242204/2024-33
DATA DO PROTOCOLO: 15/04/2024

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DOS VIGIAS, PORTEIROS E FISCAIS DO ESTADO DO MARANHÃO - SINDVIGIAS/MA, CNPJ n. 74.186.008/0001-20, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). JOSE DOS SANTOS BATISTA;

E

SIND DAS EMP DE ASEIO E CONSERVACAO DO ESTADO DO MA, CNPJ n. 06.991.483/0001-10, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). JOSE WILLIAM CAMARA RIBEIRO;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024 e a data-base da categoria em 01º de janeiro.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Dos profissionais Vigias, Porteiros, Fiscais de Empresas Comerciais, Industriais, Hotéis, Motéis, Pousadas, Bares, Restaurantes, Lanchonetes, Condomínios, Residências** cujas respectivas categorias econômicas sejam legalmente representadas pela Entidade conveniente, na base territorial abrangida EXCETO nos Municípios de Bernardo do Mearim, Esperantinópolis, Igarapé Grande, Joselândia, Lima Campos, Pedreiras, Poção de Pedras, Trizidela do Vale, Açailândia, Bom Jesus das Selvas, Buriticupu e Itinga do Maranhão, com abrangência territorial em Afonso Cunha/MA, Água Doce do Maranhão/MA, Alcântara/MA, Aldeias Altas/MA, Altamira do Maranhão/MA, Alto Alegre do Maranhão/MA, Alto Alegre do Pindaré/MA, Alto Parnaíba/MA, Amapá do Maranhão/MA, Amarante do Maranhão/MA, Anajatuba/MA, Anapurus/MA, Apicum-Açu/MA, Araguaianã/MA, Araioses/MA, Arame/MA, Arari/MA, Axixá/MA, Bacabal/MA, Bacabeira/MA, Bacuri/MA, Bacurituba/MA, Balsas/MA, Barão de Grajaú/MA, Barra do Corda/MA, Bela Vista do Maranhão/MA, Belágua/MA, Benedito Leite/MA, Bequimão/MA, Boa Vista do Gurupi/MA, Bom Jardim/MA, Bom Lugar/MA, Brejo de Areia/MA, Brejo/MA, Buriti Bravo/MA, Buriti/MA, Buritirana/MA, Cachoeira Grande/MA, Cajapió/MA, Cajari/MA, Campestre do Maranhão/MA, Cândido Mendes/MA, Cantanhede/MA, Capinzal do Norte/MA, Carolina/MA, Carutapera/MA, Caxias/MA, Cedral/MA, Central do Maranhão/MA, Centro do Guilherme/MA, Centro Novo do Maranhão/MA, Chapadinha/MA, Cidelândia/MA, Codó/MA, Coelho Neto/MA, Colinas/MA, Conceição do Lago-Açu/MA, Coroatá/MA, Cururupu/MA, Davinópolis/MA, Dom Pedro/MA, Duque Bacelar/MA, Esperantinópolis/MA, Estreito/MA, Feira Nova do Maranhão/MA, Fernando Falcão/MA, Formosa da Serra Negra/MA, Fortaleza dos Nogueiras/MA, Fortuna/MA, Godofredo Viana/MA, Gonçalves Dias/MA, Governador Archer/MA, Governador Edison Lobão/MA, Governador Eugênio Barros/MA, Governador Luiz Rocha/MA, Governador Newton Bello/MA, Governador Nunes Freire/MA, Graça Aranha/MA, Grajaú/MA, Guimarães/MA, Icatu/MA, Igarapé do Meio/MA, Imperatriz/MA, Itaipava do Grajaú/MA, Itapecuru Mirim/MA, Jatobá/MA, Jenipapo dos Vieiras/MA, João Lisboa/MA, Junco do Maranhão/MA, Lago da Pedra/MA, Lago do Junco/MA, Lago dos Rodrigues/MA, Lago Verde/MA, Lagoa do Mato/MA, Lagoa Grande do Maranhão/MA, Lajeado Novo/MA, Loreto/MA, Luís Domingues/MA, Magalhães de Almeida/MA, Maracaçumé/MA, Marajá do Sena/MA, Maranhãozinho/MA, Mata Roma/MA, Matinha/MA, Matões do Norte/MA, Matões/MA, Milagres do Maranhão/MA, Mirador/MA, Miranda do Norte/MA, Mirinzal/MA, Monção/MA, Montes Altos/MA, Morros/MA, Nina Rodrigues/MA,

Nova Colinas/MA, Nova Iorque/MA, Nova Olinda do Maranhão/MA, Olho d'Água das Cunhãs/MA, Olinda Nova do Maranhão/MA, Paço do Lumiar/MA, Palmeirândia/MA, Paraibano/MA, Parnarama/MA, Passagem Franca/MA, Pastos Bons/MA, Paulo Ramos/MA, Pedro do Rosário/MA, Penalva/MA, Peri Mirim/MA, Peritoró/MA, Pindaré-Mirim/MA, Pinheiro/MA, Pio XII/MA, Pirapemas/MA, Porto Franco/MA, Porto Rico do Maranhão/MA, Presidente Dutra/MA, Presidente Juscelino/MA, Presidente Médici/MA, Presidente Sarney/MA, Presidente Vargas/MA, Raposa/MA, Riachão/MA, Ribamar Fiquene/MA, Rosário/MA, Sambaíba/MA, Santa Filomena do Maranhão/MA, Santa Helena/MA, Santa Inês/MA, Santa Luzia do Paruá/MA, Santa Luzia/MA, Santa Quitéria do Maranhão/MA, Santa Rita/MA, Santana do Maranhão/MA, Santo Antônio dos Lopes/MA, São Benedito do Rio Preto/MA, São Bento/MA, São Bernardo/MA, São Domingos do Azeitão/MA, São Domingos do Maranhão/MA, São Félix de Balsas/MA, São Francisco do Brejão/MA, São Francisco do Maranhão/MA, São João Batista/MA, São João do Carú/MA, São João do Paraíso/MA, São João do Soter/MA, São João dos Patos/MA, São José de Ribamar/MA, São José dos Basílios/MA, São Luís Gonzaga do Maranhão/MA, São Luís/MA, São Mateus do Maranhão/MA, São Pedro da Água Branca/MA, São Pedro dos Crentes/MA, São Raimundo das Mangabeiras/MA, São Raimundo do Doca Bezerra/MA, São Roberto/MA, São Vicente Ferrer/MA, Satubinha/MA, Senador Alexandre Costa/MA, Senador La Rocque/MA, Serrano do Maranhão/MA, Sítio Novo/MA, Sucupira do Norte/MA, Sucupira do Riachão/MA, Tasso Fragoso/MA, Timbiras/MA, Timon/MA, Tufilândia/MA, Tuntum/MA, Turiaçu/MA, Turilândia/MA, Urbano Santos/MA, Vargem Grande/MA, Viana/MA, Vila Nova dos Martírios/MA, Vitória do Mearim/MA, Vitorino Freire/MA e Zé Doca/MA.

SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO PISO SALARIAL

CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL

Fica estabelecido que partir de 1º de janeiro de 2024, os pisos salariais das categorias abrangidas por esta Convenção Coletiva de Trabalho, que empregam VIGIAS, PORTEIROS, FISCAIS, AGENTE OPERACIONAL DE SERVIÇOS DIVERSOS EM CONDOMÍNIO e TRABALHADORES ASSEMBLADOS, com reajuste salarial no percentual de 6,89% (seis vírgula e oitenta e nove por Cento). Em referência à função de **Agente operacional de Serviços diversos em condomínio**, em virtude da proibição legal quanto ao pagamento do salário inferior ao salário-mínimo, o reajuste salarial não acompanhou o percentual ajustado. Para categoria sindicalizada ou não, a saber:

Vigias	R\$. 1.428,92
Porteiro	
Agente de portaria	
Porteiro de hotel	R\$. 1.455,87
Porteiro de edifícios industrial	
Porteiro de locais diversos	
Fiscal de piso	R\$. 1.474,87
Fiscal de loja	
Agente operacional de	R\$. 1.413,59
Serviços diversos em condomínio.	

- PAGAMENTO RETROATIVO

Fica garantido aos empregados o valor correspondente ao reajuste que deixou de ocorrer em face do ajuste da presente convenção ter acontecido somente em abril, relativo aos meses posteriores à data base, a título de verba indenizatória e será pago em até 3 parcelas.

PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS

CLÁUSULA QUARTA - SALÁRIOS SUPERIORES AOS PISOS

Os valores estipulados acima do piso salarial, por força do contrato celebrado por interposta empresa, integrarão o salário no período correspondente ao exercício da função gratificada.

- Também ficou definido que não estão incluídos nos reajustes salariais os empregados que desempenham cargos administrativos, de direção ou de confiança nas atividades meios das empresas, ou que não possuam nenhuma similitude com os cargos da categoria profissional relacionadas na tabela salarial da convenção ou ainda, se relacionadas, estejam sendo remunerados em valores acima do piso vigente no mês de dezembro/2023, ficando, assim, as empresas livres e desembaraçadas para aplicar o reajuste salarial que lhes convier, observadas as limitações de cada uma das empresas, não sendo obrigatória, em absoluto, a aplicabilidade dos índices neste instrumento pactuado a integra, de forma obrigatória, mas por livre negociação entre as partes.

CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO EM DIAS DE FOLGA

Os empregados que prestarem serviços no dia destinado à sua folga semanal ou repouso remunerado, caso seja convocado pela empresa, receberão pagamento com acréscimo de 50% (cinquenta por cento), percentual esse também válido para o adicional noturno, se for o caso.

CLÁUSULA SEXTA - COMPROVANTE DE PAGAMENTO

As empresas ficam obrigadas a disponibilizar os contracheques via sistema eletrônico nos moldes previstos pela Lei nº 13.467/2017 comprovante mensal de pagamento a seus empregados, nos quais devem constar, especificamente, os valores do salário base, demais verbas remuneratórias e ainda, os valores dos descontos efetuados.

ISONOMIA SALARIAL

CLÁUSULA SÉTIMA - SALÁRIO SUBSTITUIÇÃO

Se algum empregado substituir outro em função de melhor remuneração por período superior a 30 (trinta) dias, este receberá a mesma remuneração do substituído, enquanto perdurar a substituição.

GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS ADICIONAL DE HORA-EXTRA

CLÁUSULA OITAVA - HORAS EXTRAS

O cálculo da hora extra será efetuado dividindo-se a remuneração por 220 (duzentos e vinte) horas, acrescido do adicional de 50% (cinquenta por cento) do valor da hora resultante.

ADICIONAL NOTURNO

CLÁUSULA NONA - ADICIONAL NOTURNO

O adicional noturno deverá ser pago nos moldes da legislação em vigor.

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

CLÁUSULA DÉCIMA - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

Na hipótese de existência de insalubridade, devidamente comprovada através de perícia técnica, aplicar-se-á sobre o salário percebido pelos trabalhadores do setor de conservação, o percentual adicional devido, de acordo com os ditames da legislação vigente.

AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - VALE REFEIÇÃO/ ALIMENTAÇÃO

A partir da vigência desta Convenção Coletiva de Trabalho todos os empregados envolvidos nos trabalhos diurnos e noturno a serem admitidos pelas empresas receberão vale refeição/alimentação, sendo que esse benefício, em nenhuma circunstância, integrará o salário para qualquer efeito legal.

– O valor unitário do vale refeição/alimentação a ser fornecido é de **R\$ 22,00** (vinte e dois reais), cujo limite correspondente aos números de dias trabalhados, sendo que as empresas que firmarem acordo de fornecimento de alimentação aos seus empregados estão desobrigadas do fornecimento do vale refeição/alimentação.

- Nos contratos cujo tomador de serviço fornecer refeição em refeitório próprio ou terceirizado, desde que tenha autorização de funcionamento, a empresa fica desobrigada de fornecer o ticket refeição aos empregados do respectivo contrato, devendo a empresa informar ao sindicato dos empregados os tomadores de serviço que oferecem esse benefício.

– Os benefícios referentes às despesas ou as ajudas ao empregado relativas às refeições, em espécie, bem como o fornecimento, a empresa fica proibida de considerar como compreendidas no salário como remuneração, complementação ou para retribuir o trabalho, terão caráter indenizatório e ressarcimento dos custos do empregado no local, para a prestação dos serviços, não incidindo assim, recolhimento previdenciário nem encargos trabalhistas (art. 214, I, do Decreto nº 3048/99 e art. 458, *caput* e parágrafo primeiro da CLT, que determina a integração quando o pagamento se refere à retribuição do trabalho).

AUXÍLIO TRANSPORTE

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - TRANSPORTE DO EMPREGADO DA RESERVA TÉCNICA

Ao pessoal da “Reserva Técnica” ou apoio, isto é, aqueles que ficam à disposição da empresa para cobertura de eventuais faltas em qualquer posto de serviços, são assegurados o transporte, no itinerário compreendido entre a sede da empresa e o local de serviço para onde for designado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - VALE TRANSPORTE

Na forma da legislação vigente, fica estabelecida a obrigatoriedade do fornecimento de vale-transporte a todos os empregados abrangidos por esta Convenção, inclusive no deslocamento para o almoço, se for o caso.

- O vale-transporte será fornecido na Sede da Empresa ou no Posto de Serviço, quando o profissional for diarista.

- A ajuda de custo em dinheiro como ressarcimento das despesas de deslocamento trabalho e retorno, será indenizatória, ficando proibido à empresa considerar no pagamento do salário ou descontar como retribuição do trabalho, não integrando o salário conforme previsão do parágrafo segundo do art. 458 da CLT, sendo aplicável o art. 214, I, e parágrafo 9º, V, alínea m do Decreto nº 3.048/99.

AUXÍLIO SAÚDE

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - PLANO DE SAÚDE, ODONTOLÓGICO E TELEMEDICINA

As empresas signatárias do presente instrumento concederão, mensalmente, aos seus empregados, plano de saúde a partir dos novos contratos firmados após a homologação da Convenção Coletiva de Trabalho o qual passou a vigorar em 2020, bem como concederão plano odontológico a partir dos novos contratos firmados após a homologação da Convenção Coletiva de Trabalho que vigorará em 2021. A partir da homologação da presente convenção coletiva de trabalho os empregadores também deverão conceder plano odontológico e telemedicina.

- O custeio dos empregadores não poderá ultrapassar o limite de 4% (quatro por cento) do salário base do trabalhador.

- O benefício aqui disposto não terá natureza salarial e não se integra ao contrato de trabalho para nenhum efeito, sendo a adesão opcional para o trabalhador.

- O benefício do plano de saúde far-se-á contemplado aos contratos firmados a partir da assinatura da Convenção Coletiva de Trabalho de 2021 aos contratos privados e contratos públicos frutos de processos licitatórios pelas empresas, a fim de que se faça garantido o cumprimento do referido benefício.

- Caso o trabalhador seja transferido de um contrato contemplado para outro ainda não contemplado, perderá o benefício de imediato. O benefício só será concedido aos trabalhadores que estiverem ligados a contratos que estejam expressamente contidos tal benefício.

- A rescisão do contrato de trabalho implica no imediato desligamento do empregado dos planos de saúde e na consequente desobrigação da empresa em mantê-lo posteriormente.

- As empresas não se responsabilizam financeiramente, de forma alguma, por dependentes de seus empregados que queiram ingressar, nesta qualidade, em referidos planos de saúde. No entanto, acaso autorizados por seus empregados, as empresas poderão descontar dos salários dos mesmos, os valores referidos aos planos preditos de seus dependentes devidamente inscritos, para repasse às empresas prestadoras dos respectivos serviços mediante folha em anexo.

- O benefício tratado nesta cláusula não possui natureza salarial, não se incorporando à remuneração, nem se constituindo em base de incidência para cálculo do INSS e FGTS ou composição de verbas de cunho rescisório.

- Para fins do benefício dos planos de saúde, ora tratados, a perda dos benefícios, pelo empregado, e a consequente desobrigação da empresa diante de ambos dar-se-á após o 100º (centésimo) dia de afastamento, a exceção dos casos de acidente de trabalho; neoplasia maligna; cardiopatia grave; nefropatia grave; hepatopatia grave; estar em curso de período gestacional ou em gozo de licença-maternidade casos em que os benefícios se estenderão por 180 dias.

- Nas situações de afastamento do empregado do labor, o pagamento pertinente aos seus dependentes eventualmente inscritos, o qual não mais poderá ser objeto de desconto em folha de pagamento de sua empregadora, será realizado diretamente pelo primeiro junto à administradora do plano de saúde vigente, acaso optem pela manutenção de tal benefício. Tal regramento fica válido a partir do primeiro dia de afastamento empregado titular.

- O retorno do empregado ao trabalho, precedido dos procedimentos legais exigidos implicará na readmissão dele nos benefícios previstos na presente cláusula.

- Sempre que solicitada pelo Sindicato profissional, as empresas deverão fornecer a relação atualizada de seus empregados inscritos em referido plano de saúde.

- Eventuais alterações de preço e condições junto a operadora de plano de saúde, será promovida concomitantemente com a data-base da categoria profissional, e, somente serão concretizadas com a anuência do Sindicato Obreiro, que atuará na condição de interveniente.

- O benefício aqui disposto não tem natureza salarial e não se integra ao contrato de trabalho para nenhum efeito.

- As empresas deverão compor em suas planilhas de preço, os custos com o plano de saúde e plano odontológico, a serem repassados para os tomadores de serviços, com base na responsabilidade subsidiária, onde a empresa tomadora do serviço responde subsidiariamente pelas obrigações trabalhistas dos trabalhadores terceirizados, referente ao período da prestação dos serviços em suas dependências, fixando também a responsabilidade secundária, medida já adota pela jurisprudência do TST 10, §7º, com base na lei 6.019/1974.

- É de responsabilidade da empresa contratante, garantir as condições de segurança, higiene e salubridade dos trabalhadores, quando o trabalho for realizado em suas dependências ou em locais por ela designado.

AUXÍLIO MORTE/FUNERAL

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - AUXILIO FUNERAL

As empresas concederão auxílio funeral, no valor do piso da categoria a que pertença o trabalhador abrangido por esta Convenção, a (o) viúva (o) ou companheira (o) do empregado (a) com mais de cinco (cinco) meses de empresa, podendo esse valor ser em bens, a critério do (a) beneficiário (a).

SEGURO DE VIDA

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - SEGURO DE VIDA

As empresas farão em prol dos seus empregados contrato de seguro de vida em grupo, cuja apólice será no valor correspondente a 15 (quinze) vezes o salário base do trabalhador, pago pela empresa seguradora aos respectivos beneficiários, nas situações de morte natural e acidental ou ainda em situações de invalidez permanente.

– Será descontado o valor simbólico de 1% do prêmio do seguro da remuneração do trabalhador, referente ao seguro de vida em grupo, esse desconto não poderá ultrapassar o valor de R\$ 0,10 (dez centavos de reais) por funcionário.

OUTROS AUXÍLIOS

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - CESTA BÁSICA

As empresas signatárias do presente instrumento concederão aos seus empregados cesta-básica até o décimo quinto dia do mês subsequente, no valor mínimo de **R\$: 121,00 (cem e vinte e um reais)**.

§ Primeiro – O empregado que tiver faltas no período de apuração terá o direito ao benefício proporcionalmente, considerando a média de 30 dias trabalhados para pagamento integral, ficando assegurado o referido benefício para as ausências justificadas por atestado médico. Cada falta sem justificativa corresponderá a 1/30 avos de desconto no valor da cesta bás

§ Segundo – O benefício tratado nesta cláusula não possui natureza salarial, não se incorporando à remuneração, nem se constituindo em base de incidência para cálculo do INSS e FGTS ou composição de verbas de cunho rescisória.

CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES DESLIGAMENTO/DEMISSÃO

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - CARTA DE RECOMENDAÇÃO A DEDITIDOS

Em havendo demissão sem justa causa, as empresas fornecerão aos empregados, carta de recomendação, na qual conste o período em que trabalhou na empresa e sua conduta.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - HOMOLOGAÇÃO E QUITAÇÃO DE RESCISÃO

As homologações das rescisões de contratos individuais de trabalho, superiores a um (1) ano, serão feitas perante esta entidade sindical, em sua sede administrativa, sub-sedes ou representações regionais regularmente instaladas,

devendo as empresas apresentar, por ocasião da homologação, a documentação exigida em lei.

- Caso haja oposição expressa por parte do empregado, a homologação da Rescisão de seu Contrato de Trabalho poderá ser realizada diretamente com a empresa.

- As homologações deverão ocorrer no prazo não superior a 10 (dez) dias, contado da data da notificação da demissão, nos horários das 8: as 12: das 14: as 17: horas.

RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES ESTABILIDADE GERAL

CLÁUSULA VIGÉSIMA - ESTABILIDADE

Ao empregado com 01 (um) ano de efetivo serviço na empresa, após a cessação do benefício previdenciário, será garantida a estabilidade de 30 (trinta) dias, contados a partir do término do benefício.

ESTABILIDADE APOSENTADORIA

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - APOSENTADORIA GARANTIDA

- Aos empregados que comprovadamente estiverem, no máximo, há 12 (doze) meses do direito de aquisição de aposentadoria, fica assegurada a garantia do emprego durante o período que faltar para completar o referido tempo.

- O contrato de trabalho desses empregados somente poderá ser rescindido por mútuo acordo entre empregado e empregador ou por pedido de demissão, ambos com assistência do Sindicato laboral ou, ainda, nos casos em que for verificada a ocorrência de falta grave.

- Para adquirir o benefício acima referido, o empregado deverá obrigatoriamente comunicar, por escrito, ao seu respectivo empregador, quando estiver faltando 24 (vinte e quatro) meses para o tempo de aquisição, apresentando para tanto documento oficial emitido pelo INSS, atestando o tempo, seja integral ou proporcional.

- Se o empregado for dispensado, quer por aviso prévio trabalhado, quer por aviso prévio indenizado, terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da ciência do aviso, para comunicar, por escrito, ao seu respectivo empregador que faz jus ao direito a estabilidade, apresentando para tanto documento oficial emitido pelo INSS, sob pena de não poder suscitar a nulidade do aviso prévio e consequentemente a perda da garantia prevista no caput da cláusula.

JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS INTERVALOS PARA DESCANSO

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - INTRAJORNADA

Fica convencionado que na impossibilidade do empregador conceder, integralmente, ao trabalhador, o horário do intervalo intrajornada, ficará obrigado a indenizar 30 (trinta) minutos do intervalo intrajornada com o acréscimo de 50% (cinquenta) sobre o valor da hora normal acrescido dos seus consectários legais nos moldes previstos na Lei 13.467/2017, sendo o mesmo de caráter indenizatório.

CONTROLE DA JORNADA

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - JORNADA DE TRABALHO

Para os trabalhadores abrangidos por esta convenção, são válidos somente a jornada do diarista de 44 horas e os regimes de jornadas padrão de revezamento de 12x36, estabelecidos nesta convenção conforme a legislação, sendo que quaisquer outros tipos de jornada de trabalho somente serão válidos mediante acordo coletivo ou convenção coletiva.

– O registro da jornada de trabalho será feito individualmente e seu controle ficará na empresa ou no posto em que o serviço é realizado, prevalecendo à regra que melhor satisfizer a viabilidade operacional.

– Fica garantido aos empregados o acesso aos dados constantes do seu cartão de ponto.

FALTAS

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - ABONO DE FALTA DO ESTUDANTE

Desde que pré-avisadas, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, as empresas liberarão seus empregados estudantes ou vestibulandos para a realização de provas.

SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR ACEITAÇÃO DE ATESTADOS MÉDICOS

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - ATESTADO MÉDICOS/ODONTOLÓGICOS

As empresas aceitarão os atestados médicos emitidos pelo INSS e seus conveniados, ou pelo sistema único de saúde SUS bem como os emitidos pelos serviços médicos/odontológicos do Sindicato e seus conveniados, em papel timbrado da instituição com CID e identificação do médico.

PRIMEIROS SOCORROS

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - PRIMEIROS SOCORROS

As empresas manterão estojos contendo medicamentos necessários ao atendimento de primeiros socorros, nos veículos de fiscalização e nos postos de serviços com 10 (dez) ou mais empregados, ficando o estojo na responsabilidade do encarregado do serviço. Quanto aos condomínios, esta obrigação se dá para postos de serviços a partir de 03 (três) funcionários.

RELAÇÕES SINDICAIS LIBERAÇÃO DE EMPREGADOS PARA ATIVIDADES SINDICAIS

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - LIBERAÇÃO DE DIRIGENTE SINDICAL

Até o limite de 08 (oito) empregados no total e o máximo de 01(um) por empresa, estas com mais de 80 (oitenta) trabalhadores, liberarão dirigentes do Sindicato, de livre escolha deste, para o exercício exclusivo de atividade sindical, sem prejuízo da sua remuneração mensal e obrigações sociais.

ACESSO A INFORMAÇÕES DA EMPRESA

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - QUADRO DE AVISOS

Será permitida a fixação de editais, avisos e notícias sindical, em quadro ou local próprio e de fácil acesso, nas dependências das empresas, vedada à divulgação de matéria político-partidária ou ofensiva a quem quer que seja.

CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - FORTALECIMENTO SINDICAL

- Fica Convencionado, nos exatos termos do artigo 545 e seu parágrafo único da CLT, aprovada e autorizada em Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 21 de novembro de 2023, que os empregadores descontarão mensalmente de todos os empregados associados e sindicalizados beneficiados por esta Convenção Coletiva de Trabalho o valor correspondente a 2% (dois por cento) do salário base da categoria e efetuarão o recolhimento ao sindicato obreiro até o 10º dia do mês correspondente ao referido desconto. Sendo que:

- a) Excluem-se deste pagamento os empregados que contribuem para categorias diferenciadas;
- b) A empresa ficará isenta de qualquer responsabilidade ou eventual ação trabalhista ou civil, que o trabalhador venha ingressar junto à Justiça do Trabalho ou Procuradoria do Trabalho, ficando o Sindicato Laboral com a responsabilidade de negociar com o trabalhador que vier questionar o devido desconto nesta jurisdição;
- c) O Sindicato Laboral igualmente se responsabilizará junto à Superintendência Regional do Trabalho em caso de autuações administrativas nas quais as empresas vieram a responder;
- d) Aos integrantes da categoria profissional será permitida a manifestação de oposição diretamente ao sindicato ao desconto, até o 15º (décimo quinto) dia após o primeiro desconto. O trabalhador deverá apresentar no SINDICATO requerimento impresso e assinado pelo mesmo, para que possa ser excluído do referido desconto;
- e) Durante a vigência desta CCT, os empregados farão oposição ao desconto uma única vez. Para os empregados que comprovadamente estejam em gozo de férias ou estejam em outra localidade (transferidos) durante o período de Oposição, será permitida a manifestação de oposição, após 15 (quinze) dias úteis do mês seguinte ao retorno das férias ou da condição de transferidos, devendo fazê-lo diretamente ao Sindicato profissional da categoria;
- f) O Sindicato dos trabalhadores deverá enviar às empresas a relação nominal dos funcionários que opuserem ao desconto, que deverá se fazer acompanhar da segunda via do requerimento de oposição.

Parágrafo Primeiro - Considerando que, as informações prestadas efetivação das cláusulas desta Convenção Coletiva de Trabalho é de atribuição e responsabilidade de natureza legal do Sindicato Obrero, na hipótese de ações ou procedimentos administrativos ou judiciais instaurados em face do Sindicato das Empresas e ou empresas abrangidas pela CCT, pelos trabalhadores ou empregados, o Sindicato Obrero assume total responsabilidade pelas informações prestadas e danos, assumindo integralmente o polo passivo de quaisquer demandas ou ações se fazendo excluídas as empresas de quais responsabilidades de natureza civil, administrativo e trabalhista, junto ao Ministério Público do Trabalho, Superintendência Regional do Trabalho ou Poder Judiciário com fundamento do Art. 545 da CLT.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL LABORAL

Conforme a Assembleia Geral Ordinária, realizada no dia 21 de novembro de 2023 na Sede do *SINDICATO DOS VIGIAS, PORTEIROS, FISCAIS similares DE EMPRESAS COMERCIAIS, INDÚSTRIAS, HOTÉIS, MOTÉIS, POUSADAS, BARES, RESTAURANTES, LANCHONETES, CONDOMÍNIOS, RESIDÊNCIAS E ENTIDADES SINDICAIS E AFINS DO ESTADO DO MARANHÃO*, à Rua do Alecrim, nº 546 – Centro, as empresas procederão ao desconto dos empregados sindicalizados ou não que tenham autorizado prévia e expressamente o seu desconto de forma individual junto à sua respectiva empresa nos moldes previstos na Lei 13.467/2017, para fazer frente às despesas da campanha salarial do ano de 2024 valores correspondente a um dia de trabalho, de uma e única vez tomando-se por base o salário do primeiro pagamento referente à Data-Base 2024/2024, feito a partir desta Convenção, desde que haja ganho real nos salários da categoria quando da homologação desta CCT, e efetuarão o recolhimento, junto à tesouraria do *SINDICATO DOS VIGIAS, PORTEIROS, FISCAIS E SIMILARES DE*

EMPRESAS COMERCIAIS, INDÚSTRIAS, HOTÉIS, MOTÉIS, POUSADAS, BARES, RESTAURANTES, LANCHONETES, CONDOMÍNIOS, RESIDÊNCIAS E ENTIDADES SINDICAIS E AFINS DO ESTADO DO MARANHÃO, até o 10º dia do mês do referido desconto.

- Excluem-se deste pagamento os empregados que contribuem para categorias diferenciadas.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - MULTA PELO ATRASO NO RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES

Decorrido o prazo previsto nas cláusulas 29 e 30 acima, e não havendo o recolhimento das contribuições descontadas dos empregados associados, incidirá sobre o valor devido multa de 10% e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - DESCONTO NEGOCIAL PATRONAL

Conforme Assembleia Geral Ordinária, realizada no dia 07 de dezembro de 2023, na Sede do SEAC-MA, na Avenida dos Holandeses, sala 509 e 510, Edifício Tech Office, Ponta D'Areia, nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, por decisão unânime ficou determinado que, para fazer frente às despesas com as negociações da campanha salarial 2024/2024 pleiteada pelo Sindicato Obreiro, as empresas que compõem a categoria patronal no Estado do Maranhão deverão recolher à tesouraria deste sindicato o valor equivalente a um salário mínimo, o que deverá ser feito até o dia 30 de junho de 2024.

DISPOSIÇÕES GERAIS MECANISMOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - RESOLUÇÃO DE CONFLITOS PARA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO

Todas as controvérsias originadas com a presente Convenção Coletiva de Trabalho serão submetidas a mediação, nos termos do que dispõe o regulamento de Mediação de Arbitragem do Tribunal Arbitral e Mediação e Justiça do Estado do Maranhão.

– Não sendo o conflito resolvido por mediação, nos casos em que o trabalhador faça a opção ou aceite expressamente a arbitragem como forma definitiva de resolução de conflitos, fica eleita o TJAEM-MA de Mediação e Arbitragem Empresarial do Maranhão, para administrar, nos termos do que dispõe o seu regulamento, a Arbitragem. A sede do procedimento está localizada na Rua do Alecrim, nº 546, sala 01, anexo 04, Centro, São Luís/MA.

APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - DIA DO TRABALHADOR

Fica Assegurado que no dia 09 de junho de cada ano será comemorado o dia do Vigia e do Porteiro, de acordo com a Lei nº 015/2015.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - DESCONTOS

Ao empregador é vedado efetuar descontos nos salários de seus empregados, salvo os especificados por Lei, por Convenção Coletiva de Trabalho ou determinados por via judicial. Em casos de danos causados pelo empregado a bens da empresa, de clientes e ou de terceiros, o desconto será permitido enquanto perdurar o contrato de trabalho,

até o limite de 30% (trinta por cento) da remuneração do empregado.

– O *SINDICATO DOS VIGIAS, PORTEIROS, FISCAIS E SIMILARES DE EMPRESAS COMERCIAIS, INDÚSTRIAS, HOTÉIS, MOTÉIS, POUSADAS, BARES, RESTAURANTES, LANCHONETES, CONDOMÍNIOS, RESIDÊNCIAS E ENTIDADES SINDICAIS E AFINS DO ESTADO DO MARANHÃO* manterá com Empresas de Gás, Supermercados, Farmácias, Laboratório, Plano Odontológico e outros, o qual terá como finalidade a compra de produtos e serviços, que serão de responsabilidade do trabalhador quando do pagamento do produto que por ventura venha ser utilizado pelos membros da categoria profissional sindicalizados, para posterior pagamento, mais precisamente quando do salário do mês sem acréscimo ou taxas.

- A concessão do benefício estará limitada a 30% (trinta por cento) do salário base, entendendo-se o mencionado limite para as empresas convencionadas, ou seja, uma única ou no somatório das empresas conveniadas.

- Os ajustes e condições acima estipuladas far-se-ão cumpridas, por todas as empresas do sistema, imediatamente após a assinatura da presente convenção coletiva de trabalho a vigor de 1º de janeiro de 2024.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - DEVERES DO EMPREGADOR

São deveres e obrigações do empregador:

- a) Fornecer gratuitamente aos empregados uniformes completos, na cota mínima de 03 (três) por ano;
- b) Comunicar aos empregados por escrito, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, as mudanças de locais de trabalho.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - DEVERES DOS EMPREGADOS

São deveres e obrigações dos empregados, além dos previstos na legislação em vigor:

- a) Comparecer ao local de trabalho na hora designada para início de sua jornada de trabalho, devidamente uniformizado;
- b) Manter a boa aparência e conservar em condições de uso uniformes e equipamentos fornecidos pelo empregador;
- c) Indenizar o empregador pela perda, extravio ou descaminho de materiais da empresa, conforme o termo da lei em vigor.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - DAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS

As atividades profissionais, envolvida na presente Convenção coletiva de trabalho são as seguintes:

a – **VIGIA** – profissional que exerce a vigilância nas dependências comuns dos condomínios e empresas de um modo geral, dando boa ordem e respeito entre os visitantes e controla a entrada e saída, dando informações previamente para contatos de terceiros.

b –**PORTEIROS** – profissional de bom nível e fácil comunicação, que presta serviços em portarias dando informações, conduzindo visitantes identificando-os previamente, para contatos com terceiros.

c - **FISCAL** - profissional que supervisiona, coordena e fiscaliza todas as atividades e tarefas executadas pelas empresas.

d - **AGENTE OPERACIONAL DE SERVIÇOS DIVERSOS EM CONDOMÍNIO** - profissional que exerce a função de jardinagem, recolhimento de resíduos comum e limpeza de escadas e elevadores e etc.

DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - MULTA PELO DESCUMPRIMENTO DAS CLÁUSULAS DESTA CONVENÇÃO

O descumprimento de qualquer uma das cláusulas desta Convenção, o infrator pagará multa equivalente a 5 (cinco) salários mínimos, cujo valor será revertido em favor da Entidade de Classe. Em caso de reincidência esse valor será cobrado em dobro.

- Para a aplicabilidade do caput, fica convencionado que a parte interessada na cobrança da referida penalidade pecuniária, deverá obrigatoriamente notificar a outra, tida como infratora, por escrito, indicando especificamente a cláusula convencional descumprida, sob pena de inépcia.

- Fica, desde logo, assinado o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da notificação, para a parte tida como infratora sanar o fato gerador da penalidade. Dentro do prazo, deve a parte notificada, comunicar a parte notificante, o saneamento do fato gerador da penalidade ou apresentar justificativa sobre a negativa da existência da infração.

RENOVAÇÃO/RESCISÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - DIVERGÊNCIA

Os casos omissos e as divergências que surgirem serão dirimidas de comum acordo entre as partes convenientes, mediante manifestação da Superintendência Regional do Trabalho ou da Justiça do Trabalho quando provocadas.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - RENOVAÇÃO

Não estando concluídos os trabalhos de sua renovação, a presente Convenção fica automaticamente prorrogada por 120 dias para todos os efeitos legais e jurídicos, em todo o seu teor, nos termos do art. 615 da CLT.

Assim, estando às partes devidamente ajustadas, por seus presidentes, assinam a presente Convenção Coletiva de Trabalho, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras.

São Luís (MA), 01 de janeiro de 2024.

}

JOSE DOS SANTOS BATISTA
PRESIDENTE
SINDICATO DOS VIGIAS, PORTEIROS E FISCAIS DO ESTADO DO MARANHÃO - SINDVIGIAS/MA

JOSE WILLIAM CAMARA RIBEIRO
PRESIDENTE
SIND DAS EMP DE ASEIO E CONSERVACAO DO ESTADO DO MA

ANEXOS

ANEXO I - ATA DE NEGOCIAÇÃO DE CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO

[Anexo \(PDF\)](#).

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2024/2024

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: MA000125/2024
DATA DE REGISTRO NO MTE: 23/05/2024
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR025223/2024
NÚMERO DO PROCESSO: 19980.257590/2024-68
DATA DO PROTOCOLO: 21/05/2024

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DOS TRABALHAD. DE EMPRE. DE ASSEIO E CONSER. LIMP. PUB. EDIFI. COND. RES. COMER. MISTOS E LAVAND. DO EST. DO MA EXCETO O MUN. DE SAO LUIS, CNPJ n. 14.294.492/0001-80, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). MANOEL PAULINO DOS INOCENTES MARTINS;

E

SIND DAS EMP DE ASEIO E CONSERVACAO DO ESTADO DO MA, CNPJ n. 06.991.483/0001-10, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). JOSE WILLIAM CAMARA RIBEIRO;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024 e a data-base da categoria em 01º de janeiro.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **De Zelador, Servente, Servente de limpeza, Office-boy, Copeiro, Carregador, Contínuo, Aux. de Serviços Gerais, Aux. de Estacionamento de Veículos, Auxiliar de Limpeza Industrial, Cuidadora, Jardineiro, Piscineiro, Operador de Roçadeira, Auxiliar de Arquivos e Almoxarifado, Encarregado de Serviços Gerais, Comissário de Bordos/Estação, Emitente de Passagem, Moto-boy, Líder de Serviços, Telefonista, Ascensorista, Técnico de Som, Auxiliar de Apoio Administrativo, Operador de Máquina Reprográfica, Agente Administrativo Nível I e II, Técnico Administrativo nível II, Fiscal de Bordo/Estação, Agente Operacional de Condomínio, Recepcionista/Atendente, Supervisor de Bordo/Estação, Supervisor de Serviços Gerais Fiscal de Serviços e Técnico de Segurança do Trabalho**, com abrangência territorial em Açailândia/MA, Afonso Cunha/MA, Água Doce do Maranhão/MA, Alcântara/MA, Aldeias Altas/MA, Altamira do Maranhão/MA, Alto Alegre do Maranhão/MA, Alto Alegre do Pindaré/MA, Alto Parnaíba/MA, Amapá do Maranhão/MA, Amarante do Maranhão/MA, Anajatuba/MA, Anapurus/MA, Apicum-Açu/MA, Araguaianã/MA, Araisos/MA, Arame/MA, Arari/MA, Axixá/MA, Bacabal/MA, Bacabeira/MA, Bacuri/MA, Bacurituba/MA, Balsas/MA, Barão de Grajaú/MA, Barra do Corda/MA, Barreirinhas/MA, Bela Vista do Maranhão/MA, Belágua/MA, Benedito Leite/MA, Bequimão/MA, Bernardo do Mearim/MA, Boa Vista do Gurupi/MA, Bom Jardim/MA, Bom Jesus das Selvas/MA, Bom Lugar/MA, Brejo de Areia/MA, Brejo/MA, Buriti Bravo/MA, Buriti/MA, Buriticupu/MA, Buritirana/MA, Cachoeira Grande/MA, Cajapió/MA, Cajari/MA, Campestre do Maranhão/MA, Cândido Mendes/MA, Cantanhede/MA, Capinzal do Norte/MA, Carolina/MA, Carutapera/MA, Caxias/MA, Cedral/MA, Central do Maranhão/MA, Centro do Guilherme/MA, Centro Novo do Maranhão/MA, Chapadinha/MA, Cidelândia/MA, Codó/MA, Coelho Neto/MA, Colinas/MA, Conceição do Lago-Açu/MA, Coroatá/MA, Cururupu/MA, Davinópolis/MA, Dom Pedro/MA, Duque Bacelar/MA, Esperantinópolis/MA, Estreito/MA, Feira Nova do Maranhão/MA, Fernando Falcão/MA, Formosa da Serra Negra/MA, Fortaleza dos Nogueiras/MA, Fortuna/MA, Godofredo Viana/MA, Gonçalves Dias/MA, Governador Archer/MA, Governador Edison Lobão/MA, Governador Eugênio Barros/MA, Governador Luiz Rocha/MA, Governador Newton Bello/MA, Governador Nunes Freire/MA, Graça Aranha/MA, Grajaú/MA, Guimarães/MA, Humberto de Campos/MA, Icatu/MA, Igarapé do Meio/MA, Igarapé Grande/MA, Imperatriz/MA, Itaipava do Grajaú/MA, Itapecuru Mirim/MA, Itinga do Maranhão/MA, Jatobá/MA, Jenipapo dos Vieiras/MA, João Lisboa/MA, Joselândia/MA, Junco do Maranhão/MA, Lago da Pedra/MA, Lago do Junco/MA, Lago dos Rodrigues/MA, Lago Verde/MA, Lagoa do Mato/MA, Lagoa Grande do Maranhão/MA, Lajeado Novo/MA, Lima Campos/MA, Loreto/MA, Luís Domingues/MA, Magalhães de Almeida/MA, Maracaçumé/MA, Marajá do Sena/MA, Maranhãozinho/MA, Mata Roma/MA, Matinha/MA, Matões do Norte/MA, Matões/MA, Milagres do Maranhão/MA, Mirador/MA, Miranda do Norte/MA, Mirinzal/MA, Monção/MA, Montes Altos/MA, Morros/MA, Nina Rodrigues/MA, Nova Colinas/MA, Nova Iorque/MA, Nova Olinda do Maranhão/MA, Olho d'Água das Cunhãs/MA, Olinda Nova do Maranhão/MA, Paço do Lumiar/MA, Palmeirândia/MA, Paraibano/MA, Parnarama/MA, Passagem Franca/MA, Pastos Bons/MA, Paulino Neves/MA, Paulo Ramos/MA, Pedreiras/MA, Pedro do Rosário/MA, Penalva/MA, Peri Mirim/MA, Peritoró/MA, Pindaré-Mirim/MA, Pinheiro/MA, Pio XII/MA, Pirapemas/MA, Poção de Pedras/MA, Porto Franco/MA, Porto Rico do Maranhão/MA, Presidente Dutra/MA, Presidente Juscelino/MA, Presidente Médici/MA, Presidente Sarney/MA, Presidente Vargas/MA, Primeira Cruz/MA, Raposa/MA, Riachão/MA, Ribamar Fiquene/MA, Rosário/MA, Sambaíba/MA, Santa Filomena do Maranhão/MA, Santa Helena/MA, Santa Inês/MA, Santa Luzia do Paruá/MA, Santa Luzia/MA, Santa Quitéria do Maranhão/MA, Santa Rita/MA, Santana do Maranhão/MA, Santo Amaro do Maranhão/MA, Santo Antônio dos

Lopes/MA, São Benedito do Rio Preto/MA, São Bento/MA, São Bernardo/MA, São Domingos do Azeitão/MA, São Domingos do Maranhão/MA, São Félix de Balsas/MA, São Francisco do Brejão/MA, São Francisco do Maranhão/MA, São João Batista/MA, São João do Carú/MA, São João do Paraíso/MA, São João do Soter/MA, São João dos Patos/MA, São José de Ribamar/MA, São José dos Basílios/MA, São Luís Gonzaga do Maranhão/MA, São Mateus do Maranhão/MA, São Pedro da Água Branca/MA, São Pedro dos Crentes/MA, São Raimundo das Mangabeiras/MA, São Raimundo do Doca Bezerra/MA, São Roberto/MA, São Vicente Ferrer/MA, Satubinha/MA, Senador Alexandre Costa/MA, Senador La Rocque/MA, Serrano do Maranhão/MA, Sítio Novo/MA, Sucupira do Norte/MA, Sucupira do Riachão/MA, Tasso Fragoso/MA, Timbiras/MA, Timon/MA, Trizidela do Vale/MA, Tufilândia/MA, Tuntum/MA, Turiaçu/MA, Turilândia/MA, Tutóia/MA, Urbano Santos/MA, Vargem Grande/MA, Viana/MA, Vila Nova dos Martírios/MA, Vitória do Mearim/MA, Vitorino Freire/MA e Zé Doca/MA.

SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO PISO SALARIAL

CLÁUSULA TERCEIRA - SALÁRIOS

As empresas de Asseio e Conservação concederão reajuste salarial no percentual de 6,6% (seis vírgula seis por cento) para todos os empregados que integram as categorias de asseio e conservação.

Entre 1º de janeiro a 31 de janeiro de 2024 o salário dos empregados terá como base o valor de R\$ 1.412,00 (hum quatrocentos e doze reais) e a partir de 1º de fevereiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024 os pisos salariais das categorias profissionais abrangidas por esta Convenção Coletiva de Trabalho, serão os seguintes:

TABELA SALARIAL	
CATEGORIAS	Reajuste de 6,6%
a) Zelador/Servente/Servente de Limpeza, Aux. de Serviços Gerais, Aux. de Estacionamento e Estacionamento de veículos/ Empacotador /Auxiliar de limpeza industrial/Servente de Bordo e Estação/ Office-boy /Copeiro(a)/Carregador/Contínuo.	1.429,59
b) Jardineiro e Piscineiro.	1.452,65
c) Operador de Roçadeira.	1.452,65
d) Auxiliar de Arquivo e Almoxarifado.	1.483,60
e) Encarregado de Serviços Gerais.	1.916,31
f) Comissário de Bordo/Estação.	1.511,55
g) Emitente de passagem.	1.483,60
h) Moto-Boy.	1.537,09
i) Líder de Serviços.	1.571,14
j) Telefonista, Técnico de som, Ascensorista.	1.525,73
k) Auxiliar de apoio Administrativo, Op. de Máquina Reprográfico.	1.558,49
l) Agente Administrativo Nível I e II/Técnico Administrativo Nível II.	1.709,19
m) Fiscal de Bordo/Estação.	1.608,86
n) Agente operacional de Serviços Diversos em condomínio.	1.638,72
o) Recepcionista/Atendente.	1.709,16
p) Supervisor de Bordo/Estação.	2.124,63
q) Supervisor de serviços Gerais.	2.124,63
r) Fiscal de Serviços.	2.152,45
s) Cuidador(a)	1.485,00
t) Técnico de Segurança do Trabalho.	2.352,42

Fica assegurado aos profissionais alocados em serviços cujo tomador autoriza salário com valores superiores ao aqui previsto, a manutenção desse direito enquanto durar sua permanência em posto contratante.

Não estão incluídos nos reajustes salariais os empregados que desempenham cargos administrativos, de direção ou de confiança nas atividades meios das empresas, ou que não possuam nenhuma similitude com os cargos da categoria profissional relacionadas na tabela salarial acima discriminada da convenção ou ainda, se relacionadas, estejam sendo remunerados em valores acima do piso vigente no mês de dezembro/2023, ficando, assim, as empresas livres e desembaraçadas para aplicar o reajuste salarial que lhes convier, observadas as limitações de cada uma das empresas, não sendo, em absoluto, aplicados os índices neste instrumento pactuado à integral, de forma obrigatória, mas por livre negociação entre as partes.

Fica convencionado entre as partes signatárias do presente instrumento que não haverá pagamento retroativo referente à prestação de serviços do mês de janeiro de 2024 (referente ao pagamento salarial do mês de fevereiro de 2024).

Fica convencionado que, em virtude do impedimento constitucional de que o salário convencionado não poderá ser inferior ao salário mínimo vigente, as partes reconhecem como válidos os salários reajustados pelas empresas a partir do mês de janeiro de 2024, o qual se igualaram ao salário mínimo vigente (R\$ 1.412,00).

CLÁUSULA QUARTA - SALÁRIOS SUPERIORES AOS PISOS

Os valores estipulados acima do piso salarial, por força do contrato celebrado por interposta empresa, integrarão o salário no período correspondente ao exercício da função gratificada.

PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS

CLÁUSULA QUINTA - COMPROVANTE DE PAGAMENTO

As empresas ficam obrigadas a fornecer comprovante mensal de pagamento a seus empregados (Contracheques e/ou Hollerities), nos quais devem constar, especificamente, os valores do salário base, demais verbas remuneratórias e ainda, os valores dos descontos efetuados.

SALÁRIO PRODUÇÃO OU TAREFA

CLÁUSULA SEXTA - SALÁRIO SUBSTITUIÇÃO

Se algum empregado substituir outro na função, perceberá a mesma remuneração do substituído, enquanto perdurar a substituição.

DESCONTOS SALARIAIS

CLÁUSULA SÉTIMA - DESCONTOS

Ao empregador é vedado efetuar descontos nos salários de seus empregados, salvo os especificados por Lei, por Convenção Coletiva de Trabalho ou determinados por via judicial. Em casos de danos causados pelo empregado a bens da empresa, de clientes e ou de terceiros, o desconto será permitido enquanto perdurar o contrato de trabalho, até o limite de 30% (trinta por cento) da remuneração do empregado.

O SINTEAC/MA manterá convênios com Empresas de Gás, Supermercados, Farmácias, Laboratório, Plano Odontológico e outros, o qual terá como finalidade a compra de produtos e serviços, que serão de responsabilidade do trabalhador quando do pagamento do produto que por ventura venha ser utilizado pelos membros da categoria profissional sindicalizados, para posterior pagamento, mais precisamente quando do salário do mês sem acréscimo ou taxas.

A concessão do benefício do item acima, estará limitada a 30% (trinta por cento) do salário base, entendendo-se o mencionado limite para as empresas convencionadas, ou seja, uma única ou no somatório das empresas conveniadas.

Os ajustes e condições acima estipuladas far-se-ão cumpridas, por todas as empresas do sistema, imediatamente após a assinatura da presente convenção coletiva de trabalho a vigor de 1º de janeiro de 2024.

GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS ADICIONAL DE HORA-EXTRA

CLÁUSULA OITAVA - HORAS EXTRAS

O cálculo da hora extra, será efetuado dividindo-se a remuneração por 220 (duzentos e vinte) horas, acrescido do adicional de 50% (cinquenta por cento) do valor da hora normal, e aos domingos e feriados e em dias de folga 100% (cem por cento).

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

CLÁUSULA NONA - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

Na hipótese de existência de insalubridade, devidamente comprovada através de perícia técnica, aplicar-se-

á sobre o salário mínimo, o percentual adicional devido, de acordo com os ditames da legislação vigente.

Parágrafo Único: Nos casos em que o adicional de insalubridade não conste na proposta, no edital ou no contrato de prestação de serviços, resta ajustado que é do tomador de serviços, seja público ou privado, a responsabilidade pelo pagamento do adicional de insalubridade que venha a ser estabelecido em sentença judicial, no curso ou após o encerramento do contrato comercial ou administrativo, mesmo com a existência de laudo pericial indicando a não ocorrência de insalubridade ou com indicação de grau menor ao estabelecido judicialmente.

AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA - VALE REFEIÇÃO

A partir da vigência desta Convenção Coletiva de Trabalho todos os empregados diurnos e noturno, elencados no item 3, desta convenção receberão tickets refeição por cada dia trabalhado, inclusive os trabalhadores em gozo de benefício acidentário. Sendo que esse benefício, em nenhuma circunstância, integrará o salário para qualquer efeito legal

O valor unitário do ticket refeição a ser fornecido é de **R\$ 22,00** (vinte e dois reais), cujo limite correspondente aos números de dias trabalhados, sendo ressalvado que as empresas poderão realizar o desconto máximo de 10%, a partir da homologação da presente convenção coletiva de trabalho.

As empresas que firmarem acordo de fornecimento de alimentação aos seus empregados com o sindicato obreiro estão desobrigadas do fornecimento do ticket refeição. As empresas que não firmarem o referido acordo, fica obrigada a conceder o benefício previsto nessa cláusula. As empresas que não estiverem regularizada deverão fazer contato junto ao sindicato laboral pelo endereço de e-mail sinteacma2011@outlook.com.

Os benefícios referentes às despesas ou as ajudas ao empregado relativas às refeições, em espécie, bem como o fornecimento, a empresa fica proibida de considerar como compreendidas no salário como remuneração, complementação ou para retribuir o trabalho, terão caráter indenizatório e ressarcimento dos custos do empregado no local, para a prestação dos serviços, não incidindo assim, recolhimento previdenciário nem encargos trabalhistas (art. 214, I, do Decreto nº 3048/99 e art. 458, *caput* e parágrafo primeiro da CLT, que determina a integração quando o pagamento se refere à retribuição do trabalho).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - CESTA BÁSICA

As empresas signatárias do presente instrumento coletivo de trabalho concederão aos seus empregados, elencados no item 3, desta convenção, cesta-básica até o décimo quinto dia do mês subsequente, no valor mínimo de **R\$ 121,00** (cento e vinte e um reais).

O empregado que tiver faltas no período de apuração terá o direito ao benefício proporcionalmente, considerando a média de 30 dias trabalhados para pagamento integral, ficando assegurado o referido benefício para as ausências justificadas por atestado médico. Cada falta sem justificativa corresponderá a 1/30 avos de desconto no valor da cesta básica.

Fica ressalvado que o referido benefício tem sua obrigatoriedade de concessão aos empregados por todas as empresas a partir de 1º de junho de 2013.

O benefício tratado nesta cláusula não possui natureza salarial, não se incorporando à remuneração, nem se constituindo em base de incidência para cálculo do INSS e FGTS ou composição de verbas de cunho rescisória.

AUXÍLIO TRANSPORTE

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - TRANSPORTE DO EMPREGADO DA RESERVA TÉCNICA

Ao pessoal da "Reserva Técnica" ou apoio, isto é, aqueles que ficam à disposição da empresa para cobertura de eventuais faltas em qualquer posto de serviços, são assegurados o transporte, no itinerário compreendido entre a sede da empresa e o local de serviço para onde for designado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - VALE-TRANSPORTE

Na forma da legislação vigente, fica estabelecida a obrigatoriedade do fornecimento de vale-transporte a todos os empregados abrangidos por esta Convenção, inclusive no deslocamento para o almoço, se for o caso. Fica vedado qualquer compensação caso o empregado não venha a utilizar durante o mês anterior, exceto no caso em que o empregado deixe de comparecer ao posto de trabalho por qualquer justificativa.

O vale-transporte será fornecido na Sede da Empresa ou no Posto de Serviço, quando o profissional for diarista.

A ajuda de custo em dinheiro como ressarcimento das despesas de deslocamento trabalho e retorno, será

indenizatória, ficando proibido à empresa considerar no pagamento do salário ou descontar como retribuição do trabalho, não integrando o salário conforme previsão do parágrafo segundo do art. 458 da CLT, sendo aplicável o art. 214, I, e parágrafo 9º, V, alínea m do Decreto nº 3.048/99.

Nos locais em que não for servido de transporte público regular, as empresas concederão, a título de ajuda de custo, o mesmo valor pago no transporte da capital, sendo que deste valor será realizado o desconto previsto na legislação.

O benefício anterior far-se-á contemplado aos contratos firmados a partir da assinatura e devida homologação da Convenção Coletiva de Trabalho que vigorará em 2.024 aos contratos privados e contratos públicos frutos de processos licitatórios pelas empresas, a fim de que se faça garantido o cumprimento do referido benefício.

AUXÍLIO SAÚDE

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - PLANO DE SAÚDE, ODONTOLÓGICO E TELE-MEDICINA

As empresas signatárias do presente instrumento concederão, mensalmente, aos seus empregados, plano de saúde e odontológico a partir dos novos contratos firmados após a homologação da Convenção Coletiva de Trabalho o qual passou a vigorar em 2020, bem como concederão plano odontológico a partir dos novos contratos firmados após a homologação da Convenção Coletiva de Trabalho que vigorará em 2021. Fica ainda garantido, a partir da homologação desta Convenção Coletiva de Trabalho, a concessão da telemedicina.

O custeio dos empregadores referente ao plano de saúde, plano odontológico e do Auxílio Plano de Assistência e Cuidado Pessoal (telemedicina), **não poderá ultrapassar o limite de 3,80% (três vírgula oitenta por cento) do salário base do trabalhador.**

Os benefícios aqui dispostos não terão natureza salarial e não se integra ao contrato de trabalho para nenhum efeito, sendo a adesão opcional para o trabalhador.

O benefício do plano de saúde far-se-á contemplado aos contratos firmados a partir da assinatura da Convenção Coletiva de Trabalho de 2020 aos contratos privados e contratos públicos frutos de processos licitatórios pelas empresas, a fim de que se faça garantido o cumprimento do referido benefício.

Caso o trabalhador seja transferido de um contrato contemplado para outro ainda não contemplado, perderá o benefício de imediato. O benefício só será concedido aos trabalhadores que estiverem ligados a contratos que estejam expressamente contidos tal benefício.

A rescisão do contrato de trabalho implica no imediato desligamento do empregado aos planos previstos nesta cláusula e na consequente desobrigação da empresa em mantê-lo posteriormente.

As empresas não se responsabilizam financeiramente, de forma alguma, por dependentes de seus empregados que queiram ingressar, nesta qualidade, em referidos planos previstos na presente cláusula. No entanto, acaso autorizados por seus empregados, as empresas poderão descontar dos salários dos mesmos, os valores referidos aos planos preditos de seus dependentes devidamente inscritos, para repasse às empresas prestadoras dos respectivos serviços mediante folha em anexo.

O benefício tratado nesta cláusula não possui natureza salarial, não se incorporando à remuneração, nem se constituindo em base de incidência para cálculo do INSS e FGTS ou composição de verbas de cunho rescisório.

Para fins do benefício dos planos ora tratados, a perda dos benefícios, pelo empregado, e a consequente desobrigação da empresa diante de ambos dar-se-á após o 100º (centésimo) dia de afastamento, a exceção dos casos de acidente de trabalho; neoplasia maligna; cardiopatia grave; nefropatia grave; hepatopatia grave; estar em curso de período gestacional ou em gozo de licença-maternidade casos em que os benefícios se estenderão por 180 dias.

Nas situações de afastamento do empregado do labor, o pagamento pertinente aos seus dependentes eventualmente inscritos, o qual não mais poderá ser objeto de desconto em folha de pagamento de sua empregadora, será realizado diretamente pelo primeiro junto à administradora do plano de saúde vigente, acaso optem pela manutenção de tal benefício. Tal regramento fica valido a partir do primeiro dia de afastamento empregado titular.

O retorno do empregado ao trabalho, precedido dos procedimentos legais exigidos implicará na readmissão dele nos planos.

Sempre que solicitada pelo Sindicato profissional, as empresas deverão fornecer a relação atualizada de seus empregados inscritos em referido plano.

Eventuais alterações de preço e condições junto à operadora dos planos previstos nesta cláusula, será promovida concomitantemente com a data-base da categoria profissional, e, somente serão concretizadas com a anuência do Sindicato Obreiro, que atuará na condição de interveniente.

O benefício aqui disposto não tem natureza salarial e não se integra ao contrato de trabalho para nenhum efeito.

As empresas deverão compor em suas planilhas de preço, os custos com o plano de saúde, plano odontológico e telemedicina, a serem repassados para os tomadores de serviços, com base na responsabilidade subsidiária, onde a empresa tomadora do serviço responde subsidiariamente pelas

obrigações trabalhistas dos trabalhadores terceirizados, referente ao período da prestação dos serviços em suas dependências, fixando também a responsabilidade secundária, medida já adota pela jurisprudência do TST 10, §7º, com base na lei 6.019/1974.

É de responsabilidade da empresa contratante, garantir as condições de segurança, higiene e salubridade dos trabalhadores, quando o trabalho for realizado em suas dependências ou em locais por ela designado.

AUXÍLIO DOENÇA/INVALIDEZ

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - RETORNO DA PREVIDÊNCIA

É obrigatório ao empregado que receber alta previdenciária apresentar-se à empresa em até 03 dias úteis após a sua subsequente alta, recebendo protocolo de apresentação, bem como apresentar, por ele ou familiar, por qualquer meio de comunicação idôneo (e-mail, redes sociais, etc), documentação de cada perícia realizada caso persista o seu afastamento, no mesmo prazo supra, recebendo da empresa o contra recibo da referida comunicação.

Caso o empregado tenha ingressado com recurso contra a alta previdenciária, deverá comunicar à empresa no prazo máximo de três dias úteis a contar da data de ingresso da ação, recebendo da empresa o contra recibo da referida comunicação.

As empresas deverão informar aos seus empregados as obrigações estabelecidas nos parágrafos acima, bem como disponibilizar os meios internos para que seja possível a comunicação.

AUXÍLIO MORTE/FUNERAL

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - AUXÍLIO FUNERAL

As empresas concederão auxílio funeral, no valor do piso da categoria a que pertença o trabalhador abrangido por esta Convenção, a (o) viúva (o) ou companheira (o) do empregado (a) com mais de 5 (cinco) meses de empresa, podendo esse valor ser em bens, a critério do(a) beneficiário(a).

SEGURO DE VIDA

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - SEGURO DE VIDA

As empresas farão em prol dos seus empregados contrato de seguro de vida em grupo, cuja apólice será no valor correspondente a 15 (quinze) vezes o salário base do trabalhador, pago pela empresa seguradora aos respectivos beneficiários, nas situações de morte natural e acidental, acidente de trabalho ou ainda em situações de invalidez permanente ou parcial.

Será descontado o valor simbólico de 1% do prêmio do seguro da remuneração do trabalhador, referente ao seguro de vida em grupo, esse desconto não poderá ultrapassar o valor de R\$ 0,10 (dez centavos de reais) por funcionário.

CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES DESLIGAMENTO/DEMISSÃO

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - CARTA DE RECOMENDAÇÃO A DEDITOS

Em havendo demissão sem justa causa, as empresas fornecerão aos empregados, carta de recomendação, na qual conste o período em que trabalhou na empresa e sua conduta.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - HOMOLOGAÇÃO E QUITAÇÃO DE RESCISÃO

Os pedidos de demissão ou recibo de quitação da Rescisão Contratual dos empregados, a partir de um ano de serviço, serão homologados no Sindicato Profissional. No ato da homologação far-se-á exigido às empresas a comprovação da concessão da cesta básica nos moldes previstos no item 11 e seus parágrafos da Convenção Coletiva em vigor, bem como os adicionais de hora-extra, insalubridade e periculosidade, conforme o caso e demais documentos necessários para tal fim.

Quando o pagamento for com cheque, à homologação deverá ser realizada das oito às 12h00min horas.

Os empregados deverão observar as normas do sindicato obreiro.

RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES NORMAS DISCIPLINARES

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DEVERES DO EMPREGADOR

São deveres e obrigações do empregador:

- a) Fornecer gratuitamente aos empregados uniformes completos, na cota mínima de 03 (três) por ano;
- b) Comunicar aos empregados por escrito, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, as mudanças de locais de trabalho;
- c) As empresas deverão obedecer ao que dispõe o Decreto 3048/99.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DEVERES DOS EMPREGADOS

São deveres e obrigações dos empregados, além dos previstos na legislação em vigor:

- a) Comparecer ao local de trabalho na hora designada para início de sua jornada de trabalho, devidamente uniformizado;
- b) Manter a boa aparência e conservar em condições de uso uniformes e equipamentos fornecidos pelo empregador;
- c) Indenizar o empregador pela perda, extravio ou descaminho de materiais da empresa, observando o que estabelece a cláusula 7, desta Convenção.

ESTABILIDADE APOSENTADORIA

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - APOSENTADORIA GARANTIDA

Aos empregados que comprovadamente estiverem, no máximo, há 12 (doze) meses do direito de aquisição de aposentadoria, fica assegurada a garantia do emprego durante o período que faltar para completar o referido tempo.

O contrato de trabalho desses empregados somente poderá ser rescindido por mútuo acordo entre empregado e empregador ou por pedido de demissão, ambos com assistência do Sindicato laboral ou, ainda, nos casos em que for verificada a ocorrência de falta grave.

OUTRAS ESTABILIDADES

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - ESTABILIDADE

Ao empregado com 01 (um) ano de efetivo serviço na empresa, após a cessação do benefício previdenciário, será garantida a estabilidade de 30 (trinta) dias, contados a partir do término do benefício.

JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS DURAÇÃO E HORÁRIO

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - JORNADA DE TRABALHO

Independentemente da escala de trabalho que vier a ser adotada pela empresa e postos de serviços, a jornada mínima de trabalho dos empregados é de 44 horas semanais e de 220 horas/mês, sendo consideradas horas extras, aquelas efetivamente trabalhadas que ultrapassarem o limite mensal aqui previsto.

O registro da jornada de trabalho será feito individualmente e seu controle ficará na empresa ou no posto em que o serviço é prestado, prevalecendo à regra que melhor satisfizer a viabilidade operacional.

Fica garantido aos empregados o acesso aos dados constantes do seu cartão de ponto.

Fica facultada às empresas signatárias, associadas ou não ao SINTEAC/MA, a adoção do trabalho por regime de tempo parcial ou intermitente, observando-se as disposições contidas no Art. 58-A e 452-A, da CLT.

Fica garantido a aplicação das jornadas de 12x36 e 24x24 aos empregados contratados para a função de cuidador. Para a aplicação da jornada 24x24 deverá o empregador garantir aos seus empregados um quarto para que possa realizar a pernoite.

Parágrafo Único: Os trabalhadores contratados por regime de contrato de trabalho intermitente receberão o pagamento das parcelas que lhes são devidas, em até 10 dias após a prestação dos serviços.

COMPENSAÇÃO DE JORNADA

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - ESCALA DE REVEZAMENTO COM COMPENSAÇÃO

A jornada de trabalho por escala de revezamento far-se-á aplicada nas atividades em que o trabalho for desenvolvido, através de escala, será de 12 (doze) horas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas consecutivas de descanso.

FALTAS

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - ABONO DE FALTA DO ESTUDANTE

Desde que pré-avisadas, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, as empresas liberarão seus empregados estudantes ou vestibulandos para a realização de prova, tais como: vestibular (ENEM), ou concurso público. Ficando o empregado condicionado a comprovar a sua participação no evento ate 48 horas após a realização, sobre pena de ser considerado como falta.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE JORNADA

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - PAGAMENTO EM DIAS DE FOLGA

Os empregados que prestarem serviços no dia destinado à sua folga semanal ou repouso remunerado, receberão pagamento com acréscimo de 100% (cem por cento), além do salário diário normal, percentual esse também válido para o adicional noturno, se for o caso.

SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR ACEITAÇÃO DE ATESTADOS MÉDICOS

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - ATESTADOS MÉDICOS/ODONTOLÓGICOS

As empresas aceitarão os atestados médicos emitidos pelo INSS e seus conveniados, bem como os emitidos pelos serviços médicos/odontológicos do Sindicato e seus conveniados, em papel timbrado da instituição com CID e identificação do médico serão acatados pelas empresas, desde que apresentados ao departamento administrativo em até 48 horas após a sua expedição, e devidamente visados pelo médico da empresa.

PRIMEIROS SOCORROS

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - PRIMEIROS SOCORROS

As empresas manterão estojos contendo medicamentos necessários ao atendimento de primeiros socorros, nos veículos de fiscalização e nos postos de serviços com 10 (dez) ou mais empregados, ficando o estojo na responsabilidade do encarregado do serviço.

RELAÇÕES SINDICAIS ACESSO DO SINDICATO AO LOCAL DE TRABALHO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - QUADRO DE AVISOS

Será permitida a fixação, de editais avisos e notícias sindicais, em quadro ou locais próprios e de fácil acesso, nas dependências das empresas, vedada à divulgação de matéria político-partidária ou ofensiva a quem quer que seja.

REPRESENTANTE SINDICAL

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - LIBERAÇÃO DE DIRIGENTE SINDICAL

Até o limite de 08 (oito) empregados no total e o máximo de 01(um) por empresa, estas com mais de 80 (oitenta) trabalhadores, liberarão dirigentes do Sindicato, de livre escolha deste, para o exercício exclusivo de atividade sindical, sem prejuízo da sua remuneração mensal e obrigações sociais.

CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - MENSALIDADE SINDICAL

Fica Convencionado que conforme aprovado e autorizado em Assembleia Geral Ordinária realizadas no dia 12 de abril de 2024, que os empregadores descontarão mensalmente de todos os empregados abrangidos por esta CCT em vigor, o valor de 2% correspondente ao salário base e, será feito o recolhimento ao sindicato obreiro até o 10º dia do mês correspondente ao referido desconto, através desses seguintes dados bancários, Banco: Caixa Econômica Federal, Agência: 1392, Conta Corrente:380-8, Operação:003.

- a) Excluem-se deste pagamento os empregados que contribuem para categorias diferenciadas;
- b) As empresas ficarão isenta de qualquer responsabilidade ou eventual ação trabalhista ou civil, que o trabalhador venha ingressar junto à Justiça do Trabalho ou Procuradoria do Trabalho, ficando o Sindicato Laboral com a responsabilidade de negociar com o trabalhador que vier questionar o devido desconto nesta jurisdição;
- c) O Sindicato Laboral igualmente se responsabilizará junto à Superintendência Regional do Trabalho em caso de autuações administrativas nas quais as empresas vieram a responder;
- d) Aos integrantes da categoria profissional será permitida a manifestação de oposição diretamente ao sindicato ao desconto a qualquer tempo. O trabalhador deverá apresentar no SINTEAC/MA requerimento escrito e assinado por ele, para que possa ser excluído do referido desconto;
- e) O Sindicato dos trabalhadores deverá enviar às empresas a relação nominal dos funcionários que se opuseram ao desconto, que deverá se fazer acompanhar da segunda via do requerimento de oposição.

Parágrafo Único: Considerando que as informações prestadas são de atribuição e responsabilidade de natureza legal do Sindicato Obreiro, na hipótese de ações ou procedimentos administrativos ou judiciais instaurados em face da Empresa abrangidas pela CCT, pelos trabalhadores ou empregados, o Sindicato Obreiro assume total responsabilidade pelas informações prestadas e danos, assumindo integralmente o polo passivo de quaisquer demandas ou ações se fazendo excluídas as empresas de quais responsabilidades de natureza civil, administrativo e trabalhista, junto ao Ministério Público do Trabalho, Superintendência Regional do Trabalho ou Poder Judiciário com fundamento do Art. 545 da CLT.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - DESCONTO NEGOCIAL

Fica Convencionado que conforme aprovado e autorizado em Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 12 de abril de 2024, que os empregadores descontara de seus empregados sócios e não sócios abrangidos por esta CCT em vigor, para fazer frente às despesas da campanha salarial 2024/2024, valor correspondente a um dia de trabalho, de uma só e única vez, tomando-se por base o salário do primeiro pagamento referente à Data-Base 2024/2024, feito a partir da assinatura desta CCT, e efetuarão o recolhimento, junto à tesouraria do SINTEAC através desses segundes dados bancários Banco: Caixa Econômica Federal, Agência:1392, Conta Corrente:380-8, Operação:003, até o 10º dia do mês do referido desconto, podendo ser realizado até o mês de junho. Sendo que:

- a) Excluem-se deste pagamento os empregados que contribuem para categorias diferenciadas;
- b) As empresas ficaram isenta de qualquer responsabilidade ou eventual ação trabalhista ou civil, que o trabalhador venha ingressar junto à Justiça do Trabalho ou Procuradoria do Trabalho, ficando o Sindicato Laboral com a responsabilidade de negociar com o trabalhador que vier questionar o devido desconto nesta jurisdição;
- c) O Sindicato Laboral igualmente se responsabilizará junto à Superintendência Regional do Trabalho em caso de autuações administrativas nas quais as empresas vieram a responder;
- d) Aos integrantes da categoria profissional será permitida a manifestação de oposição diretamente ao sindicato ao desconto no prazo de 10 (dez dias) da assinatura desta CCT. O trabalhador deverá apresentar no SINTEAC requerimento escrito e assinado pelo mesmo, para que possa ser excluído do referido desconto;
- e) O Sindicato dos trabalhadores deverá enviar às empresas a relação nominal dos funcionários que opuserem ao desconto, que deverá se fazer acompanhar da segunda via do requerimento de oposição.

Parágrafo Primeiro - Considerando que as informações prestadas são de atribuição e responsabilidade de natureza legal do Sindicato Obreiro, na hipótese de ações ou procedimentos administrativos ou judiciais instaurados em face da empresa abrangida pela CCT, pelos trabalhadores ou empregados, o Sindicato Obreiro assume total responsabilidade pelas informações prestadas e danos, assumindo integralmente o polo passivo de quaisquer demandas ou ações se fazendo excluídas as empresas de quais responsabilidades de natureza civil, administrativo e trabalhista, junto ao Ministério Público do Trabalho, Superintendência Regional do Trabalho ou Poder Judiciário com fundamento do Art. 545 da CLT.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - MULTA PELO ATRASO NO RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES

Decorrido o prazo previsto nas cláusulas 32 e 33, acima e, não havendo o recolhimento das contribuições descontadas dos empregados, incidirá sobre o valor devido multa de 10% e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - DESCONTO ASSISTENCIAL PATRONAL

Conforme Assembléia Geral Ordinária, realizada no dia 08 de dezembro de 2023, na Sede do SEAC-MA, na Avenida dos Holandeses, sala 509 e 510, Edifício Tech Office, Ponta D'Areia, nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, por decisão unânime ficou determinado que, para fazer frente às despesas com as negociações da campanha salarial 2024/2024 pleiteada pelo Sindicato Obreiro, as empresas que compõem a categoria patronal no Estado do Maranhão deverão recolher à tesouraria deste sindicato o valor equivalente a um salário mínimo, o que deverá ser feito até o dia 30 de agosto 2024.

DISPOSIÇÕES GERAIS MECANISMOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - DIA DO TRABALHADOR

Fica garantido o feriado de 16 (dezesesseis) de maio a todos os empregados de empresas de Asseio e Conservação, data esta consagrada à categoria. Aqueles que prestarem serviços nesta data receberão salários na forma da cláusula vigesima sétima desta Convenção.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - DIVERGÊNCIA

Os casos omissos e as divergências que surgirem serão dirimidos de comum acordo entre as partes convenientes, mediante manifestação da Superintendência Regional do Trabalho ou da Justiça do Trabalho quando provocadas.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - CLÁUSULA COLABORATIVA

O sindicato patronal enviará, anualmente, ofício a todas as empresas solicitando informações dos empregados associados ao sindicato laboral.

O sindicato patronal enviará o referido ofício até 30 dias após o envio da relação das empresas pelo sindicato laboral.

DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - MULTA PELO DESCUMPRIMENTO DAS CLÁUSULAS DESTA CONVENÇÃO

Em caso de descumprimento de qualquer uma das cláusulas desta Convenção, o infrator pagará multa equivalente a 05 (cinco) salários mínimos, cujo valor será revertido em favor da Entidade de Classe. Em caso de reincidência esse valor será cobrado em dobro. Os Sindicatos ao final assinados do presente instrumento fornecerão sempre que requerido e trimestralmente, declaração de cumprimento da convenção coletiva, em vigor, ato que isentará o empregador das ações pertinentes ao descumprimento previsto em lei e neste instrumento coletivo de trabalho.

RENOVAÇÃO/RESCISÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - VIGÊNCIA / RENOVAÇÃO

VIGÊNCIA:

A presente Convenção Coletiva de Trabalho, firmada pelos Sindicatos Laboral e patronal terá duração de 12 (doze) meses, com a sua vigência a partir de 1º de janeiro de 2024 e seu término em 31 de dezembro de 2024, podendo ser aditada pelas partes sempre que julgarem convenientes, adequando-a as normas vigentes, tendo em vista possível revisão constitucional, bem como, dos casos de alteração na legislação trabalhista e previdenciária.

RENOVAÇÃO:

Não estando concluídos os trabalhos de sua renovação, a presente Convenção fica automaticamente

prorrogada por 120 dias para todos os efeitos legais e jurídicos, em todo o seu teor, nos termos do art. 615 da CLT.

Assim, estando às partes devidamente ajustadas, por seus presidentes, assinam a presente Convenção Coletiva de Trabalho, em 03 (três) vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras.

}

MANOEL PAULINO DOS INOCENTES MARTINS
PRESIDENTE
SINDICATO DOS TRABALHAD. DE EMPRE. DE ASSEIO E CONSER. LIMP. PUB. EDIFI. COND. RES. COMER. MISTOS E
LAVAND. DO EST. DO MA EXCETO O MUN. DE SAO LUIS

JOSE WILLIAM CAMARA RIBEIRO
PRESIDENTE
SIND DAS EMP DE ASEIO E CONSERVACAO DO ESTADO DO MA

ANEXOS

ANEXO I - ATA DE ASSEMBLEIA

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministerio do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.

JARDINEIRO

MATERIAIS DE CONSUMO (CONSUMÍVEIS)

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	R\$ UNITÁRIO	R\$ TOTAL	REPOSIÇÃO (MÊS)	R\$ MENSAL	TOTALMENTE CUSTEADO
1	Livro de ocorrências.	unidade	1,0	R\$ 20,93	R\$ 20,93	12,0	R\$ 1,74	doze meses
2	Máscaras descartáveis (tripla proteção)	caixa com 50 unidades	1,0	R\$ 21,28	R\$ 21,28	1,0	R\$ 21,28	um mês
3	Protetor solar contra radiação UVA e UVB; FP UVA 24 (ampla proteção UVA/UVB) uvb 60, formulação Oil Free, água resistente, levemente perfumado, loção emulsionada, hipoalérgico. Uso profissional, para peles fototipo 1 a 6, aplicado a cada 6h, testado dermatologicamente; Atende à RDC 30/2012 ANVISA.	unidade	1,0	R\$ 61,17	R\$ 61,17	2,0	R\$ 30,59	dois meses
TOTAL							R\$ 23,02	

UNIFORMES E EPI'S

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	R\$ UNITÁRIO	R\$ TOTAL	REPOSIÇÃO (MÊS)	R\$ MENSAL	TOTALMENTE CUSTEADO
1	Calça Jeans, com passador de cinto ou brim elástico no cós	unidade	2,0	R\$ 110,46	R\$ 220,92	6,0	R\$ 36,82	seis meses
2	Camisa de algodão malha fria, manga longa	unidade	2,0	R\$ 63,47	R\$ 126,94	6,0	R\$ 21,16	seis meses
3	Camisa tipo Polo, com mangas curtas, na cor branca, malha fria.	unidade	1,0	R\$ 67,69	R\$ 67,69	6,0	R\$ 11,28	seis meses
4	Botina de segurança com elástico lateral coberto com solado emborrachado antiderrapante	par	1,0	R\$ 49,61	R\$ 49,61	6,0	R\$ 8,27	seis meses
5	Crachá de identificação, em plástico rígido, contendo logomarca da empresa, foto e nome completo do funcionário.	unidade	1,0	R\$ 8,23	R\$ 8,23	12,0	R\$ 0,69	doze meses
6	Óculos de segurança contra respingos de produtos químicos.	unidade	1,0	R\$ 11,33	R\$ 11,33	6,0	R\$ 1,89	seis meses
7	Uniforme impermeável.	unidade	1,0	R\$ 115,68	R\$ 115,68	6,0	R\$ 19,28	seis meses
8	Boné árabe	unidade	1,0	R\$ 20,00	R\$ 20,00	6,0	R\$ 3,33	seis meses
9	Protetor auricular tipo moldável.	par	1,0	R\$ 5,52	R\$ 5,52	6,0	R\$ 0,92	seis meses
10	Capa de chuva com capuz	unidade	1,0	R\$ 29,72	R\$ 29,72	6,0	R\$ 4,95	seis meses
11	Luvas de raspa.	par	1,0	R\$ 30,78	R\$ 30,78	6,0	R\$ 5,13	seis meses

12	Bota de borracha branca.	par	1,0	R\$ 65,91	R\$ 65,91	6,0	R\$ 10,99	seis meses
13	Perneira de proteção contra picada de cobra	par	1,0	R\$ 55,43	R\$ 55,43	6,0	R\$ 9,24	seis meses
14	Avental em couro bovino, tipo raspa	par	1,0	R\$ 156,63	R\$ 156,63	6,0	R\$ 26,11	seis meses
TOTAL							R\$ 160,05	

DEDUÇÃO REFERENTE AOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS DO REGIME DE INCIDÊNCIA NÃO - CUMULATIVA DO PIS E DA COFINS

MATERIAIS DE CONSUMO (CONSUMÍVEIS)							R\$ 23,02	
UNIFORMES E EPI'S							R\$ 160,05	
VALOR TOTAL PARA CÁLCULO DA DEDUÇÃO (TRIBUTÁRIA)							R\$ 183,07	

DEDUÇÃO

PIS					1,65%	R\$ 3,02
COFINS					7,60%	R\$ 13,91
VALOR TOTAL DA DEDUÇÃO						R\$ 16,93

PORTEIRO

MATERIAIS DE CONSUMO (CONSUMÍVEIS)

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	R\$ UNITÁRIO	R\$ TOTAL	REPOSIÇÃO	R\$ MENSAL	TOTALMENTE
1	Livro de ocorrências.	unidade	1,0	R\$ 20,93	R\$ 20,93	12,0	R\$ 1,74	doze meses
2	Máscaras descartáveis (tripla proteção)	caixa com 50	1,0	R\$ 21,28	R\$ 21,28	1,0	R\$ 21,28	um mês
TOTAL							R\$ 23,02	

UNIFORMES E EPI'S

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	R\$ UNITÁRIO	R\$ TOTAL	REPOSIÇÃO (MÊS)	R\$ MENSAL	TOTALMENTE CUSTEADO
------	-----------	---------	------------	--------------	-----------	-----------------	------------	---------------------

1	Calça ou Saia social, na cor preta.	unidade	2,0	R\$ 88,86	R\$ 177,72	6,0	R\$ 29,62	seis meses
2	Camisa tipo Social, com mangas curtas, na cor branca.	unidade	2,0	R\$ 86,12	R\$ 172,24	6,0	R\$ 28,71	seis meses
3	Sapato/sapatilha em couro, na cor preta, tipo social.	par	1,0	R\$ 94,63	R\$ 94,63	6,0	R\$ 15,77	seis meses
4	Crachá de identificação, em plástico rígido, contendo logomarca da empresa, foto e nome completo do funcionário.	unidade	1,0	R\$ 8,23	R\$ 8,23	12,0	R\$ 0,69	doze meses
5	Capa de chuva com capuz	unidade	1,0	R\$ 29,72	R\$ 29,72	6,0	R\$ 4,95	seis meses
TOTAL							R\$ 79,74	
DEDUÇÃO REFERENTE AOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS DO REGIME DE INCIDÊNCIA NÃO - CUMULATIVA DO PIS E DA COFINS								
MATERIAIS DE CONSUMO (CONSUMÍVEIS)							R\$ 23,02	
UNIFORMES E EPI'S							R\$ 79,74	
VALOR TOTAL PARA CÁLCULO DA DEDUÇÃO (TRIBUTÁRIA)							R\$ 102,76	
DEDUÇÃO								
PIS					1,65%		R\$ 1,70	
COFINS					7,60%		R\$ 7,81	
VALOR TOTAL DA DEDUÇÃO							R\$ 9,51	

RECEPCIONISTA								
MATERIAIS DE CONSUMO (CONSUMÍVEIS)								
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	R\$ UNITÁRIO	R\$ TOTAL	REPOSIÇÃO	R\$ MENSAL	TOTALMENTE
1	Livro de ocorrencias.	unidade	1,0	R\$ 20,93	R\$ 20,93	12,0	R\$ 1,74	doze meses
2	Máscaras descartáveis (tripla proteção)	caixa com 50	1,0	R\$ 21,28	R\$ 21,28	1,0	R\$ 21,28	um mês
TOTAL							R\$ 23,02	
UNIFORMES E EPI'S								
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	R\$ UNITÁRIO	R\$ TOTAL	REPOSIÇÃO	R\$ MENSAL	TOTALMENTE
1	Calça ou Saia social, na cor preta.	unidade	2,0	R\$ 88,86	R\$ 177,72	6,0	R\$ 29,62	seis meses
2	Camisa tipo Social, com mangas curtas, na cor branca.	unidade	2,0	R\$ 86,12	R\$ 172,24	6,0	R\$ 28,71	seis meses
3	Sapato/sapatilha em couro, na cor preta, tipo social.	par	1,0	R\$ 94,63	R\$ 94,63	6,0	R\$ 15,77	seis meses

4	Crachá de identificação, em plástico rígido, contendo logomarca da empresa, foto e nome completo do funcionário.	unidade	1,0	R\$ 8,23	R\$ 8,23	12,0	R\$ 0,69	doze meses
5	Gravata Social	unidade	1,0	R\$ 27,78	R\$ 27,78	6,0	R\$ 4,63	seis meses
TOTAL							R\$ 79,41	
DEDUÇÃO REFERENTE AOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS DO REGIME DE INCIDÊNCIA NÃO - CUMULATIVA DO PIS E DA COFINS								
MATERIAIS DE CONSUMO (CONSUMÍVEIS)							R\$ 23,02	
UNIFORMES E EPI'S							R\$ 79,41	
VALOR TOTAL PARA CÁLCULO DA DEDUÇÃO (TRIBUTÁRIA)							R\$ 102,44	
DEDUÇÃO								
PIS					1,65%		R\$ 1,69	
COFINS					7,60%		R\$ 7,79	
VALOR TOTAL DA DEDUÇÃO							R\$ 9,48	

DEDUÇÃO REFERENTE AOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS DO REGIME DE INCIDÊNCIA NÃO - CUMULATIVA DO PIS E DA COFINS		
MATERIAIS DE CONSUMO (CONSUMÍVEIS)		R\$ 23,02
UNIFORMES E EPI'S		R\$ 74,78
VALOR TOTAL PARA CÁLCULO DA DEDUÇÃO (TRIBUTÁRIA)		R\$ 97,81
DEDUÇÃO		
PIS	1,65%	R\$ 1,61
COFINS	7,60%	R\$ 7,43
VALOR TOTAL DA DEDUÇÃO		R\$ 9,05



Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – IFMA
Campus São João dos Patos (UASG: 158291)
Diretoria de Administração e Planejamento – DAP
Coordenadoria de Licitação, Compras e Contratos – CLCC

ANEXO B DO TERMO DE REFERÊNCIA
INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO – IMR

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de apoio administrativo, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra e, também, fornecimento de todos os materiais e equipamentos necessários a execução do serviço, visando disponibilizar os postos de trabalho de Recepcionista, Porteiro, Jardineiro e Contínuo na unidade do Instituto Federal do Maranhão, Campus São João dos Patos (MA), nos termos da tabela abaixo, conforme regras, condições e especificações estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos.

Processo Administrativo nº 23249.039273.2024-12

Pregão Eletrônico: 90002/2024

1. DA DEFINIÇÃO.

- 1.1. Este documento apresenta os critérios de avaliação da qualidade dos serviços, identificando indicadores, metas, mecanismos de cálculo, forma de acompanhamento e adequações de pagamento por eventual não atendimento das metas estabelecidas.
- 1.2. Este anexo é parte indissociável do Contrato firmado a partir do Edital ###/202# e de seus demais anexos.

2. DOS INDICADORES, DAS METAS E DOS MECANISMOS DE CÁLCULO.

- 2.1. Os serviços e produtos da CONTRATADA serão avaliados por meio de seis indicadores de qualidade: 1. Uso de EPI's, uniformes e crachá, 2. Tempo de resposta às solicitações da contratante, 3. Atraso no pagamento de salários e/ou outros benefícios, 4. Atraso / Falta de entrega de materiais e/ou equipamentos e/ou uniformes previstos em contrato, 5. Outras obrigações contratuais diversas e 6. Qualidade dos serviços prestados.
- 2.2. Aos indicadores serão atribuídos pontos de qualidade, conforme critérios apresentados nas tabelas abaixo.
- 2.3. Cada indicador contribui com uma quantidade diferenciada de pontos de qualidade. Essa diferença está relacionada à essencialidade do indicador para a qualidade dos serviços.
- 2.4. A aplicação do **INDICADOR 6 - QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS**, será realizada exclusivamente pelo fiscal do contrato através de livro de registros ou anotações e/ou relatórios.

2.5. A pontuação final de qualidade dos serviços pode resultar em valores entre 0 (zero) e 100 (cem), correspondentes respectivamente às situações de serviço desprovido de qualidade e serviço com qualidade elevada.

2.6. As tabelas abaixo apresentam os indicadores, as metas, os critérios e os mecanismos de cálculo da pontuação de qualidade.

INDICADOR 1 – USO DE EPI’S, UNIFORMES E CRACHÁ	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Mensurar o atendimento às exigências específicas relacionadas a segurança do trabalho, fornecimento e uso dos uniformes e crachá.
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência no mês.
Instrumento de medição	Constatação formal de ocorrências.
Forma de acompanhamento	Pessoal. Pelo fiscal do contrato através de livro de registros.
Periodicidade	Diária, com aferição mensal do resultado.
Mecanismo de Cálculo	Verificação da quantidade de ocorrências registradas no mês de referência (pessoa/dia).
Início de Vigência	A partir do início da prestação do serviço.
Faixas de ajuste no pagamento	Sem ocorrências = 10 Pontos. 1 ocorrência = 8 Pontos. 2 ocorrências = 6 Pontos. 3 ocorrências = 4 Pontos. 4 ou mais ocorrências = 0 Pontos.
Sanções	Ver item 3.2 deste anexo.
Observações	
INDICADOR 2 - TEMPO DE RESPOSTA ÀS SOLICITAÇÕES DA CONTRATANTE	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Mensurar a agilidade no atendimento das solicitações efetuadas pela administração.
Meta a cumprir	Atendimento pela Contratada dentro do prazo concedido pela Contratante.
Instrumento de medição	Constatação formal de ocorrências.
Forma de acompanhamento	Pessoal. Pelo fiscal do contrato através de livro de registros ou anotações e/ou relatórios.

Periodicidade	Por evento/solicitação à contratante.
Mecanismo de Cálculo	Verificação da quantidade de ocorrências registradas com tempo de resposta superior à meta.
Início de Vigência	A partir do início da prestação do serviço.
Faixas de ajuste no pagamento	Sem atrasos = 5 Pontos. 1 resposta com atraso = 3 Pontos. 2 respostas com atraso = 2 Pontos. 3 respostas com atraso = 1 Ponto. 4 respostas ou mais com atraso = 0 Pontos.
Sanções	Ver item 3.2 deste anexo.
Observações	O que se busca com esse indicador é obter ciência e comprometimento quanto a resolução das demandas levantadas pela contratante o mais breve possível, mesmo que a resolução definitiva de determinada demanda se dê em maior tempo.

INDICADOR 3 – ATRASO NO PAGAMENTO DE SALÁRIOS E/OU OUTROS BENEFÍCIOS

ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Mitigar ocorrências de atrasos de pagamento de salários e outros benefícios.
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência de atraso no mês.
Instrumento de medição	Constatação formal de ocorrências.
Forma de acompanhamento	Pessoal. Pelo fiscal do contrato através de livro de registros ou anotações e/ou relatórios.
Periodicidade	Mensal, nos termos do Art. 459, § 1º, do Decreto-Lei 5452/43, ou data base fornecida por convenção coletiva da categoria.
Mecanismo de Cálculo	Identificação de pelo menos uma ocorrência de atraso no mês de referência.
Início de Vigência	A partir do início da prestação do serviço.
Faixas de ajuste no pagamento	Sem atraso = 25 Pontos. 01 (um) dia útil ou mais de atraso = 0 pontos.
Sanções	Ver item 3.2 deste anexo.
Observações	Atendendo ao disposto do Art. 459 § 1º da CLT.

INDICADOR 4 – ATRASO / FALTA DE ENTREGA DE MATERIAIS E/OU EQUIPAMENTOS E/OU UNIFORMES PREVISTOS EM CONTRATO

ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir o nível de fornecimento e abastecimento dos materiais (Uniformes e Epi's) estimados necessários a execução do contrato.
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência de atraso/falta de entrega dos materiais (Uniformes e Epi's).
Instrumento de medição	Constatação formal de ocorrências.
Forma de acompanhamento	Pessoal. Pelo fiscal do contrato através de livro de registros ou anotações e/ou relatórios.
Periodicidade	Por evento/constatação.
Mecanismo de Cálculo	Identificação de pelo menos uma ocorrência de atraso no mês de referência.
Início de Vigência	A partir do início da prestação do serviço.
Faixas de ajuste no pagamento	Sem atraso = 25 Pontos. 01 (um) dia ou mais de atraso = 0 pontos.
Sanções	Ver item 3.2 deste anexo.
Observações	

INDICADOR 5 – OUTRAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS DIVERSAS

ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Mensurar ocorrências de inadimplimento de obrigações contratuais diversas.
Meta a cumprir	Cumprir obrigações contratuais.
Instrumento de medição	Constatação formal de ocorrências.
Forma de acompanhamento	Pessoal. Pelo fiscal do contrato através de livro de registros ou anotações e/ou relatórios.
Periodicidade	Por verificação do cumprimento das obrigações contratuais.
Mecanismo de Cálculo	Verificação da quantidade de ocorrências registradas com tempo de resposta superior à meta.
Início de Vigência	A partir do início da prestação do serviço.
Faixas de ajuste no pagamento	Sem ocorrências = 15 pontos. 01 ocorrência = 10 pontos. 02 ocorrências = 5 pontos. 03 ou mais ocorrências = 0 pontos.
Sanções	Ver item 3.2 deste anexo.

Observações	O que se busca com esse indicador é obter ciência e comprometimento quanto ao cumprimento das obrigações contratuais não especificadas nos indicadores 1, 3 e 4, assim como, treinamento, funcionários em nível de escolaridade adequados, substituição de funcionários faltosos por funcionário e por dia, dentre outras obrigações contratuais.
INDICADOR 6 - QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir o nível de qualidade global na prestação do serviço.
Meta a cumprir	Quanto maior melhor.
Instrumento de medição	Constatação formal dos quesitos qualitativos.
Forma de acompanhamento	Pessoal. Pelo fiscal do contrato através de livro de registros ou anotações e/ou relatórios.
Periodicidade	Mensal.
Mecanismo de Cálculo	Descrita na Planilha de Avaliação da Qualidade dos Serviços Prestados – Cozinha.
Início de Vigência	A partir do início da prestação do serviço.
Faixas de ajuste no pagamento	De 0 a 20 Pontos conforme resultados da avaliação dos quesitos qualitativos.
Sanções	Ver item 3.2 deste anexo.
Observações	Quesitos avaliados na pesquisa encontra-se no formulário abaixo.

PLANILHA DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS COZINHA						
Órgão/Unidade:						
Nº Contrato:						
Gestor/Responsável:						
Contratada:			Mês de referência:			
Legenda do Grau de Satisfação: O = Ótimo B = Bom R = Regular I = Insatisfatório N = Não se aplica/Não sei responder						
Descrição	Serviços/Procedimentos	Grau de Satisfação				
		O	B	R	I	N
I - Assiduidade	Considere a frequência, comparecimento, constância dos trabalhadores no local de trabalho.					

		O	B	R	I	N
II - Disciplina	Considere a capacidade de obediência ao conjunto de regras, normas, aos superiores, bem como a regulamentos, sempre se referindo a um tipo de atitude no que se diz respeito ao cumprimento de responsabilidades específicas de cada pessoa.					
		O	B	R	I	N
III - Iniciativa	Considere a capacidade de agir adequadamente e independente de supervisão, disponibilidade em conhecer o trabalho do setor, aperfeiçoá-lo e resolver situações inesperadas.					
		O	B	R	I	N
IV - Produtividade	Considere o volume e a qualidade do trabalho realizado, relacionado com o tempo gasto para executá-lo, a complexidade do mesmo e as condições em que é desenvolvido.					
		O	B	R	I	N
V - Responsabilidade	Considere a ética profissional, a conduta moral e o grau de compromisso em relação ao seu trabalho na Instituição/Setor.					
		O	B	R	I	N
VI - Relacionamento	Considere a integração no ambiente com os colegas e o público em geral, tendo em vista o desenvolvimento do trabalho.					
		O	B	R	I	N
VII - Pontualidade	Cumprir o horário de trabalho. Informar de imediato imprevistos que impeçam o seu comparecimento ou cumprimento do horário.					
		O	B	R	I	N
VIII – Apresentação Pessoal	Mantém comportamento e aparência pessoal condizentes ao local de trabalho e traça-se adequadamente.					

TABELA DE TOTALIZAÇÃO DOS RESULTADOS				
A - Número de quesitos pontuados, por grau de satisfação	O	B	R	I
B - Total de quesitos avaliados (excluindo-se os N – Não se aplica/ Não sei responder)				
C – Índice de Avaliação, por quesito (*)	O	B	R	I
(*). Dividir o número correspondente a cada grau de satisfação (O, B, R, I), pelo total de quesitos avaliados. [A/B].				
D- Pontuação Total (**)				
(**) Somatório dos índices de avaliação (item C) para os graus de satisfação (Ótimo e Bom), multiplicados pela pontuação limite 20. [(O+B) x 20]				

3. FAIXA DE AJUSTE DE PAGAMENTO.

3.1. As pontuações de qualidade devem ser totalizadas para o mês de referência, conforme métodos apresentados nas tabelas acima.

3.1.1. A aplicação dos critérios de averiguação da qualidade resultará em uma pontuação final no intervalo de 0 a 100 pontos, correspondente a soma das pontuações obtidas para cada indicador, conforme formula abaixo:

Pontuação total do serviço = Pontos “Indicador 1” + Pontos “Indicador 2” + Pontos “Indicador 3” + Pontos “Indicador 4” + Pontos “Indicador 5” + Pontos “Indicador 6”.

3.2. Os pagamentos devidos, relativos a cada mês de referência, devem ser ajustados pela pontuação total do serviço, conforme tabela e fórmula apresentadas abaixo:

Faixas de pontuação de qualidade da ordem de serviço	Pagamento devido	Fator de Ajuste de nível de serviço
De 80 a 100 pontos	100% do valor previsto	1,00
De 70 a 79 pontos	97% do valor previsto	0,97
De 60 a 69 pontos	95% do valor previsto	0,95
De 50 a 59 pontos	93% do valor previsto	0,93
De 40 a 49 pontos	90% do valor previsto	0,90 + avaliar a necessidade de notificação.
Abaixo de 40 pontos	90% do valor previsto mais multa	0,90 + avaliar a necessidade de aplicação de multa contratual

Valor devido por ordem de serviço = [(Valor mensal previsto) x (Fator de ajuste de nível de serviço)]

3.3. A avaliação abaixo de 40 pontos por três vezes consecutivas motivará a rescisão do contrato.

4. CHECK LIST PARA A AVALIAÇÃO DE NÍVEL DOS SERVIÇOS.

Indicador	Critério (Faixas de Pontuação)	Pontos	Avaliação
1 - Uso de EPI's, uniformes e crachá	Sem ocorrências	10	
	1 ocorrência	8	
	2 ocorrências	6	
	3 ocorrências	4	
	4 ou mais ocorrências	0	
2 – Tempo de resposta às solicitações da contratante	Sem atrasos	5	
	1 resposta com atraso	3	
	2 respostas com atraso	2	
	3 respostas com atraso	1	
	4 respostas ou mais com atraso	0	
3 – Atraso no pagamento de salários e/ou outros benefícios	Sem atraso	25	
	01 (um) dia ou mais de atraso	0	
4 – Atraso / Falta de entrega de materiais e/ou equipamentos e/ou uniformes previstos em contrato	Sem atraso	25	
	01 (um) dia ou mais de atraso	0	
5 – Outras obrigações contratuais diversas	Sem ocorrências	15	
	01 ocorrência	10	
	02 ocorrências	5	
	03 ou mais ocorrência	0	
6 – Qualidade dos serviços prestados	Conforme resultados da avaliação dos quesitos qualitativos	0 - 20	
Pontuação Total do Serviço			

Período da Avaliação: ____/____/____ a ____/____/____.

Fiscal do Contrato

Ata de Registro de Preços 4/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
4/2024	158291-INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS S. JOAO DOS PATOS	WANDERSON DE SOUZA SILVA	04/12/2024 12:53 (v 1.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra		23249.036876.2024-62

1. Do objeto

MINUTA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

INSTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO / CAMPUS SÃO JOÃO DOS PATOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º

O INSTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO / CAMPUS SÃO JOÃO DOS PATOS, com sede no(a) Rua Padre Santiago, s/n, Bairro Santiago, na cidade de São João dos Patos/MA, inscrito no CNPJ /MF sob o nº 10.735.145/0011-66, neste ato representado pelo Diretor Geral, **RENATO DARCIO NOLETO SILVA**, nomeado(a) pela Portaria nº xxx de xx de xxxxxx de xxx, publicada no DOU de xx de xxxxxx de xxxx, portador da matrícula funcional nº 1654561, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/202..., publicada no de/...../202....., processo administrativo n.º, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no **Edital de licitação**, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1- DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de , especificado(s) no(s) item(ns)..... do Termo de Referência, anexo **[do edital de Licitação nº/20...]**, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. Dos preços, especificações e quantitativos

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Prestador de Serviço (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante, Dados Bancários</i>)							
ITEM	Especificação do Posto	Quantidade de Posto	Unidade de Medida	Quantidade de meses	Valor Unitário do Posto	Valor Unitário por mês	Valor Total Estimado (por 24 meses)

2.2 A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. Órgão(s) gerenciador(es) e participante(s)

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1 O órgão gerenciador será o IFMA-Campus São João dos Patos.

3.2 Não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

4. Da adesão à Ata de Registro de Preços

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.2 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. Validade, formalização da ata SRP e cadastro reserva

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1 validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1.O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2.Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3.Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4.Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1.Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela;

5.4.2.Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1.Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2.Mantiverem sua proposta original.

5.4.3.Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5.O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6.Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7.A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1.Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital*; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8.O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9.Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1.O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10.A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11.Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12.Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:

1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de **m e l h o r c o n d i ç ã o**.

6. Alteração ou atualização dos preços registrados

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1.Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da **alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021** [A1];

6.1.2.Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrado

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. Negociação dos preços registrados

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. Remanejamento das quantidades registradas na ata SRP

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. Cancelamento do registro do licitante vencedor e dos preços registrados

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. Das penalidades

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital*.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. Condições gerais

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO *AO EDITAL*.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (*duas*) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver)*.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)
------------	--

TR								
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	QuantidadeMáxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	QuantidadeMáxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

DIEGO MARTINS VIEIRA RAMOS
Membro da comissão de contratação

EDSON DOS SANTOS SILVA

Membro da comissão de contratação

ANTONIO DA CRUZ VIANA DA SILVA

Membro da comissão de contratação

Contrato 2/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
2/2024	158291-INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS S. JOAO DOS PATOS	WANDERSON DE SOUZA SILVA	04/12/2024 13:01 (v 2.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra		23249.036876.2024-62

1. Cláusula primeira - do objeto

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
SERVIÇOS CONTÍNUOS COM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA – LICITAÇÃO

INSTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO / CAMPUS SÃO JOÃO DOS PATOS

(Processo Administrativo nº 23249.036876.2024-62)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE
FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO
(A).....
E.....

O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLÓGICA DO MARANHÃO –IFMA CAMPUS SÃO JOÃO DOS PATOS, com sede na Rua Padre Santiago, SN, Bairro Santiago, na cidade de São João dos Patos/MA, inscrito(a) no CNPJ sob o no 10.735.145/0011-66, neste ato representado(a) pelo(a) Diretor Geral, Prof. RENATO DARCIO NOLETO SILVA, nomeado(a) pela Portaria no xxx, de xx de xxxxxx de xxxxx, publicada no DOU de xx de xxxxxx de xxxx, portador da Matrícula Funcional no 1654561, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no

Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. .../..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O O objeto do presente instrumento é a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de apoio administrativo, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra e, também, fornecimento de todos os materiais e equipamentos necessários a execução do serviço, visando disponibilizar os postos de trabalho de Recepcionista, Porteiro, Jardineiro e Contínuo na unidade do Instituto Federal do Maranhão, Campus São João dos Patos (MA), nos termos da tabela abaixo, conforme regras, condições e especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO POSTO	QUANTIDADE DE POSTOS	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE DE MESES	VALOR UNITÁRIO DO POSTO (R\$)	VALOR UNITÁRIO POR MÊS (R\$)	VALOR TOTAL POR 24 MESES (R\$)
1							
2							
3							
...							

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. Cláusula segunda - vigência e prorrogação

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 24 (vinte e quatro) meses contados do(a) data de *assinatura do Contrato*, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d. Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- e. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. Cláusula terceira - modelos de execução e gestão contratuais

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. Cláusula quarta - subcontratação

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. Cláusula quinta - preço

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ (.....), perfazendo o valor total de R\$ (.....).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. Cláusula sexta - pagamento

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes, inclusive quanto à utilização da Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. Cláusula sétima - repactuação dos preços contratados

CLÁUSULA SÉTIMA - REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS CONTRATADOS (art. 92, V e X)

7.1. Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do contratado.

7.2. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

- a. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;
- b. Para os custos decorrentes do mercado: a partir da data do orçamento estimado.

7.3. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

7.3.1. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.

7.4. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços. (art. 135, § 4º, da Lei n.º 14.133/2021).

7.5. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias. (art. 135, § 5º, da Lei n.º 14.133/2021)

7.6. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

7.7. Na repactuação, o contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.(art. 135, §§ 1º e 2º, da Lei n.º 14.133/2021)

7.8. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

7.8.1. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

7.9. Quando a repactuação solicitada pelo contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento *IPCA*, com base na seguinte fórmula:

$$R = V (I - I^0) / I^0, \text{ onde:}$$

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

7.10. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.11. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.12. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.13. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

7.14. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

7.15. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

7.16. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

7.17. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

7.18. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.19. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao contratante ou ao contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

7.20. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

7.21. O contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até **30 (trinta) dias**, contado da data do fornecimento, pelo contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados. (art. 92, § 6º, c/c o art. 135, § 6º)

7.22. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo contratante para a comprovação da variação dos custos.

7.23. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.

7.24. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133, de 2021.

7.25. O contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

7.26. A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.

7.27. A revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por apostilamento.

8. Cláusula oitava - obrigações do contratante

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.9. Não praticar atos de ingerência na administração do contratado, tais como (art. 48 da Lei n.º 14.133/2021):
- 8.9.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
- 8.9.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo contratado;
- 8.9.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do contratado;
- 8.9.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
- 8.9.5. demandar a funcionário do contratado a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;
- 8.9.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado.
- 8.10. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.11. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.11.1. A Administração terá o prazo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.12. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de **30 (trinta) dias**.
- 8.13. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (§4º, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.14. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. Cláusula nona - obrigações do contratado

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.8. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

9.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos

federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

9.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

- 9.24. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.25. Garantir o acesso do contratante, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;
- 9.26. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.27. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 9.28. Disponibilizar ao contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 9.29. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto no Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;
- 9.30. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale-transporte;
- 9.31. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, o contratado deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.
- 9.32. Autorizar o contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;
- 9.33. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;
- 9.34. Atender às solicitações do contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 9.35. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.36. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o contratado relatar ao contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 9.37. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

9.38. Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

9.39. Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

9.40. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

9.41. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

9.41.1 Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional, a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art. 30, §1º, II, e do art. 31, II, todos da Lei Complementar nº 123/2006, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 do mesmo diploma legal;

9.41.2 Para efeito de comprovação da comunicação, a contratado deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

10. Cláusula décima - obrigações pertinentes a LGPD

CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. Cláusula décima primeira - garantia de execução

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

11.1. O contratado apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, limitada ao equivalente a 2 (dois) meses do custo da folha de pagamento dos empregados da contratada que venham a participar da execução dos serviços contratados.

11.2. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

11.3. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

11.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 11.8 deste contrato.

11.5. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

11.6. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- 11.6.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 11.6.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao contratado; e
- 11.6.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.
- 11.7. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 11.9, observada a legislação que rege a matéria.
- 11.8. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 11.9. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.
- 11.10. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 11.11. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 11.12. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 11.13. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 11.13.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- 11.13.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.
- 11.14. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- 11.15. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 11.16. A garantia somente será liberada ante a comprovação de que o contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;

11.17. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;

11.18. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

11.19. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao contratado.

11.20. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.

11.21. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

12. Cláusula décima segunda - infrações e sanções administrativas

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV) Multa:

(1) Moratória de 0,5% (por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 25 (vinte e cinco) dias;

(2) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2 % (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

a) O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

(3) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 0,5% a 15% do valor do Contrato.

(4) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 15% a 30% do valor do Contrato.

(5) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 10% a 30% do valor do Contrato.

(6) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 10% a 30% do valor do Contrato.

(7) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de% a ...% do valor do Contrato.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.9 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

13. Cláusula décima terceira - da extinção contratual

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.2.1. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.2.2. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.3.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.3.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.3.1.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.4.. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.4.3. indenizações e multas.

13.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.6. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do contratante e à aplicação das penalidades cabíveis.

13.7. O contratante poderá conceder prazo para que o contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

13.8. Quando da extinção, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo contratado das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

13.9. Até que o contratado comprove o disposto no item anterior, o contratante reterá:

13.9.1 a garantia contratual - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias -, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria (art. 121, § 3º, I, e art. 139, III, b, da Lei n.º 14.133/2021); e

13.9.2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

13.10. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de 15 (quinze) dias, o contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao contratado (art. 121, §3º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

13.11. O contratante poderá ainda:

13.11.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo contratado, reter a garantia prestada a ser executada (art. 139, III, "c", da Lei n.º 14.133/2021), conforme legislação que rege a matéria; e

13.11.2 nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do contratado decorrentes do contrato.

13.12. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14. Cláusula décima quarta - alterações

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. Cláusula décima quinta - dotação orçamentária

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

15.1. Gestão/Unidade:

15.2. Fonte de Recursos:

15.3. Programa de Trabalho:

15.4. Elemento de Despesa:

15.5. Plano Interno:

15.6. Nota de Empenho:

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

16. Cláusula décima sexta - dos casos omissos

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. Cláusula décima sétima - publicação

.CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012

18. Cláusula décima oitava - foro

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO (art. 92, §1º)

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em **São Luis (MA)**, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

São João dos Patos (MA), [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

EDSON DOS SANTOS SILVA

Membro da comissão de contratação

DIEGO MARTINS VIEIRA RAMOS

Membro da comissão de contratação

ANTONIO DA CRUZ VIANA DA SILVA

Membro da comissão de contratação



Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – IFMA
Campus São João dos Patos (UASG: 158291)
Diretoria de Administração e Planejamento – DAP
Coordenadoria de Licitação, Compras e Contratos – CLCC

ANEXO IV - MODELO DE PROPOSTA

(Em papel timbrado)

OBJETO

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de apoio administrativo, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra e, também, fornecimento de todos os materiais e equipamentos necessários a execução do serviço, visando disponibilizar os postos de trabalho de Recepcionista, Porteiro e Jardineiro na unidade do Instituto Federal do Maranhão, Campus São João dos Patos (MA), nos termos da tabela abaixo, conforme regras, condições e especificações estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos.

PROPONENTE:

Razão Social: _____ CNPJ: _____
Endereço: _____ Cidade: _____ CEP: _____ UF: _____
Telefone: _____ Fax: _____ E-mail: _____
Banco: _____ Agência: _____ C/C: _____

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL:

Nome: _____
FUNÇÃO: _____
RG: _____, C.P.F. _____
Endereço: _____
Telefone: _____
E-mail: _____

Prezados Senhores,

Apresentamos a Vossa Senhoria nossa proposta comercial prestação de serviço de Apoio Administrativo, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, que será prestado de forma contínua para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – IFMA, Campus São João dos Patos.

Declaramos, para fins que se fizerem necessários, que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à esta licitação e concordamos, sem restrição, com as condições constantes do Termo de Referência e seus anexos.

Declaramos que os preços cotados são absolutamente líquidos, já incluídos todos os custos diretos ou indiretos, inerente ao objeto (salários, tributos, encargos sociais, fretes, material, etc.).

IMPORTANTE: Prazo de Validade da Proposta: não inferior a **60 (sessenta) dias** contados do aceite da proposta.

(Local e data)

(Carimbo e assinatura do responsável)

ANEXO V - MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS

PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇO

Ao				
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO - IFMA				
CAMPUS: SÃO JOÃO DOS PATOS				
PREGÃO ELETRÔNICO Nº xx/2024				
Processo Administrativo n.º				
A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	SINDICATO DOS TRABALHAD. DE EMPRE. DE ASSEIO E CONSER. LIMP. PUB. EDIFI. COND. RES. COMER. MISTOS E LAVAND. DO EST. DO MA EXCETO O MUN. DE SAO LUIS, CNPJ n.14.294.492/0001-80 e SIND DAS EMP DE ASEIO E CONSERVACAO DO ESTADO DO MA, CNPJ n. 06.991.483/0001-10		
B	Município/UF: SÃO JOÃO DOS PATOS / MARANHÃO			
C	Ano Convenção Coletiva de Trabalho: MAXXXXXX/202X			
D	NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: MR025223/2024			
Mão-de-obra vinculada à execução contratual				
Dados complementares para composição dos os referente à mão-de-obra				
1	Tipo de serviço: APOIO ADMINISTRATIVO	CONTA VINCULADA		
2	Salário Normativo da Categoria Profissional - R\$ 0,00			
4	Data base da categoria: 01 DE JANEIRO DE 2024			
5	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) XXXX-XX - RECEPCIONISTA			
PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS				
MODULO 1: Composição da Remuneração				
ITEM 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO		%	Base de Cálculo	Valor (R\$)
A	Salário Normativo - CCT - CLÁUSULA TERCEIRA			
B	Dia do trabalhador - (CCT)			
C	Descanso semanal remunerado sobre dia trabalhador			
Total de Remuneração				R\$ 0,00
MODULO 2: Encargos Trabalistas, Previdenciários, Sociais e Benefícios				
Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias				
2,1	13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias	%	Base de Cálculo	Valor (R\$)
A	Décimo-terceiro salário - (Art. 7º, VIII, CF/88) - (§ único, Art. 1º, Decreto Nº 57.155 de 1965)			
B	Adicional de Férias - (Art. 7º, XVII, CF/88)			
C	Incidência do submódulo 2.2 sobre 13º salário e 1/3 de férias proporcionais			
TOTAL				
Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições				
ENCARGOS SOCIAIS INCIDENTES S/ O VALOR DA REMUNERAÇÃO				
2,2	GPS, FGTS e outras contribuições	%	Base de Cálculo	VALOR
A	INSS - (Art. 2º, § 3º, da Lei 11.457/2007.)			
B	SESC ou SESI - (Art. 30, Lei 8.036/1990).			
C	SENAI - SENAC (Art. 1º, cap. Dec.-Lei 6.246/1944 e art. 4º, caput. Dec.-Lei 8.621/1946).			
D	INCRA - (Art. 1º, I, 2 c/c art. 3º, ambos do Decreto-Lei 1.146./1970).			
E	Salário Educação - (Art. 3º, Inciso I, Decreto 87.043/1982).			

F	FGTS (Art. 15, Lei nº 8.036/90 e Art. 7º, III, CF/88).			
G	SAT - RAT x FAP - (Art. 7º, XXVIII, Art. 149 i e 195, I, a, ii da CF/88 - Decreto 6.957/2009) - MÁXIMO			
H	SEBRAE - (Art. 8º, Lei 8.029/1990).			
TOTAL				
Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.				
2,3	Benefícios mensais e diários	%	Base de Cálculo	VALOR
A	Transporte - (Art. 4º, parágrafo único da Lei 7.418/1985 e CCT) 26 dias			
B	Auxílio Alimentação - (Lei nº 6.321/1976 e Decreto nº 5/1991 e CCT-CLÁUSULA SEXTA)			
C	Seguro de vida (morte e invalidez) - (CCT)			
D	Auxílio Morte/ Funeral - (CCT)			
E	Cesta Básica - (CCT)			
F	Plano de Saúde (CCT) (AUXÍLIO ODONTOLÓGICO)			
Total de Benefícios mensais e diários				
Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários				
2.	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	%	Base de Cálculo	Valor (R\$)
2,1,	Décimo Terceiro Salário, Férias e Adicional de Férias			
2,2,	GPS, FGTS e outras contribuições			
2,3,	Benefícios Mensais e Diários			
TOTAL				
Módulo 3 - Provisão para Rescisão - (Itens renováveis, não renováveis e ajustáveis)				
A	Aviso Prévio Indenizado - (Art. 7º, XXI, CF/88, 477, 487. CLT)			
B	Incidência do FGTS S/ aviso prévio indenizado - (Art. 15, Lei nº 8.036/90 e Art. 7º, III, CF/88 e Súmula nº 305 do TST)			
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado - (Art. 18, §1º da Lei 8.036/90)			
D	Aviso Prévio Trabalhado - (Art. 7º, XXI, CF/88, 477, 487 da CLT)			
E	Incidência do submódulo 2.2 sobre aviso prévio trabalhado - (Art. 7º, XXI, CF/88, 477, 487 da CLT)			
F	Multa do FGTS do aviso prévio trabalhado - (Art. 18, §1º da Lei 8.036/90)			
TOTAL				
Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente				
4,1	Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais - (Itens renováveis, não renováveis e ajustáveis)	%	Base de Cálculo	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias - (Art. 7º, XVII, CF/88 - IN 05/2017).			
B	Abono de férias do substituto - (Art. 7º, XVII, CF/88 - IN 05/2017)			
C	Gratificação Natalina do substituto - (Art. 7º, VIII, CF/88 - § único, Art. 2º, Decreto Nº 57.155 de 1965 -IN 05/2017)			
D	Incidência do submódulo 2.2 sobre 13º salário e 1/3 de férias proporcionais do substituto			
E	Substituto na cobertura de Ausências Legais - (Art. 473 da CLT)			
F	Substituto na cobertura de Licença Paternidade - Art. 7º, XIX, CF/88 e 10, §1º, da ADCT			
H	Substituto na cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho - (Art. 19 a 23 da Lei nº 8.213/91)			
I	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade - (Art. 392 CLT)			
TOTAL				R\$ 0,00
Módulo 5 - Insumos Diversos				
ITEM 5 - INSUMOS DIVERSOS		%	Base de Cálculo	Valor (R\$)
A	Uniformes e EPI's			

B	Material consumível			
Subtotal				
	Dedução Pis / Cofins - Regime de Incidência Não-Cumulativa			
Total de Insumos diversos				
Nota: Valores mensais por empregado.				
Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro				
	Custos indiretos, Tributos e Lucros	%	Base de Cálculo	VALOR
A	Custos indiretos			
B				
C	B1. Tributos Federais (COFINS)			
D	B2. Tributos Federal (PIS)			
E	B3. Tributos Estaduais/Municipais (ISS)			
F	Total dos tributos			
G	Lucro			
	Total			
Anexo III - B - Quadro-resumo do Custo por Empregado				
Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)				
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração			
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão			
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			
E	Módulo 5 - Insumos Diversos			
	Subtotal (A + B + C + D + E)			
E	Módulo 6 - Custos indiretos, tributos e lucro			
	Valor total por empregado			

CONTIGENCIAMENTO MENSAL MÁXIMO ESTIMADO - CONTA VINCULADA

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS - CONTIGENCIAMENTO - FATO GERADOR				
Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias				
2,1,	13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias	%	Base de Cálculo	Valor (R\$)
A	Décimo-terceiro salário - (Art. 7º, VIII, CF/88) - (§ único, Art. 1º, Decreto Nº 57.155 de 1965)			
B	Adicional de Férias - (Art. 7º, XVII, CF/88)			
C	Incidência do submódulo 2.2 sobre 13º salário e 1/3 de férias proporcionais			

TOTAL			
Módulo 3 - Provisão para Rescisão - (Itens renováveis, não renováveis e ajustáveis)			
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado - (Art. 18, §1º da Lei 8.036/90)		
F	Multa do FGTS do aviso prévio trabalhado - (Art. 18, §1º da Lei 8.036/90)		
TOTAL			
Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro			
Custos indiretos, Tributos e Lucros		%	Base de Cálculo
A	Custos indiretos		
B			
C	B1. Tributos Federais (COFINS)		
D	B2. Tributos Federal (PIS)		
E	B3. Tributos Estaduais/Municipais (ISS)		
F	Total dos tributos		
G	Lucro		
	Total		
Anexo III - B - Quadro-resumo do Custo por Empregado			
Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)			
B	Submódulo 2.1 - Encargos		
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão		
Subtotal (A + B + C + D + E)			
E	Módulo 6 - Custos indiretos, tributos e lucro		
Valor total contingenciado por empregado			

PAGAMENTO MENSAL ESTIMADO, APÓS CONTIGENCIAMENTO - CONTA VINCULADA

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS			
MODULO 1: Composição da Remuneração			
ITEM 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO		%	Base de Cálculo
A	Salário Normativo - CCT - CLÁUSULA TERCEIRA		
Total de Remuneração			
MODULO 2: Encargos Trabalistas, Previdenciários, Sociais e Benefícios			

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições				
ENCARGOS SOCIAIS INCIDENTES S/ O VALOR DA REMUNERAÇÃO				
2,2	GPS, FGTS e outras contribuições	%	Base de Cálculo	VALOR
A	INSS - (Art. 2º, § 3º, da Lei 11.457/2007.)			
B	SESC ou Sesi - (Art. 30, Lei 8.036/1990).			
C	SENAI - SENAC (Art. 1º, cap. Dec.-Lei 6.246/1944 e art. 4º, caput. Dec.-Lei 8.621/1946).			
D	INCRA - (Art. 1º, I, 2 c/c art. 3º, ambos do Decreto-Lei 1.146,/1970).			
E	Salário Educação - (Art. 3º, Inciso I, Decreto 87.043/1982).			
F	FGTS (Art. 15, Lei nº 8.036/90 e Art. 7º, III, CF/88).			
G	SAT - RAT x FAP - (Art. 7º, XXVIII, Art. 149 i e 195, I, a, ii da CF/88 - Decreto 6.957/2009) - MÁXIMO			
H	SEBRAE - (Art. 8º, Lei 8.029/1990).			
TOTAL				
Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.				
2,3	Benefícios mensais e diários	%	Base de Cálculo	VALOR
A	Transporte - (Art. 4º, parágrafo único da Lei 7.418/1985 e CCT) 26 dias			
B	Auxílio Alimentação - (Lei nº 6.321/1976 e Decreto nº 5/1991 e CCT-CLÁUSULA SEXTA)			
C	Seguro de vida (morte e invalidez) - (CCT)			
D	Auxílio Morte/ Funeral - (CCT)			
E	Cesta Básica - (CCT)			
F	Plano de Saúde (CCT)			
Total de Benefícios mensais e diários				
Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários				
2.	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	%	Base de Cálculo	Valor (R\$)
2,2,	GPS, FGTS e outras contribuições			
2,3,	Benefícios Mensais e Diários			
TOTAL				
Módulo 3 - Provisão para Rescisão - (Itens renováveis, não renováveis e ajustáveis)				
A	Aviso Prévio Indenizado - (Art. 7º, XXI, CF/88, 477, 487. CLT)			
B	Incidência do FGTS S/ aviso prévio indenizado - (Art. 15, Lei nº 8.036/90 e Art. 7º, III, CF/88 e Súmula nº 305 do TST)			
D	Aviso Prévio Trabalhado - (Art. 7º, XXI, CF/88, 477, 487 da CLT)			
E	Incidência do submódulo 2.2 sobre aviso prévio trabalhado - (Art. 7º, XXI, CF/88, 477, 487 da CLT)			

TOTAL				
Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente				
4,1	Submódulo 4.1 – Substituto nas Ausências Legais - (Itens renováveis, não renováveis e ajustáveis)	%	Base de Cálculo	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias - (Art. 7º, XVII, CF/88 - IN 05/2017).			
B	Abono de férias do substituto - (Art. 7º, XVII, CF/88 - IN 05/2017)			
C	Gratificação Natalina do substituto - (Art. 7º, VIII, CF/88 - § único, Art. 2º, Decreto Nº 57.155 de 1965 -IN 05/2017)			
D	Incidência do submódulo 2.2 sobre 13º salário e 1/3 de férias proporcionais do substituto			
E	Substituto na cobertura de Ausências Legais - (Art. 473 da CLT)			
F	Substituto na cobertura de Licença Paternidade - Art. 7º, XIX, CF/88 e 10, §1º, da ADCT			
H	Substituto na cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho - (Art. 19 a 23 da Lei nº 8.213/91)			
I	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade - (Art. 392 CLT)			
TOTAL				
Módulo 5 - Insumos Diversos				
ITEM 5 - INSUMOS DIVERSOS		%	Base de Cálculo	Valor (R\$)
A	Uniformes e EPI's			
B	Material consumível			
Subtotal				
	Dedução Pis / Cofins - Regime de Incidência Não-Cumulativa			
Total de Insumos diversos				
Nota: Valores mensais por empregado.				
Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro				
Custos indiretos, Tributos e Lucros		%	Base de Cálculo	VALOR
A	Custos indiretos			
B				
C	B1. Tributos Federais (COFINS)			
D	B2. Tributos Federal (PIS)			
E	B3. Tributos Estaduais/Municipais (ISS)			
F	Total dos tributos			
G	Lucro			
	Total			
Anexo III - B - Quadro-resumo do Custo por Empregado				
Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)				
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração			
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão			
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			
E	Módulo 5 - Insumos Diversos			
Subtotal (A + B + C + D + E)				
E	Módulo 6 - Custos indiretos, tributos e lucro			
Valor total por empregado				

|



Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – IFMA
Campus São João dos Patos (UASG: 158291)
Diretoria de Administração e Planejamento – DAP
Coordenadoria de Licitação, Compras e Contratos – CLCC

ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Declaro que a empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) nº _____, possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e administração pública:

Nome do Órgão/Empresa	Nº/Ano do Contrato	Data de assinatura	Valor total do contrato*
TOTAL			

Local e Data

Nome e Carimbo do Emissor

OBSERVAÇÃO:

Nota 1: Além dos nomes dos órgãos/empresas, o licitante deverá informar também o endereço completo dos órgãos/empresas, com os quais tem contratos vigentes.

Nota 2: *Considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado.



Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – IFMA
Campus São João dos Patos (UASG: 158291)
Diretoria de Administração e Planejamento – DAP
Coordenadoria de Licitação, Compras e Contratos – CLCC

ANEXO VII

MINUTA DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE, ENTRE SI, CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO _____ (ÓRGÃO / ENTIDADE) E A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA _____, VISANDO A OPERACIONALIZAÇÃO DA RETENÇÃO DE PROVISÕES DE ENCARGOS TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIOS E OUTROS A SEREM PAGOS, NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO NORMATIVA XXXX, E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

A UNIÃO, por intermédio do _____, (informar o órgão) estabelecido(a) _____, (endereço completo), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ____/____-__, por meio da Coordenação _____, consoante delegação de competência conferida pela Portaria nº _____, de ____/____, (data) publicada no D.O.U. de ____/____/____, (data) neste ato, representado(a) pelo(a) _____ (cargo), Senhor(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, expedida pela _____, e inscrito no CPF sob nº _____, nomeado(a) pela Portaria nº _____, de ____/____/____ (data), publicada no D.O.U. de ____/____/____ (data), doravante denominado(a) ADMINISTRAÇÃO, e, de outro lado, a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, _____, estabelecido(a) _____, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº _____, daqui por diante denominado(a) INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, neste ato, representado(a) pelo seu _____ (cargo), Senhor(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, expedida pela _____, e inscrito no CPF sob nº _____, têm justo e acordado o presente TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, para o estabelecimento de critérios e procedimentos para abertura automatizada de contas bancárias específicas destinadas a abrigar os recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços de contratos firmados pelo órgão ou entidade ora mencionado, mediante as condições previstas nas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA
DAS DEFINIÇÕES

Para efeito deste Termo de Cooperação Técnica entende-se por:

1. CLT - Consolidação das Leis do Trabalho
2. Prestador de Serviços - pessoa física ou jurídica que possui Contrato firmado com a ADMINISTRAÇÃO.
3. Rubricas - itens que compõem a planilha de custos e de formação de preços de contratos firmados pela ADMINISTRAÇÃO.
4. Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação - cadastro em nome do Prestador dos Serviços de cada contrato firmado pela ADMINISTRAÇÃO, a ser utilizada exclusivamente para crédito das rubricas retidas.
5. Usuário(s) - servidor(es) da ADMINISTRAÇÃO e por ela formalmente indicado(s), com conhecimento das chaves e senhas para acesso aos aplicativos instalados nos sistemas de autoatendimento da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.
6. Partícipes - referência ao órgão da Administração Pública Federal e à Instituição Financeira

CLÁUSULA SEGUNDA
DO OBJETO

O presente instrumento tem por objetivo regulamentar o estabelecimento, pela INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, dos critérios para abertura de contas-depósitos específicas destinadas a abrigar os recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços dos contratos firmados pela ADMINISTRAÇÃO, bem como viabilizar o acesso da ADMINISTRAÇÃO aos saldos e extratos das contas abertas.

1. Para cada Contrato será aberta uma Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação em nome do Prestador de Serviços do Contrato.
2. A conta será exclusivamente aberta para recebimento de depósitos dos recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e de formação de preços dos contratos firmados pela ADMINISTRAÇÃO, pagos ao Prestador de Serviços dos Contratos e será denominada Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação.
3. A movimentação dos recursos na Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação será providenciada exclusivamente à ordem da ADMINISTRAÇÃO.

CLÁUSULA TERCEIRA DO FLUXO OPERACIONAL

O cadastramento, captação e movimentação dos recursos dar-se-ão conforme o fluxo operacional a seguir:

1. A ADMINISTRAÇÃO firma o Contrato com o Prestador dos Serviços.
2. A ADMINISTRAÇÃO envia à INSTITUIÇÃO FINANCEIRA arquivo em meio magnético, em modelo específico previamente acordado entre a ADMINISTRAÇÃO e a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, para abertura de Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação — em nome do Prestador de Serviços que tiver contrato firmado ou envia Ofício à INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, solicitando a abertura de Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação em nome do Prestador de Serviços.
3. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA recebe arquivo transmitido pela ADMINISTRAÇÃO e abre Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação, em nome do Prestador dos Serviços para todos os registros dos arquivos válidos, nas agências da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA no território nacional ou a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA recebe Ofício da ADMINISTRAÇÃO e, após a entrega, pelo Prestador de Serviços, dos documentos necessários, procede à abertura da 99 Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação em nome do Prestador de Serviços.
4. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA envia à ADMINISTRAÇÃO arquivo retorno em modelo específico previamente acordado entre os Partícipes, contendo o cadastramento da Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação aberta em nome do Prestador dos Serviços, bem como as eventuais rejeições, indicando seus motivos ou envia Ofício à ADMINISTRAÇÃO, contendo o número da conta-depósito vinculada — bloqueada para movimentação em nome do Prestador de Serviços.
5. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA recebe o ofício da ADMINISTRAÇÃO e efetua cadastro no seu sistema eletrônico.
6. A ADMINISTRAÇÃO credita mensalmente recursos retidos da planilha de custos e de formação de preços do contrato firmado pela ADMINISTRAÇÃO na Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação, mantida exclusivamente nas agências da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, mediante emissão de Ordem Bancária, na forma estabelecida pela ADMINISTRAÇÃO e pela INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.
7. A ADMINISTRAÇÃO solicita à INSTITUIÇÃO FINANCEIRA a movimentação dos recursos, na forma do Anexo D do presente Instrumento.
8. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA acata solicitação de movimentação financeira na Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação efetuada pela ADMINISTRAÇÃO, confirmando, por meio de Ofício, nos moldes indicados no Anexo E deste Instrumento, caso a movimentação não tenha sido efetuada pela Administração via meio eletrônico.
9. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA disponibiliza à ADMINISTRAÇÃO aplicativo, via internet, para consulta de saldos e extratos e para movimentação, se for o caso, da Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação, após autorização expressa da ADMINISTRAÇÃO, para recebimento de chave e senhas de acesso a sistema eletrônico
- 9.1. O fluxo operacional se dará nos seguintes termos:
 - 9.1.1. O acesso da ADMINISTRAÇÃO às contas-depósitos vinculadas — bloqueadas para movimentação fica condicionado à expressa autorização, formalizada em caráter irrevogável e irretratável, nos termos do Anexo F deste Instrumento, pelos Proponentes, titulares das contas, quando do processo de entrega da documentação junto à agência da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA;
 - 9.1.2. Os recursos depositados nas contas-depósitos vinculadas - bloqueadas para movimentação serão remunerados conforme índice de correção da poupança pro rata die; e
 - 9.1.3. Eventual alteração da forma de correção da poupança prevista no subitem 9.1.2 deste Instrumento implicará a revisão deste Termo de Cooperação Técnica.

CLÁUSULA QUARTA

DAS COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES

À ADMINISTRAÇÃO compete:

1. Assinar o Termo de Adesão ao Regulamento da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, onde está estabelecido o vínculo jurídico com a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, para amparar a utilização de qualquer aplicativo;
2. Designar, por meio de Ofício, conforme Anexo VII do presente Instrumento, até, no máximo, 4 (quatro) servidores para os quais a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA disponibilizará chaves e senhas de acesso ao autoatendimento à Administração, com poderes somente para consultas aos saldos e aos extratos das contas-depósitos vinculadas - bloqueadas para movimentação;
3. Remeter à INSTITUIÇÃO FINANCEIRA arquivos em modelo específico, acordado entre os Partícipes, solicitando o cadastramento das contas-depósitos vinculadas - bloqueadas para movimentação ou remeter à INSTITUIÇÃO FINANCEIRA Ofício, solicitando a abertura das contas- depósitos vinculadas - bloqueadas para movimentação;
4. Remeter Ofícios à Agência da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, solicitando a movimentação de recursos das contas-depósitos vinculadas - bloqueadas para movimentação ou movimentá-los por meio eletrônico;
5. Comunicar ao Prestador de Serviços, na forma do Anexo H do presente Instrumento, o cadastramento das contas-depósitos vinculadas - bloqueadas para movimentação, orientando-os a comparecer à Agência da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, para providenciar a regularização, entrega de documentos e assinatura da autorização, em caráter irrevogável e irretroatável, nos termos do Anexo F deste instrumento, para que a ADMINISTRAÇÃO possa ter acesso aos saldos e aos extratos da Conta- Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação, bem como solicitar movimentações financeiras;
6. Prover os ajustes técnicos de tecnologia da informação para possibilitar o acesso aos sistemas de autoatendimento, por intermédio do qual será viabilizado o acesso aos saldos e aos extratos das contas depósitos vinculadas-bloqueadas para movimentação;
7. Adequar-se a eventuais alterações nos serviços oferecidos pela INSTITUIÇÃO FINANCEIRA;
8. Instruir os usuários sobre forma de acesso às transações dos sistemas de autoatendimento da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA;
9. Manter rígido controle de segurança das senhas de acesso aos sistemas de autoatendimento da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA;
10. Assumir como de sua inteira responsabilidade os prejuízos que decorrerem do mau uso ou da quebra de sigilo das senhas dos servidores devidamente cadastrados nos sistemas de autoatendimento, conforme item 2 desta cláusula, cuidando de substituí-las, imediatamente, caso suspeite de que tenham se tornado de conhecimento de terceiros não autorizados;
11. Responsabilizar-se por prejuízos decorrentes de transações não concluídas em razão de falha de seu equipamento e/ou erros de processamento devido da inexistência de informação ou de fornecimento incompleto de informações;
12. Comunicar tempestivamente à INSTITUIÇÃO FINANCEIRA qualquer anormalidade detectada que possa comprometer o perfeito funcionamento da conexão aos sistemas de autoatendimento, em especial, no que concerne à segurança das informações;
13. Permitir, a qualquer tempo, que técnicos da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA possam vistoriar o hardware e software utilizados para conexão aos sistemas de autoatendimento; e
14. Não divulgar quaisquer informações contidas nas transações efetuadas nos sistemas de autoatendimento colocados à sua disposição, de modo a manter o sigilo bancário, a privacidade em face de servidores, e outras pessoas integrantes da ADMINISTRAÇÃO que não sejam usuários, e as normas de segurança da informação da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.

CLÁUSULA QUINTA

DAS COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

À INSTITUIÇÃO FINANCEIRA compete:

1. Disponibilizar os sistemas de autoatendimento à ADMINISTRAÇÃO;
2. Gerar e fornecer até 4 (quatro) chaves e senhas iniciais de acesso, para utilização na primeira conexão aos sistemas de autoatendimento, oportunidade na qual as senhas serão obrigatoriamente substituídas pelos respectivos detentores das chaves, por outra de conhecimento exclusivo do usuário;

3. Informar à ADMINISTRAÇÃO quaisquer alterações nos serviços oferecidos pela INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, por intermédio dos sistemas de autoatendimento ou via Ofício;
4. Prestar o apoio técnico que se fizer necessário à manutenção do serviço, objeto deste Instrumento, e ao cadastramento de contas-depósitos vinculadas — bloqueadas para movimentação;
5. Gerar e encaminhar, via sistema de autoatendimento, os arquivos retorno do resultado do cadastramento das contas-depósitos vinculadas-bloqueadas para movimentação ou encaminhar Ofício, contendo o número da conta aberta em nome do Prestador dos Serviços;
6. Orientar sua rede de agências quanto aos procedimentos operacionais específicos objeto deste Instrumento; e
7. Informar à ADMINISTRAÇÃO os procedimentos adotados, em atenção aos Ofícios recebidos.

CLÁUSULA SEXTA DOS RECURSOS FINANCEIROS E MATERIAIS

Este Termo de Cooperação Técnica não implica desembolso, a qualquer título, presente ou futuro, sendo vedada a transferência de recursos financeiros entre os Partícipes.

CLÁUSULA SÉTIMA DA VIGÊNCIA *** Observar a Orientação Normativa/AGU nº 44, de 26 de fevereiro de 2014.**

O presente Termo de Cooperação Técnica poderá ter sua vigência limitada a até 60 (sessenta) meses, a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA OITAVA DA PUBLICAÇÃO

A publicação de extrato do presente Instrumento no Diário Oficial da União será providenciada pela ADMINISTRAÇÃO até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à data de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias a partir daquela data.

CLÁUSULA NONA DAS ALTERAÇÕES

Sempre que necessário, as cláusulas deste Termo de Cooperação Técnica, à exceção da que trata do objeto, poderão ser aditadas, modificadas ou suprimidas, mediante Termo Aditivo, celebrado entre os Partícipes, passando esses termos a fazer parte integrante deste Instrumento como um todo, único e indivisível.

CLÁUSULA DÉCIMA DA RESCISÃO

Este Termo de Cooperação Técnica poderá ser denunciado por qualquer dos Partícipes em razão do descumprimento de qualquer das obrigações ou condições nele pactuadas, bem assim pela superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne formal ou materialmente inexecutável ou, ainda, por ato unilateral, mediante comunicação prévia da parte que dele se desinteressar, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, ficando os Partícipes responsáveis pelas obrigações anteriormente assumidas

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

Os casos omissos e/ou situações contraditórias deste Termo de Cooperação Técnica deverão ser resolvidos mediante conciliação entre os Partícipes, com prévia comunicação por escrito da ocorrência, consignando prazo para resposta, e todos aqueles que não puderem ser resolvidos dessa forma serão dirimidos pela Justiça Federal, na Seção Judiciária de São Luís-MA.

E por estarem justos e de acordo, os Partícipes firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas que também o subscrevem, para que produza os legítimos efeitos de direito.

(Local e data)

Assinatura do representante da
ADMINISTRAÇÃO

Assinatura do representante da
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

Testemunhas:

NOME:

CPF:

NOME:

CPF:

MODELO

Anexo A do Termo de Cooperação Técnica nº ____/

Ofício nº ____/____ - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

____ de ____ de 20__.

A Sua Senhoria o(a) Senhor(a) (nome)
(cargo/Gerente) (Endereço
com CEP)

Senhor(a) Gerente,

Reporto-me ao Termo de Cooperação Técnica nº ____/____, firmado com essa Instituição, para solicitar que, excepcionalmente, promova o cadastramento de conta depósito vinculada – bloqueada para movimentação –, em nome do Prestador de Serviços a seguir indicado, destinada a receber recursos retidos de rubricas constantes na planilha de custos e formação de preços do Contrato nº ____/____, firmado por esta ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL:

CNPJ: _____

Razão Social: _____

Nome Personalizado: _____

Endereço: _____

Representante Legal: _____

CPF do Representante Legal: _____

Atenciosamente,

Assinatura do
Ordenador de Despesas da Administração Pública Federal ou
do servidor previamente designado pelo ordenador

Anexo B do Termo de Cooperação Técnica nº _____ / _____

INSTITUIÇÃO
FINANCEIRA
(LOGOTIPO)

_____, ____ de _____ de 20__.

Ao (A) Senhor (a)

Nome e cargo do representante da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

Endereço

Senhor (a) _____, Em atenção ao Ofício _____ informamos que o representante legal da empresa _____, CNPJ _____, deverá comparecer à agência _____ para assinar o contrato da abertura de Conta Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação, destinada a receber créditos ao amparo na IN nº ____ de ____ de ____ de _____, a título de provisão para encargos trabalhistas do Contrato nº _____.

Ratifico que, conforme previsto no Termo de Cooperação Técnica nº ____/- ____ firmado com a Instituição Financeira, qualquer tipo de movimentação financeira somente ocorrerá mediante solicitação da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL.

Gerente

Anexo C do Termo de Cooperação Técnica nº _____ / _____

INSTITUIÇÃO
FINANCEIRA
(LOGOTIPO)

Ofício nº _____ / _____

_____, ____ de _____ de 20__.

Senhor (a),

Informamos abaixo os dados para abertura de Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação à empresa _____, CNPJ _____, na Agência _____, da Instituição Financeira _____, prefixo _____, destinada a receber os créditos ao amparo da IN nº ____ de ____ de ____ de ____, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão:

Agência: _____

Conveniente Subordinante: Administração Pública Federal

Cidade/Município: _____

Comunico que essa Administração Pública poderá realizar os créditos após pré- cadastramento no portal da Instituição Financeira, sítio _____.

Ratifico que a conta somente será aberta após o acolhimento do primeiro depósito e, conforme Termo de Cooperação Técnica nº _____ / _____, qualquer tipo de movimentação financeira ocorrerá mediante solicitação da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL.

Atenciosamente, Gerente

Anexo D do Termo de Cooperação Técnica nº _____ / _____

Ofício nº _____ / _____

Local, ____ de _____ de 20__.

A(o) Senhor(a) Gerente
(nome do gerente)
(endereço da agência com CEP)

Senhor (a) Gerente,

Solicito DEBITAR, conforme indicado a seguir, a movimentação de R\$ _____ da conta nº _____ da agência nº _____ de titularidade de _____, (nome do proponente)

Inscrito no CNPJ sob o nº _____, aberta para receber recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços do Contrato nº ____ / ____, firmado por esta ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, e CREDITAR na seguinte Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação:

Instituição Financeira Agência Conta CPF /CNPJ

Atenciosamente,

Assinatura do
Ordenador de Despesas da Administração Pública Federal/ou servidor
previamente designado pelo ordenador

Anexo E do Termo de Cooperação Técnica nº _____ / _____

INSTITUIÇÃO
FINANCEIRA
(LOGOTIPO)

Ofício/Carta nº _____ (número sequencial)

_____, ____ de _____ de 20__.

Senhor (a) _____,
(nome do representante da Administração Pública Federal)

Em atenção ao seu Ofício nº _____/20__ - _____, de ____/____/20__, informo a efetivação de DÉBITO na conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação - de nº _____, da agência nº _____, da Instituição Financeira, e CRÉDITO na seguinte Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação:

CREDITAR
Instituição Financeira

Agência

Conta

CPF /CNPJ

Atenciosamente,

(nome do Gerente)

Nº da Agência da Instituição Financeira

Anexo F do Termo de Cooperação Técnica nº _____ / _____

A U T O R I Z A Ç Ã O

À Agência _____ da Instituição Financeira _____
(endereço da agência)

Senhor (a) Gerente,

Autorizo, em caráter irrevogável e irretratável, que a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL solicite a essa agência bancária, na forma indicada por essa agência, qualquer tipo de movimentação financeira na Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação nº _____ - bloqueada para movimentação, de minha titularidade, aberta para receber recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços do Contrato nº ____/____, firmado com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, bem como tenha acesso irrestrito aos saldos da referida Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação, extratos e movimentações financeiras, inclusive de aplicações financeiras.

Atenciosamente,

(local e data)

Assinatura do titular da Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação

Anexo G do Termo de Cooperação Técnica nº _____ / _____

Ofício nº _____/20 ____ - _____

_____, ____ de _____ de 20__.

A(o) Senhor(a) Gerente
(nome do gerente)
(endereço da agência com CEP)

Senhor (a) Gerente,

Solicito providenciar a geração de chaves e senhas iniciais de acesso aos aplicativos dos sistemas de autoatendimento dessa Instituição Financeira para os servidores a seguir indicados:

CPF	NOME	DOCUMENTO/PODERES
-----	------	-------------------

Atenciosamente,

Assinatura do Ordenador de Despesas da Administração Pública Federal/ou do
servidor previamente designado pelo ordenador

Anexo H do Termo de Cooperação Técnica nº _____ / _____

Ofício nº _____/20 ____ - _____

Local, ____ de _____ de 20__.

Senhor (a) Sócio-Proprietário,

1. Informo que solicitei a abertura da conta-depósito vinculada-bloqueada para movimentação, pertencente ao CNPJ sob nº _____, na Agência nº _____, da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA _____, em seu nome, aberta para receber recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços do Contrato nº ____/____, firmado entre essa empresa e esta ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL.
2. Na oportunidade, solicito comparecer, em no máximo 20 (vinte) dias corridos, a contar do recebimento deste Ofício, à referida agência para fornecer a documentação indicada no ato convocatório de licitação, de acordo com as normas do Banco Central, bem como assinar os documentos indicados pela Instituição Financeira e autorizar, em caráter irrevogável e irretratável, o acesso irrestrito desta ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL aos saldos da referida conta-depósito, aos extratos e a movimentações financeiras, inclusive de aplicações financeiras e solicitar quaisquer movimentações financeiras da referida ContaDepósito Vinculada — bloqueada para movimentação.
3. Informo que o descumprimento do prazo indicado no parágrafo anterior poderá ensejar aplicação das sanções previstas na Cláusula _____ do mencionado contrato.

Atenciosamente,

Assinatura do Ordenador de Despesas da Administração Pública Federal/ou do
servidor previamente designado pelo ordenado



Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – IFMA
Campus São João dos Patos (UASG: 158291)
Diretoria de Administração e Planejamento – DAP
Coordenadoria de Licitação, Compras e Contratos – CLCC

ANEXO VIII

MODELO DE AUTORIZAÇÃO PARA A UTILIZAÇÃO DA GARANTIA E DE PAGAMENTO DIRETO (CONFORME ESTABELECIDO NA ALÍNEA "D" DO ITEM 1.2 DO ANEXO VII-B DA IN SEGES/MP N. 5/2017);

_____(identificação do licitante), inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, o Sr. _____ (nome do representante), portador da Cédula de Identidade RG nº _____ e do CPF nº _____, AUTORIZA o(a) (Nome do Órgão ou Entidade promotora da licitação), para os fins do Anexo VII-B da Instrução Normativa nº 05, de 26/05/2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e dos dispositivos correspondentes do Edital do Pregão n. XXX/20XX:

1) que sejam descontados da fatura e pagos diretamente aos trabalhadores alocados a qualquer tempo na execução do contrato acima mencionado os valores relativos aos salários e demais verbas trabalhistas, previdenciárias e fundiárias devidas, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da CONTRATADA, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

2) que sejam provisionados valores para o pagamento dos trabalhadores alocados na execução do contrato e depositados em conta corrente vinculada, bloqueada para movimentação, e aberta em nome da empresa (indicar o nome da empresa) junto a instituição bancária oficial, cuja movimentação dependerá de autorização prévia da(o) (Nome do Órgão ou Entidade promotora da licitação), que também terá permanente autorização para acessar e conhecer os respectivos saldos e extratos, independentemente de qualquer intervenção da titular da conta.

3) que a CONTRATANTE utilize o valor da garantia prestada para realizar o pagamento direto das verbas rescisórias aos trabalhadores alocados na execução do contrato, caso a CONTRATADA não efetue tais pagamentos até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual.

..... de..... de 20.....

(assinatura do representante legal do licitante)



Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – IFMA
Campus São João dos Patos (UASG: 158291)
Diretoria de Administração e Planejamento – DAP
Coordenadoria de Licitação, Compras e Contratos – CLCC

ANEXO IX

TERMO DE CONCILIAÇÃO JUDICIAL FIRMADO ENTRE O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO E A UNIÃO

ACORDO ENTRE O MPU - MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO E A AGU - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO

Acordo entre MPT e AGU impede União de contratar trabalhadores por meio de cooperativas de mão-de-obra.
Termo de Conciliação Judicial

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, neste ato representado pelo Procurador- Geral do Trabalho, Dr. Guilherme Mastrichi Basso, pela Vice-Procuradora-Geral do Trabalho, Dra. Guiomar Rechia Gomes, pelo Procurador-Chefe da PRT da 10ª Região, Dr. Brasilino Santos Ramos e pelo Procurador do Trabalho Dr. Fábio Leal Cardoso, e a UNIÃO, neste ato representada pelo Procurador-Geral da União, Dr. Moacir Antonio da Silva Machado, pela Sub Procuradora Regional da União - 1ª Região, Dra. Helia Maria de Oliveira Bettero e pelo Advogado da União, Dr. Mário Luiz Guerreiro;

CONSIDERANDO que toda relação jurídica de trabalho cuja prestação laboral não eventual seja ofertada pessoalmente pelo obreiro, em estado de subordinação e mediante contraprestação pecuniária, será regida obrigatoriamente pela Consolidação das Leis do Trabalho ou por estatuto próprio, quando se tratar de relação de trabalho de natureza estatutária, com a Administração Pública;

CONSIDERANDO que a legislação consolidada em seu art. 9º, comina de nulidade absoluta todos os atos praticados com o intuito de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação da lei trabalhista;

CONSIDERANDO que as sociedades cooperativas, segundo a Lei n. 5.764, de 16.12.1971, art. 4º, "(...) são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados".

CONSIDERANDO que as cooperativas podem prestar serviços à não associados somente em caráter excepcional e desde que tal faculdade atenda aos objetivos sociais previstos na sua norma estatutária, (art. 86, da Lei n. 5.764, de 16.12.1971), aspecto legal que revela a patente impossibilidade jurídica das cooperativas funcionarem como agências de locação de mão-de-obra terceirizada;

CONSIDERANDO que a administração pública está inexoravelmente jungida ao princípio da legalidade, e que a prática do merchandage é vedada pelo art. 3º, da CLT e repelida pela jurisprudência sumulada do C. TST (En.331);

CONSIDERANDO que os trabalhadores aliciados por cooperativas de mão-de-obra, que prestam serviços de natureza subordinada à UNIÃO embora laborem em situação fática idêntica a dos empregados das empresas prestadoras de serviços terceirizáveis, encontram-se à margem de qualquer

proteção jurídico-laboral, sendo-lhes sonegada a incidência de normas protetivas do trabalho, especialmente àquelas destinadas a tutelar a segurança e higiene do trabalho subordinado, o que afronta o princípio da isonomia, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho (arts. 5º, caput e 1º, III e IV da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que num processo de terceirização o tomador dos serviços (no caso a administração pública) tem responsabilidade sucessiva por eventuais débitos trabalhistas do fornecedor de mão-de-obra, nos termos do Enunciado 331, do TST, o que poderia gerar graves prejuízos financeiros ao erário, na hipótese de se apurar a presença dos requisitos do art. 3º, da CLT na atividade de intermediação de mão-de-obra patrocinada por falsas cooperativas;

CONSIDERANDO o teor da Recomendação Para a Promoção das Cooperativas aprovada na 90ª sessão, da OIT – Organização Internacional do Trabalho, em junho de 2002, dispondo que os Estados devem implementar políticas nos sentido de:

"8.1.b Garantir que as cooperativas não sejam criadas para, ou direcionadas a, o não cumprimento da lei do trabalho ou usadas para estabelecer relações de emprego disfarçadas, e combater pseudo-cooperativas que violam os direitos dos trabalhadores velando para que a lei trabalhista seja aplicada em todas as empresas".

RESOLVEM

Celebrar CONCILIAÇÃO nos autos do Processo 01082-2002-020-10-00-0, em tramitação perante a MM. Vigésima Vara do Trabalho de Brasília-DF, mediante os seguintes termos:

Cláusula Primeira - A UNIÃO abster-se-á de contratar trabalhadores, por meio de cooperativas de mão-de-obra, para a prestação de serviços ligados às suas atividades-fim ou meio, quando o labor, por sua própria natureza, demandar execução em estado de subordinação, quer em relação ao tomador, ou em relação ao fornecedor dos serviços, constituindo elemento essencial ao desenvolvimento e à prestação dos serviços terceirizados, sendo eles:

- a) – Serviços de limpeza;
- b) – Serviços de conservação;
- c) – Serviços de segurança, de vigilância e de portaria;
- d) – Serviços de recepção;
- e) – Serviços de copeiragem;
- f) – Serviços de reprografia;
- g) – Serviços de telefonia;
- h) – Serviços de manutenção de prédios, de equipamentos, de veículos e de instalações;
- i) – Serviços de secretariado e secretariado executivo;
- j) – Serviços de auxiliar de escritório;
- k) – Serviços de auxiliar administrativo;
- l) – Serviços de office boy (contínuo);
- m) – Serviços de digitação;
- n) – Serviços de assessoria de imprensa e de relações públicas;
- o) – Serviços de motorista, no caso de os veículos serem fornecidos pelo próprio órgão licitante;
- p) – Serviços de ascensorista;
- q) – Serviços de enfermagem; e
- r) – Serviços de agentes comunitários de saúde.

Parágrafo Primeiro – O disposto nesta Cláusula não autoriza outras formas de terceirização sem previsão legal.

Parágrafo Segundo – As partes podem, a qualquer momento, mediante comunicação e acordos prévios, ampliar o rol de serviços elencados no caput.

Cláusula Segunda - Considera-se cooperativa de mão-de-obra, aquela associação cuja atividade precípua seja a mera intermediação individual de trabalhadores de uma ou várias profissões (inexistindo assim vínculo de solidariedade entre seus associados), que não detenham qualquer meio de produção, e cujos serviços sejam prestados a terceiros, de forma individual (e não coletiva), pelos seus associados.

Cláusula Terceira - A UNIÃO obriga-se a estabelecer regras claras nos editais de licitação, a fim de esclarecer a natureza dos serviços licitados, determinando, por conseguinte, se os mesmos podem ser prestados por empresas prestadoras de serviços (trabalhadores subordinados), cooperativas de trabalho, trabalhadores autônomos, avulsos ou eventuais;

Parágrafo Primeiro - É lícita a contratação de genuínas sociedades cooperativas desde que os serviços licitados não estejam incluídos no rol inserido nas alíneas "a" a "r" da Cláusula Primeira e sejam prestados em caráter coletivo e com absoluta autonomia dos cooperados, seja em relação às cooperativas, seja em relação ao tomador dos serviços, devendo ser juntada, na fase de habilitação, listagem contendo o nome de todos os associados. Esclarecem as partes que somente os serviços podem ser terceirizados, restando absolutamente vedado o fornecimento (intermediação de mão-de-obra) de trabalhadores a órgãos públicos por cooperativas de qualquer natureza.

Parágrafo Segundo – Os editais de licitação que se destinem a contratar os serviços disciplinados pela Cláusula Primeira deverão fazer expressa menção ao presente termo de conciliação e sua homologação, se possível transcrevendo-os na íntegra ou fazendo parte integrante desses editais, como anexo.

Parágrafo Terceiro - Para a prestação de serviços em sua forma subordinada, a licitante vencedora do certame deverá comprovar a condição de empregadora dos prestadores de serviços para as quais se objetiva a contratação, constituindo-se esse requisito, condição obrigatória à assinatura do respectivo contrato.

DAS SANÇÕES PELO DESCUMPRIMENTO

Cláusula Quarta – A UNIÃO obriga-se ao pagamento de multa (astreinte) correspondente a R\$ 1.000,00 (um milreais) por trabalhador que esteja em desacordo com as condições estabelecidas no presente Termo de Conciliação, sendo a mesma reversível ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Parágrafo Primeiro – O servidor público que, em nome da Administração, firmar o contrato de prestação de serviços nas atividades relacionadas nas alíneas "a" a "r" da Cláusula Primeira, será responsável solidário por qualquer contratação irregular, respondendo pela multa prevista no caput, sem prejuízo das demais cominações legais. **Parágrafo Segundo** – Em caso de notícia de descumprimento dos termos firmados neste ajuste, a UNIÃO, depois de intimada, terá prazo de 20 (vinte) dias para apresentar sua justificativa perante o Ministério Público do Trabalho.

DA EXTENSÃO DO AJUSTE À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA

Cláusula Quinta – A UNIÃO se compromete a recomendar o estabelecimento das mesmas diretrizes ora pactuadas em relação às autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, a fim de vincular todos os órgãos integrantes da administração pública indireta ao cumprimento do presente termo de conciliação, sendo que em relação às empresas públicas e sociedades de economia mista deverá ser

dado conhecimento ao Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ou órgão equivalente, para que discipline a matéria no âmbito de sua competência.

DA HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL DO AJUSTE

Cláusula Sexta – As partes submetem os termos da presente conciliação à homologação do Juíz da MM. Vigésima Vara do Trabalho, para que o ajuste gere os seus efeitos jurídicos.

Cláusula Sétima - Os termos da presente avença gerarão seus efeitos jurídicos a partir da data de sua homologação judicial.

Parágrafo único – Os contratos em vigor entre a UNIÃO e as Cooperativas, que contrariem o presente acordo, não serão renovados ou prorrogados.

Cláusula Oitava - A presente conciliação extingue o processo com exame do mérito apenas em relação à UNIÃO, prosseguindo o feito quanto aos demais réus.

Dito isto, por estarem às partes ajustadas e compromissadas, firmam a presente conciliação em cinco vias, a qual terão eficácia de título judicial, nos termos dos artigos 831, parágrafo único, e 876, caput, da CLT.

Brasília, 05 de junho de 2003.

GUILHERME MASTRICHI BASSO GUIOMAR RECHIA GOMES

Procurador-Geral do Trabalho Vice-Procuradora-Geral do Trabalho

BRASILINO SANTOS RAMOS FÁBIO LEAL CARDOSO

Procurador-Chefe/PRT 10ª Região Procurador do Trabalho

MOACIR ANTONIO DA SILVA MACHADO

Procurador-Geral da União

HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO MÁRIOLUIZ GUERREIRO

Sub-Procuradora-Regional da União–1ª Região Advogado da União Testemunhas:

GRIJALBO FERNANDES COUTINHO

Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA

PAULO SÉRGIO DOMINGUES

Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil – AJUFE

REGINA BUTRUS

Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT

ANEXO X - EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO

PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇO

Ao				
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO - IFMA				
CAMPUS: SÃO JOÃO DOS PATOS				
PREGÃO ELETRÔNICO Nº xx/2024				
Processo Administrativo n.º				
A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	SINDICATO DOS TRABALHAD. DE EMPRE. DE ASSEIO E CONSER. LIMP. PUB. EDIFI. COND. RES. COMER. MISTOS E LAVAND. DO EST. DO MA EXCETO O MUN. DE SAO LUIS, CNPJ n.14.294.492/0001-80 e SIND DAS EMP DE ASEIO E CONSERVACAO DO ESTADO DO MA, CNPJ n. 06.991.483/0001-10		
B	Município/UF: SÃO JOÃO DOS PATOS / MARANHÃO			
C	Ano Convenção Coletiva de Trabalho: MA000125/2024			
D	NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: MR025223/2024			
Mão-de-obra vinculada à execução contratual				
Dados complementares para composição dos os referente à mão-de-obra				
1	Tipo de serviço: APOIO ADMINISTRATIVO	CONTA VINCULADA		
2	Salário Normativo da Categoria Profissional - R\$ 1.452,65			
4	Data base da categoria: 01 DE JANEIRO DE 2024			
5	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) 6220-10 - Jardineiro			
PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS				
MODULO 1: Composição da Remuneração				
ITEM 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO		%	Base de Cálculo	Valor (R\$)
A	Salário Normativo - CCT - CLÁUSULA TERCEIRA	100,00%	R\$ 1.452,65	R\$ 1.452,65
B	Dia do trabalhador - (CCT)	200,00%	R\$ 6,60	R\$ 8,80
C	Descanso semanal remunerado sobre dia trabalhador		R\$ 8,80	R\$ 1,76
Total de Remuneração				R\$ 1.463,21
MODULO 2: Encargos Trabalistas, Previdenciários, Sociais e Benefícios				
Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias				
2,1,	13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias	%	Base de Cálculo	Valor (R\$)
A	Décimo-terceiro salário - (Art. 7º, VIII, CF/88) - (§ único, Art. 1º, Decreto Nº 57.155 de 1965)	9,09%	R\$ 1.463,21	R\$ 133,02
B	Adicional de Férias - (Art. 7º, XVII, CF/88)	12,10%	R\$ 1.463,21	R\$ 177,07
C	Incidência do submódulo 2.2 sobre 13º salário e 1/3 de férias proporcionais	8,43%	R\$ 1.463,21	R\$ 123,41
TOTAL		29,63%		R\$ 433,50
Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições				
ENCARGOS SOCIAIS INCIDENTES S/ O VALOR DA REMUNERAÇÃO				

2,2	GPS, FGTS e outras contribuições	%	Base de Cálculo	VALOR
A	INSS - (Art. 2º, § 3º, da Lei 11.457/2007.)	20,00%	R\$ 1.463,21	R\$ 292,64
B	SESC ou Sesi - (Art. 30, Lei 8.036/1990).	1,50%	R\$ 1.463,21	R\$ 21,95
C	SENAI - SENAC (Art. 1º, cap. Dec.-Lei 6.246/1944 e art. 4º, caput. Dec.-Lei 8.621/1946).	1,00%	R\$ 1.463,21	R\$ 14,63
D	INCRÁ - (Art. 1º, I, 2 c/c art. 3º, ambos do Decreto-Lei 1.146,/1970).	0,20%	R\$ 1.463,21	R\$ 2,93
E	Salário Educação - (Art. 3º, Inciso I, Decreto 87.043/1982).	2,50%	R\$ 1.463,21	R\$ 36,58
F	FGTS (Art. 15, Lei nº 8.036/90 e Art. 7º, III, CF/88).	8,00%	R\$ 1.463,21	R\$ 117,06
G	SAT - RAT x FAP - (Art. 7º, XXVIII, Art. 149 i e 195, I, a, ii da CF/88 - Decreto 6.957/2009) - MÁXIMO	6,00%	R\$ 1.463,21	R\$ 87,79
H	SEBRAE - (Art. 8º, Lei 8.029/1990).	0,60%	R\$ 1.463,21	R\$ 8,78
TOTAL		39,80%		R\$ 582,36
Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.				
2,3	Benefícios mensais e diários	%	Base de Cálculo	VALOR
A	Transporte - (Art. 4º, parágrafo único da Lei 7.418/1985 e CCT) 26 dias	6,00%	R\$ 4,20	R\$ 131,24
B	Auxílio Alimentação - (Lei nº 6.321/1976 e Decreto nº 5/1991 e CCT-CLÁUSULA SEXTA)	29,77%	R\$ 22,00	R\$ 435,60
C	Seguro de vida (morte e invalidez) - (CCT)	0,55%	R\$ 21.789,75	R\$ 10,05
D	Auxílio Morte/ Funeral - (CCT)	0,69%	R\$ 1.452,65	R\$ 0,84
E	Cesta Básica - (CCT)		R\$ 121,00	R\$ 121,00
F	Plano de Saúde (CCT) (AUXÍLIO ODONTOLÓGICO)	3,80%	R\$ 1.452,65	R\$ 55,20
Total de Benefícios mensais e diários		37,02%		R\$ 753,93
Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários				
2.	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	%	Base de Cálculo	Valor (R\$)
2,1,	Décimo Terceiro Salário, Férias e Adicional de Férias	29,63%	R\$ 0,00	R\$ 433,50
2,2,	GPS, FGTS e outras contribuições	39,80%	R\$ 0,00	R\$ 582,36
2,3,	Benefícios Mensais e Diários	51,53%	R\$ 0,00	R\$ 753,93
TOTAL		120,95%		R\$ 1.769,79
Módulo 3 - Provisão para Rescisão - (Itens renováveis, não renováveis e ajustáveis)				
A	Aviso Prévio Indenizado - (Art. 7º, XXI, CF/88, 477, 487. CLT)	0,42%	R\$ 2.650,65	R\$ 11,04
B	Incidência do FGTS S/ aviso prévio indenizado - (Art. 15, Lei nº 8.036/90 e Art. 7º, III, CF/88 e Súmula nº 305 do TST)	0,03%	R\$ 2.650,65	R\$ 0,88
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado - (Art. 18, §1º da Lei 8.036/90)	1,92%	R\$ 2.767,70	R\$ 53,14
D	Aviso Prévio Trabalhado - (Art. 7º, XXI, CF/88, 477, 487 da CLT)	1,94%	R\$ 3.233,01	R\$ 62,86
E	Incidência do submódulo 2.2 sobre aviso prévio trabalhado - (Art. 7º, XXI, CF/88, 477, 487 da CLT)	0,77%	R\$ 3.233,01	R\$ 25,02
F	Multa do FGTS do aviso prévio trabalhado - (Art. 18, §1º da Lei 8.036/90)	1,28%	R\$ 3.233,01	R\$ 41,38
TOTAL		6,37%		R\$ 194,33
Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente				
4,1	Submódulo 4.1 – Substituto nas Ausências Legais - (Itens renováveis, não renováveis e ajustáveis)	%	Base de Cálculo	Valor (R\$)

A	Substituto na cobertura de Férias - (Art. 7º, XVII, CF/88 - IN 05/2017).	8,33%	R\$ 0,00	R\$ 0,00
B	Abono de férias do substituto - (Art. 7º, XVII, CF/88 - IN 05/2017)	0,23%	R\$ 0,00	R\$ 0,00
C	Gratificação Natalina do substituto - (Art. 7º, VIII, CF/88 - § único, Art. 2º, Decreto Nº 57.155 de 1965 -IN 05/2017)	0,69%	R\$ 0,00	R\$ 0,00
D	Incidência do submódulo 2.2 sobre 13º salário e 1/3 de férias proporcionais do substituto	3,69%	R\$ 0,00	R\$ 0,00
E	Substituto na cobertura de Ausências Legais - (Art. 473 da CLT)	0,41%	R\$ 2.666,17	R\$ 10,93
F	Substituto na cobertura de Licença Paternidade - Art. 7º, XIX, CF/88 e 10, §1º, da ADCT	0,07%	R\$ 2.666,17	R\$ 1,87
H	Substituto na cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho - (Art. 19 a 23 da Lei nº 8.213/91)	0,27%	R\$ 3.101,77	R\$ 8,37
I	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade - (Art. 392 CLT)	0,08%	R\$ 1.147,86	R\$ 0,92
TOTAL		13,77%		R\$ 22,09
Módulo 5 - Insumos Diversos				
ITEM 5 - INSUMOS DIVERSOS		%	Base de Cálculo	Valor (R\$)
A	Uniformes e EPI's		R\$ 0,00	R\$ 160,05
B	Material consumível		R\$ 0,00	R\$ 23,02
Subtotal				R\$ 183,07
	Dedução Pis / Cofins - Regime de Incidência Não-Cumulativa	9,25%	R\$ 183,07	R\$ 16,93
Total de Insumos diversos				R\$ 166,14
Nota: Valores mensais por empregado.				
Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro				
Custos indiretos, Tributos e Lucros		%	Base de Cálculo	VALOR
A	Custos indiretos	5,00%	R\$ 3.615,57	R\$ 180,78
B				
C	B1. Tributos Federais (COFINS)	7,60%	R\$ 4.813,81	R\$ 365,85
D	B2. Tributos Federal (PIS)	1,65%	R\$ 4.813,81	R\$ 79,43
E	B3. Tributos Estaduais/Municipais (ISS)	4,00%	R\$ 4.813,81	R\$ 192,55
F	Total dos tributos	13,25%	R\$ 0,00	R\$ 637,83
G	Lucro	10,00%	R\$ 3.796,35	R\$ 379,63
	Total	36,81%	R\$ 3.615,57	R\$ 1.330,81
Anexo III - B - Quadro-resumo do Custo por Empregado				
Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)				
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração			R\$ 1.463,21
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			R\$ 1.769,79
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão			R\$ 194,33
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			R\$ 22,09
E	Módulo 5 - Insumos Diversos			R\$ 166,14

Subtotal (A + B + C + D + E)		R\$ 3.615,57
E	Módulo 6 - Custos indiretos, tributos e lucro	R\$ 1.330,81
Valor total por empregado		R\$ 4.946,38



CONTIGENCIAMENTO MENSAL MÁXIMO ESTIMADO - CONTA VINCULADA

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS - CONTIGENCIAMENTO - FATO GERADOR				
Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias				
2,1,	13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias	%	Base de Cálculo	Valor (R\$)
A	Décimo-terceiro salário - (Art. 7º, VIII, CF/88) - (§ único, Art. 1º, Decreto Nº 57.155 de 1965)	9,09%	R\$ 1.463,21	R\$ 133,02
B	Adicional de Férias - (Art. 7º, XVII, CF/88)	12,10%	R\$ 1.463,21	R\$ 177,07
C	Incidência do submódulo 2.2 sobre 13º salário e 1/3 de férias proporcionais	8,43%	R\$ 1.463,21	R\$ 123,41
TOTAL		29,63%		R\$ 433,50
Módulo 3 - Provisão para Rescisão - (Itens renováveis, não renováveis e ajustáveis)				
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado - (Art. 18, §1º da Lei 8.036/90)	1,92%	R\$ 2.767,70	R\$ 53,14
F	Multa do FGTS do aviso prévio trabalhado - (Art. 18, §1º da Lei 8.036/90)	1,28%	R\$ 3.233,01	R\$ 41,38
TOTAL		3,20%		R\$ 94,52
Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro				
Custos indiretos, Tributos e Lucros		%	Base de Cálculo	VALOR
A	Custos indiretos	5,00%	R\$ 528,02	R\$ 26,40
B				
C	B1. Tributos Federais (COFINS)	7,60%	R\$ 703,02	R\$ 53,43
D	B2. Tributos Federal (PIS)	1,65%	R\$ 703,02	R\$ 11,60
E	B3. Tributos Estaduais/Municipais (ISS)	4,00%	R\$ 703,02	R\$ 28,12
F	Total dos tributos	13,25%	R\$ 0,00	R\$ 93,15
G	Lucro	10,00%	R\$ 554,42	R\$ 55,44
Total		36,81%	R\$ 528,02	R\$ 194,35

Anexo III - B - Quadro-resumo do Custo por Empregado		
Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		
B	Submódulo 2.1 - Encargos	R\$ 433,50
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ 94,52
Subtotal (A + B + C + D + E)		R\$ 528,02
E	Módulo 6 - Custos indiretos, tributos e lucro	R\$ 194,35
Valor total contingenciado por empregado		R\$ 722,38



PAGAMENTO MENSAL ESTIMADO, APÓS
CONTIGENCIAMENTO - CONTA
VINCULADA

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS				
MODULO 1: Composição da Remuneração				
ITEM 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO		%	Base de Cálculo	Valor (R\$)
A	Salário Normativo - CCT - CLÁUSULA TERCEIRA	100,00%	R\$ 1.463,21	R\$ 1.463,21
Total de Remuneração				R\$ 1.463,21
MODULO 2: Encargos Trabalistas, Previdenciários, Sociais e Benefícios				
Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições				
ENCARGOS SOCIAIS INCIDENTES S/ O VALOR DA REMUNERAÇÃO				
2,2	GPS, FGTS e outras contribuições	%	Base de Cálculo	VALOR
A	INSS - (Art. 2º, § 3º, da Lei 11.457/2007.)	20,00%	R\$ 1.463,21	R\$ 292,64
B	SESC ou Sesi - (Art. 30, Lei 8.036/1990).	1,50%	R\$ 1.463,21	R\$ 21,95
C	SENAI - SENAC (Art. 1º, cap. Dec.-Lei 6.246/1944 e art. 4º, caput. Dec.-Lei 8.621/1946).	1,00%	R\$ 1.463,21	R\$ 14,63
D	INCRA - (Art. 1º, I, 2 c/c art. 3º, ambos do Decreto-Lei 1.146,/1970).	0,20%	R\$ 1.463,21	R\$ 2,93
E	Salário Educação - (Art. 3º, Inciso I, Decreto 87.043/1982).	2,50%	R\$ 1.463,21	R\$ 36,58
F	FGTS (Art. 15, Lei nº 8.036/90 e Art. 7º, III, CF/88).	8,00%	R\$ 1.463,21	R\$ 117,06

G	SAT - RAT x FAP - (Art. 7º, XXVIII, Art. 149 i e 195, I, a, ii da CF/88 - Decreto 6.957/2009) - MÁXIMO	6,00%	R\$ 1.463,21	R\$ 87,79
H	SEBRAE - (Art. 8º, Lei 8.029/1990).	0,60%	R\$ 1.463,21	R\$ 8,78
TOTAL		39,80%		R\$ 582,36
Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.				
2,3	Benefícios mensais e diários	%	Base de Cálculo	VALOR
A	Transporte - (Art. 4º, parágrafo único da Lei 7.418/1985 e CCT) 26 dias	6,00%	R\$ 4,20	R\$ 131,24
B	Auxílio Alimentação - (Lei nº 6.321/1976 e Decreto nº 5/1991 e CCT-CLÁUSULA SEXTA)	29,77%	R\$ 22,00	R\$ 435,60
C	Seguro de vida (morte e invalidez) - (CCT)	0,55%	R\$ 21.789,75	R\$ 10,05
D	Auxílio Morte/ Funeral - (CCT)	0,69%	R\$ 1.452,65	R\$ 0,84
E	Cesta Básica - (CCT)		R\$ 121,00	R\$ 121,00
F	Plano de Saúde (CCT)	3,80%	R\$ 1.452,65	R\$ 55,20
Total de Benefícios mensais e diários		40,82%		R\$ 753,93
Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários				
2.	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	%	Base de Cálculo	Valor (R\$)
2,2,	GPS, FGTS e outras contribuições	39,80%	R\$ 0,00	R\$ 582,36
2,3,	Benefícios Mensais e Diários	51,53%	R\$ 0,00	R\$ 753,93
TOTAL		91,33%		R\$ 1.336,29
Módulo 3 - Provisão para Rescisão - (Itens renováveis, não renováveis e ajustáveis)				
A	Aviso Prévio Indenizado - (Art. 7º, XXI, CF/88, 477, 487. CLT)	0,42%	R\$ 2.650,65	R\$ 11,04
B	Incidência do FGTS S/ aviso prévio indenizado - (Art. 15, Lei nº 8.036/90 e Art. 7º, III, CF/88 e Súmula nº 305 do TST)	0,03%	R\$ 2.650,65	R\$ 0,88
D	Aviso Prévio Trabalhado - (Art. 7º, XXI, CF/88, 477, 487 da CLT)	1,94%	R\$ 3.233,01	R\$ 62,86
E	Incidência do submódulo 2.2 sobre aviso prévio trabalhado - (Art. 7º, XXI, CF/88, 477, 487 da CLT)	0,77%	R\$ 3.233,01	R\$ 25,02
TOTAL		3,17%		R\$ 99,81
Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente				
4,1	Submódulo 4.1 – Substituto nas Ausências Legais - (Itens renováveis, não renováveis e ajustáveis)	%	Base de Cálculo	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias - (Art. 7º, XVII, CF/88 - IN 05/2017).	0,00%	R\$ 1.463,21	R\$ 0,00
B	Abono de férias do substituto - (Art. 7º, XVII, CF/88 - IN 05/2017)	0,00%	R\$ 1.463,21	R\$ 0,00
C	Gratificação Natalina do substituto - (Art. 7º, VIII, CF/88 - § único, Art. 2º, Decreto Nº 57.155 de 1965 -IN 05/2017)	0,00%	R\$ 1.463,21	R\$ 0,00
D	Incidência do submódulo 2.2 sobre 13º salário e 1/3 de férias proporcionais do substituto	0,00%	R\$ 1.463,21	R\$ 0,00
E	Substituto na cobertura de Ausências Legais - (Art. 473 da CLT)	0,41%	R\$ 2.666,17	R\$ 10,93
F	Substituto na cobertura de Licença Paternidade - Art. 7º, XIX, CF/88 e 10, §1º, da ADCT	0,07%	R\$ 2.666,17	R\$ 1,87
H	Substituto na cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho - (Art. 19 a 23 da Lei nº 8.213/91)	0,27%	R\$ 3.101,77	R\$ 8,37
I	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade - (Art. 392 CLT)	0,08%	R\$ 1.147,86	R\$ 0,92
TOTAL		0,83%		R\$ 22,09

Módulo 5 - Insumos Diversos				
ITEM 5 - INSUMOS DIVERSOS		%	Base de Cálculo	Valor (R\$)
A	Uniformes e EPI's		R\$ 0,00	R\$ 160,05
B	Material consumível		R\$ 0,00	R\$ 23,02
Subtotal				R\$ 183,07
	Dedução Pis / Cofins - Regime de Incidência Não-Cumulativa	9,25%	R\$ 183,07	R\$ 16,93
Total de Insumos diversos				R\$ 166,14
Nota: Valores mensais por empregado.				
Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro				
Custos indiretos, Tributos e Lucros		%	Base de Cálculo	VALOR
A	Custos indiretos	5,00%	R\$ 3.087,55	R\$ 154,38
B				
C	B1. Tributos Federais (COFINS)	7,60%	R\$ 4.110,79	R\$ 312,42
D	B2. Tributos Federal (PIS)	1,65%	R\$ 4.110,79	R\$ 67,83
E	B3. Tributos Estaduais/Municipais (ISS)	4,00%	R\$ 4.110,79	R\$ 164,43
F	Total dos tributos	13,25%	R\$ 0,00	R\$ 544,68
G	Lucro	10,00%	R\$ 3.241,92	R\$ 324,19
	Total	36,81%	R\$ 3.087,55	R\$ 1.136,46
Anexo III - B - Quadro-resumo do Custo por Empregado				
Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)				
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração			R\$ 1.463,21
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			R\$ 1.336,29
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão			R\$ 99,81
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			R\$ 22,09
E	Módulo 5 - Insumos Diversos			R\$ 166,14
Subtotal (A + B + C + D + E)				R\$ 3.087,55
E	Módulo 6 - Custos indiretos, tributos e lucro			R\$ 1.136,46
Valor total por empregado				R\$ 4.224,00

R\$ 4.946,38

R\$ 722,38

R\$ 4.224,00

ANEXO X - EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO

PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇO

Ao					
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO - IFMA					
CAMPUS: SÃO JOÃO DOS PATOS					
PREGÃO ELETRÔNICO Nº xx/2024					
Processo Administrativo n.º					
A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)		SINDICATO DOS TRABALHAD. DE EMPRE. DE ASSEIO E CONSER. LIMP. PUB. EDIF. COND. RES. COMER. MISTOS E LAVAND. DO EST. DO MA EXCETO O MUN. DE SÃO LUIS, CNPJ n.14.294.492/0001-80 e SIND DAS EMP DE ASEIO E CONSERVACAO DO ESTADO DO MA, CNPJ n. 06.991.483/0001-10		
B	Município/UF: SÃO JOÃO DOS PATOS / MARANHÃO				
C	Ano Convenção Coletiva de Trabalho: MA000125/2024				
D	NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: MR025223/2024				
Mão-de-obra vinculada à execução contratual					
Dados complementares para composição dos os referente à mão-de-obra					
1	Tipo de serviço: APOIO ADMINISTRATIVO		CONTA VINCULADA		
2	Salário Normativo da Categoria Profissional - R\$ 1.709,16				
4	Data base da categoria: 01 DE JANEIRO DE 2024				
5	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) 4221-05 - Receptionista				
PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS					
MODULO 1: Composição da Remuneração					
ITEM 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			%	Base de Cálculo	Valor (R\$)
A	Salário Normativo - CCT - CLÁUSULA TERCEIRA		100,00%	R\$ 1.709,16	R\$ 1.709,16
B	Dia do trabalhador - (CCT)		200,00%	R\$ 7,77	R\$ 10,36
C	Descanso semanal remunerado sobre dia trabalhador			R\$ 10,36	R\$ 2,07
Total de Remuneração					R\$ 1.721,59
MODULO 2: Encargos Trabalistas, Previdenciários, Sociais e Benefícios					
Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias					
2,1	13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias		%	Base de Cálculo	Valor (R\$)
A	Décimo-terceiro salário - (Art. 7º, VIII, CF/88) - (§ único, Art. 1º, Decreto Nº 57.155 de 1965)		9,09%	R\$ 1.721,59	R\$ 156,51
B	Adicional de Férias - (Art. 7º, XVII, CF/88)		12,10%	R\$ 1.721,59	R\$ 208,33
C	Incidência do submódulo 2.2 sobre 13º salário e 1/3 de férias proporcionais		8,43%	R\$ 1.721,59	R\$ 145,21
TOTAL			29,63%		R\$ 510,05
Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições					
ENCARGOS SOCIAIS INCIDENTES S/ O VALOR DA REMUNERAÇÃO					
2,2	GPS, FGTS e outras contribuições		%	Base de Cálculo	VALOR
A	INSS - (Art. 2º, § 3º, da Lei 11.457/2007.)		20,00%	R\$ 1.721,59	R\$ 344,32
B	SESC ou SESI - (Art. 30, Lei 8.036/1990).		1,50%	R\$ 1.721,59	R\$ 25,82
C	SENAI - SENAC (Art. 1º, cap. Dec.-Lei 6.246/1944 e art. 4º, caput. Dec.-Lei 8.621/1946).		1,00%	R\$ 1.721,59	R\$ 17,22
D	INCRA - (Art. 1º, I, 2 c/c art. 3º, ambos do Decreto-Lei 1.146,/1970).		0,20%	R\$ 1.721,59	R\$ 3,44
E	Salário Educação - (Art. 3º, Inciso I, Decreto 87.043/1982).		2,50%	R\$ 1.721,59	R\$ 43,04
F	FGTS (Art. 15, Lei nº 8.036/90 e Art. 7º, III, CF/88).		8,00%	R\$ 1.721,59	R\$ 137,73

G	SAT - RAT x FAP - (Art. 7º, XXVIII, Art. 149 i e 195, I, a, ii da CF/88 - Decreto 6.957/2009) - MÁXIMO	6,00%	R\$ 1.721,59	R\$ 103,30
H	SEBRAE - (Art. 8º, Lei 8.029/1990).	0,60%	R\$ 1.721,59	R\$ 10,33
TOTAL		39,80%		R\$ 685,19
Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.				
2,3	Benefícios mensais e diários	%	Base de Cálculo	VALOR
A	Transporte - (Art. 4º, parágrafo único da Lei 7.418/1985 e CCT) 26 dias	6,00%	R\$ 4,20	R\$ 115,85
B	Auxílio Alimentação - (Lei nº 6.321/1976 e Decreto nº 5/1991 e CCT-CLÁUSULA SEXTA)	25,30%	R\$ 22,00	R\$ 435,60
C	Seguro de vida (morte e invalidez) - (CCT)	0,55%	R\$ 25.637,40	R\$ 11,83
D	Auxílio Morte/ Funeral - (CCT)	0,69%	R\$ 1.709,16	R\$ 0,99
E	Cesta Básica - (CCT)		R\$ 121,00	R\$ 121,00
F	Plano de Saúde (CCT)	3,80%	R\$ 1.709,16	R\$ 64,95
Total de Benefícios mensais e diários		32,55%		R\$ 750,21
Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários				
2.	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	%	Base de Cálculo	Valor (R\$)
2,1,	Décimo Terceiro Salário, Férias e Adicional de Férias	29,63%	R\$ 0,00	R\$ 510,05
2,2,	GPS, FGTS e outras contribuições	39,80%	R\$ 0,00	R\$ 685,19
2,3,	Benefícios Mensais e Diários	43,58%	R\$ 0,00	R\$ 750,21
TOTAL		113,00%		R\$ 1.945,45
Módulo 3 - Provisão para Rescisão - (Itens renováveis, não renováveis e ajustáveis)				
A	Aviso Prévio Indenizado - (Art. 7º, XXI, CF/88, 477, 487. CLT)	0,42%	R\$ 2.981,85	R\$ 12,42
B	Incidência do FGTS S/ aviso prévio indenizado - (Art. 15, Lei nº 8.036/90 e Art. 7º, III, CF/88 e Súmula nº 305 do TST)	0,03%	R\$ 2.981,85	R\$ 0,99
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado - (Art. 18, §1º da Lei 8.036/90)	1,92%	R\$ 3.119,58	R\$ 59,90
D	Aviso Prévio Trabalhado - (Art. 7º, XXI, CF/88, 477, 487 da CLT)	1,94%	R\$ 3.667,04	R\$ 71,30
E	Incidência do submódulo 2.2 sobre aviso prévio trabalhado - (Art. 7º, XXI, CF/88, 477, 487 da CLT)	0,77%	R\$ 3.667,04	R\$ 28,38
F	Multa do FGTS do aviso prévio trabalhado - (Art. 18, §1º da Lei 8.036/90)	1,28%	R\$ 3.667,04	R\$ 46,94
TOTAL		6,37%		R\$ 219,93
Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente				
4,1	Submódulo 4.1 – Substituto nas Ausências Legais - (Itens renováveis, não renováveis e ajustáveis)	%	Base de Cálculo	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias - (Art. 7º, XVII, CF/88 - IN 05/2017).	0,00%	R\$ 1.721,59	R\$ 0,00
B	Abono de férias do substituto - (Art. 7º, XVII, CF/88 - IN 05/2017)	0,00%	R\$ 1.721,59	R\$ 0,00
C	Gratificação Natalina do substituto - (Art. 7º, VIII, CF/88 - § único, Art. 2º, Decreto Nº 57.155 de 1965 -IN 05/2017)	0,00%	R\$ 1.721,59	R\$ 0,00
D	Incidência do submódulo 2.2 sobre 13º salário e 1/3 de férias proporcionais do substituto	0,00%	R\$ 1.721,59	R\$ 0,00
E	Substituto na cobertura de Ausências Legais - (Art. 473 da CLT)	0,41%	R\$ 3.115,59	R\$ 12,77
F	Substituto na cobertura de Licença Paternidade - Art. 7º, XIX, CF/88 e 10, §1º, da ADCT	0,07%	R\$ 3.115,59	R\$ 2,18
H	Substituto na cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho - (Art. 19 a 23 da Lei nº 8.213/91)	0,27%	R\$ 3.551,19	R\$ 9,59
I	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade - (Art. 392 CLT)	0,08%	R\$ 1.327,24	R\$ 1,06
TOTAL		0,83%		R\$ 25,60
Módulo 5 - Insumos Diversos				
ITEM 5 - INSUMOS DIVERSOS		%	Base de Cálculo	Valor (R\$)
A	Uniformes e EPI's		R\$ 0,00	R\$ 79,41
B	Material consumível		R\$ 0,00	R\$ 23,02
Subtotal				R\$ 102,44

	Dedução Pis / Cofins - Regime de Incidência Não-Cumulativa	9,25%	R\$ 102,44	R\$ 9,48
Total de Insumos diversos				R\$ 92,96
Nota: Valores mensais por empregado.				
Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro				
	Custos indiretos, Tributos e Lucros	%	Base de Cálculo	VALOR
A	Custos indiretos	5,00%	R\$ 4.005,55	R\$ 200,28
B				
C	B1. Tributos Federais (COFINS)	7,60%	R\$ 5.333,03	R\$ 405,31
D	B2. Tributos Federal (PIS)	1,65%	R\$ 5.333,03	R\$ 88,00
E	B3. Tributos Estaduais/Municipais (ISS)	4,00%	R\$ 5.333,03	R\$ 213,32
F	Total dos tributos	13,25%	R\$ 0,00	R\$ 706,63
G	Lucro	10,00%	R\$ 4.205,82	R\$ 420,58
	Total	36,81%	R\$ 4.005,55	R\$ 1.474,35
Anexo III - B - Quadro-resumo do Custo por Empregado				
Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)				
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração			R\$ 1.721,59
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			R\$ 1.945,45
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão			R\$ 219,93
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			R\$ 25,60
E	Módulo 5 - Insumos Diversos			R\$ 92,96
	Subtotal (A + B + C + D + E)			R\$ 4.005,55
E	Módulo 6 - Custos indiretos, tributos e lucro			R\$ 1.474,35
	Valor total por empregado			R\$ 5.479,90

CONTIGENCIAMENTO MENSAL MÁXIMO ESTIMADO - CONTA VINCULADA

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS - CONTIGENCIAMENTO - FATO GERADOR				
Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias				
2,1,	13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias	%	Base de Cálculo	Valor (R\$)
A	Décimo-terceiro salário - (Art. 7º, VIII, CF/88) - (§ único, Art. 1º, Decreto Nº 57.155 de 1965)	9,09%	R\$ 1.721,59	R\$ 156,51
B	Adicional de Férias - (Art. 7º, XVII, CF/88)	12,10%	R\$ 1.721,59	R\$ 208,33
C	Incidência do submódulo 2.2 sobre 13º salário e 1/3 de férias proporcionais	8,43%	R\$ 1.721,59	R\$ 145,21
	TOTAL	29,63%		R\$ 510,05
Módulo 3 - Provisão para Rescisão - (Itens renováveis, não renováveis e ajustáveis)				
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado - (Art. 18, §1º da Lei 8.036/90)	1,92%	R\$ 3.119,58	R\$ 59,90

F	Multa do FGTS do aviso prévio trabalhado - (Art. 18, §1º da Lei 8.036/90)	1,28%	R\$ 3.667,04	R\$ 46,94
TOTAL		3,20%		R\$ 106,83
Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro				
	Custos indiretos, Tributos e Lucros	%	Base de Cálculo	VALOR
A	Custos indiretos	5,00%	R\$ 616,88	R\$ 30,84
B				
C	B1. Tributos Federais (COFINS)	7,60%	R\$ 821,32	R\$ 62,42
D	B2. Tributos Federal (PIS)	1,65%	R\$ 821,32	R\$ 13,55
E	B3. Tributos Estaduais/Municipais (ISS)	4,00%	R\$ 821,32	R\$ 32,85
F	Total dos tributos	13,25%	R\$ 0,00	R\$ 108,83
G	Lucro	10,00%	R\$ 647,73	R\$ 64,77
	Total	36,81%	R\$ 616,88	R\$ 227,06
Anexo III - B - Quadro-resumo do Custo por Empregado				
Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)				
B	Submódulo 2.1 - Encargos			R\$ 510,05
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão			R\$ 106,83
Subtotal (A + B + C + D + E)				R\$ 616,88
E	Módulo 6 - Custos indiretos, tributos e lucro			R\$ 227,06
Valor total contingenciado por empregado				R\$ 843,94

PAGAMENTO MENSAL ESTIMADO, APÓS CONTIGENCIAMENTO - CONTA VINCULADA

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS				
MODULO 1: Composição da Remuneração				
	ITEM 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	%	Base de Cálculo	Valor (R\$)
A	Salário Normativo - CCT - CLÁUSULA TERCEIRA	100,00%	R\$ 1.721,59	R\$ 1.721,59
Total de Remuneração				R\$ 1.721,59
MODULO 2: Encargos Trabalistas, Previdenciários, Sociais e Benefícios				
Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições				
ENCARGOS SOCIAIS INCIDENTES S/ O VALOR DA REMUNERAÇÃO				
2,2	GPS, FGTS e outras contribuições	%	Base de Cálculo	VALOR
A	INSS - (Art. 2º, § 3º, da Lei 11.457/2007.)	20,00%	R\$ 1.721,59	R\$ 344,32
B	SESC ou SESI - (Art. 30, Lei 8.036/1990).	1,50%	R\$ 1.721,59	R\$ 25,82

C	SENAI - SENAC (Art. 1º, cap. Dec.-Lei 6.246/1944 e art. 4º, caput. Dec.-Lei 8.621/1946).	1,00%	R\$ 1.721,59	R\$ 17,22
D	INCRA - (Art. 1º, I, 2 c/c art. 3º, ambos do Decreto-Lei 1.146./1970).	0,20%	R\$ 1.721,59	R\$ 3,44
E	Salário Educação - (Art. 3º, Inciso I, Decreto 87.043/1982).	2,50%	R\$ 1.721,59	R\$ 43,04
F	FGTS (Art. 15, Lei nº 8.036/90 e Art. 7º, III, CF/88).	8,00%	R\$ 1.721,59	R\$ 137,73
G	SAT - RAT x FAP - (Art. 7º, XXVIII, Art. 149 i e 195, I, a, ii da CF/88 - Decreto 6.957/2009) - MÁXIMO	6,00%	R\$ 1.721,59	R\$ 103,30
H	SEBRAE - (Art. 8º, Lei 8.029/1990).	0,60%	R\$ 1.721,59	R\$ 10,33
TOTAL		39,80%		R\$ 685,19
Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.				
2,3	Benefícios mensais e diários	%	Base de Cálculo	VALOR
A	Transporte - (Art. 4º, parágrafo único da Lei 7.418/1985 e CCT) 26 dias	6,00%	R\$ 4,20	R\$ 115,85
B	Auxílio Alimentação - (Lei nº 6.321/1976 e Decreto nº 5/1991 e CCT-CLÁUSULA SEXTA)	25,30%	R\$ 22,00	R\$ 435,60
C	Seguro de vida (morte e invalidez) - (CCT)	0,55%	R\$ 25.637,40	R\$ 11,83
D	Auxílio Morte/ Funeral - (CCT)	0,69%	R\$ 1.709,16	R\$ 0,99
E	Cesta Básica - (CCT)		R\$ 121,00	R\$ 121,00
F	Plano de Saúde (CCT)	3,80%	R\$ 1.709,16	R\$ 64,95
Total de Benefícios mensais e diários		36,35%		R\$ 750,21
Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários				
2.	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	%	Base de Cálculo	Valor (R\$)
2,2,	GPS, FGTS e outras contribuições	39,80%	R\$ 0,00	R\$ 685,19
2,3,	Benefícios Mensais e Diários	43,58%	R\$ 0,00	R\$ 750,21
TOTAL		83,38%		R\$ 1.435,41
Módulo 3 - Provisão para Rescisão - (Itens renováveis, não renováveis e ajustáveis)				
A	Aviso Prévio Indenizado - (Art. 7º, XXI, CF/88, 477, 487. CLT)	0,42%	R\$ 2.981,85	R\$ 12,42
B	Incidência do FGTS S/ aviso prévio indenizado - (Art. 15, Lei nº 8.036/90 e Art. 7º, III, CF/88 e Súmula nº 305 do TST)	0,03%	R\$ 2.981,85	R\$ 0,99
D	Aviso Prévio Trabalhado - (Art. 7º, XXI, CF/88, 477, 487 da CLT)	1,94%	R\$ 3.667,04	R\$ 71,30
E	Incidência do submódulo 2.2 sobre aviso prévio trabalhado - (Art. 7º, XXI, CF/88, 477, 487 da CLT)	0,77%	R\$ 3.667,04	R\$ 28,38
TOTAL		3,17%		R\$ 113,10
Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente				
4,1	Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais - (Itens renováveis, não renováveis e ajustáveis)	%	Base de Cálculo	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias - (Art. 7º, XVII, CF/88 - IN 05/2017).	0,00%	R\$ 1.721,59	R\$ 0,00
B	Abono de férias do substituto - (Art. 7º, XVII, CF/88 - IN 05/2017)	0,00%	R\$ 1.721,59	R\$ 0,00
C	Gratificação Natalina do substituto - (Art. 7º, VIII, CF/88 - § único, Art. 2º, Decreto Nº 57.155 de 1965 -IN 05/2017)	0,00%	R\$ 1.721,59	R\$ 0,00
D	Incidência do submódulo 2.2 sobre 13º salário e 1/3 de férias proporcionais do substituto	0,00%	R\$ 1.721,59	R\$ 0,00
E	Substituto na cobertura de Ausências Legais - (Art. 473 da CLT)	0,41%	R\$ 3.115,59	R\$ 12,77
F	Substituto na cobertura de Licença Paternidade - Art. 7º, XIX, CF/88 e 10, §1º, da ADCT	0,07%	R\$ 3.115,59	R\$ 2,18
H	Substituto na cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho - (Art. 19 a 23 da Lei nº 8.213/91)	0,27%	R\$ 3.551,19	R\$ 9,59
I	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade - (Art. 392 CLT)	0,08%	R\$ 1.327,24	R\$ 1,06
TOTAL		0,83%		R\$ 25,60
Módulo 5 - Insumos Diversos				
ITEM 5 - INSUMOS DIVERSOS		%	Base de Cálculo	Valor (R\$)
A	Uniformes e EPI's		R\$ 0,00	R\$ 79,41
B	Material consumível		R\$ 0,00	R\$ 23,02

Subtotal				R\$ 102,44
	Dedução Pis / Cofins - Regime de Incidência Não-Cumulativa	9,25%	R\$ 102,44	R\$ 9,48
Total de Insumos diversos				R\$ 92,96
Nota: Valores mensais por empregado.				
Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro				
	Custos indiretos, Tributos e Lucros	%	Base de Cálculo	VALOR
A	Custos indiretos	5,00%	R\$ 3.388,66	R\$ 169,43
B				
C	B1. Tributos Federais (COFINS)	7,60%	R\$ 4.511,71	R\$ 342,89
D	B2. Tributos Federal (PIS)	1,65%	R\$ 4.511,71	R\$ 74,44
E	B3. Tributos Estaduais/Municipais (ISS)	4,00%	R\$ 4.511,71	R\$ 180,47
F	Total dos tributos	13,25%	R\$ 0,00	R\$ 597,80
G	Lucro	10,00%	R\$ 3.558,10	R\$ 355,81
	Total	36,81%	R\$ 3.388,66	R\$ 1.247,29
Anexo III - B - Quadro-resumo do Custo por Empregado				
Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)				
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração			R\$ 1.721,59
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			R\$ 1.435,41
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão			R\$ 113,10
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			R\$ 25,60
E	Módulo 5 - Insumos Diversos			R\$ 92,96
	Subtotal (A + B + C + D + E)			R\$ 3.388,66
E	Módulo 6 - Custos indiretos, tributos e lucro			R\$ 1.247,29
	Valor total por empregado			R\$ 4.635,96

R\$ 5.479,90

R\$ 843,94

R\$ 4.635,96

ANEXO X - EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO

PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇO

Ao				
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO - IFMA				
CAMPUS: SÃO JOÃO DOS PATOS				
PREGÃO ELETRÔNICO Nº xx/2024				
Processo Administrativo n.º				
A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	SINDICATO DOS TRABALHAD. DE EMPRE. DE ASSEIO E CONSER. LIMP. PUB. EDIFI. COND. RES. COMER. MISTOS E LAVAND. DO EST. DO MA EXCETO O MUN. DE SÃO LUIS, CNPJ n.14.294.492/0001-80 e SIND DAS EMP DE ASEIO E CONSERVACAO DO ESTADO DO MA, CNPJ n. 06.991.483/0001-10		
B	Município/UF: SÃO JOÃO DOS PATOS / MARANHÃO			
C	Ano Convenção Coletiva de Trabalho: MA000091/2024			
D	NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: MR017232/2024			
Mão-de-obra vinculada à execução contratual				
Dados complementares para composição dos os referente à mão-de-obra				
1	Tipo de serviço: APOIO ADMINISTRATIVO	CONTA VINCULADA		
2	Salário Normativo da Categoria Profissional - R\$ 1.455,87			
4	Data base da categoria: 01 DE JANEIRO DE 2024			
5	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) 5174-10 - Porteiro			
PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS				
MODULO 1: Composição da Remuneração				
ITEM 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO		%	Base de Cálculo	Valor (R\$)
A	Salário Normativo - CCT - CLÁUSULA TERCEIRA	100,00%	R\$ 1.455,87	R\$ 1.455,87
B				
C				
Total de Remuneração				R\$ 1.455,87
MODULO 2: Encargos Trabalistas, Previdenciários, Sociais e Benefícios				
Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias				
2,1	13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias	%	Base de Cálculo	Valor (R\$)
A	Décimo-terceiro salário - (Art. 7º, VIII, CF/88) - (§ único, Art. 1º, Decreto Nº 57.155 de 1965)	9,09%	R\$ 1.455,87	R\$ 132,35
B	Adicional de Férias - (Art. 7º, XVII, CF/88)	12,10%	R\$ 1.455,87	R\$ 176,18
C	Incidência do submódulo 2.2 sobre 13º salário e 1/3 de férias proporcionais	8,43%	R\$ 1.455,87	R\$ 122,79
TOTAL		29,63%		R\$ 431,32
Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições				
ENCARGOS SOCIAIS INCIDENTES S/ O VALOR DA REMUNERAÇÃO				
2,2	GPS, FGTS e outras contribuições	%	Base de Cálculo	VALOR
A	INSS - (Art. 2º, § 3º, da Lei 11.457/2007.)	20,00%	R\$ 1.455,87	R\$ 291,17
B	SESC ou SESI - (Art. 30, Lei 8.036/1990).	1,50%	R\$ 1.455,87	R\$ 21,84
C	SENAI - SENAC (Art. 1º, cap. Dec.-Lei 6.246/1944 e art. 4º, caput. Dec.-Lei 8.621/1946).	1,00%	R\$ 1.455,87	R\$ 14,56
D	INCRA - (Art. 1º, I, 2 c/c art. 3º, ambos do Decreto-Lei 1.146,/1970).	0,20%	R\$ 1.455,87	R\$ 2,91
E	Salário Educação - (Art. 3º, Inciso I, Decreto 87.043/1982).	2,50%	R\$ 1.455,87	R\$ 36,40
F	FGTS (Art. 15, Lei nº 8.036/90 e Art. 7º, III, CF/88).	8,00%	R\$ 1.455,87	R\$ 116,47

G	SAT - RAT x FAP - (Art. 7º, XXVIII, Art. 149 i e 195, I, a, ii da CF/88 - Decreto 6.957/2009) - MÁXIMO	6,00%	R\$ 1.455,87	R\$ 87,35
H	SEBRAE - (Art. 8º, Lei 8.029/1990).	0,60%	R\$ 1.455,87	R\$ 8,74
TOTAL		39,80%		R\$ 579,44
Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.				
2,3	Benefícios mensais e diários	%	Base de Cálculo	VALOR
A	Transporte - (Art. 4º, parágrafo único da Lei 7.418/1985 e CCT) 26 dias	6,00%	R\$ 4,20	R\$ 131,05
B	Auxílio Alimentação - (Lei nº 6.321/1976 e Decreto nº 5/1991 e CCT-CLÁUSULA SEXTA)	33,24%	R\$ 22,00	R\$ 484,00
C	Seguro de vida (morte e invalidez) - (CCT)	0,55%	R\$ 21.838,05	R\$ 10,07
D	Auxílio Morte/ Funeral - (CCT)	0,69%	R\$ 1.455,87	R\$ 0,84
E	Cesta Básica - (CCT)		R\$ 121,00	R\$ 121,00
F	Plano de Saúde (CCT)	3,80%	R\$ 1.455,87	R\$ 55,32
Total de Benefícios mensais e diários		40,49%		R\$ 802,29
Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários				
2.	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	%	Base de Cálculo	Valor (R\$)
2,1,	Décimo Terceiro Salário, Férias e Adicional de Férias	29,63%	R\$ 0,00	R\$ 431,32
2,2,	GPS, FGTS e outras contribuições	39,80%	R\$ 0,00	R\$ 579,44
2,3,	Benefícios Mensais e Diários	55,11%	R\$ 0,00	R\$ 802,29
TOTAL		124,53%		R\$ 1.813,05
Módulo 3 - Provisão para Rescisão - (Itens renováveis, não renováveis e ajustáveis)				
A	Aviso Prévio Indenizado - (Art. 7º, XXI, CF/88, 477, 487. CLT)	0,42%	R\$ 2.689,48	R\$ 11,21
B	Incidência do FGTS S/ aviso prévio indenizado - (Art. 15, Lei nº 8.036/90 e Art. 7º, III, CF/88 e Súmula nº 305 do TST)	0,03%	R\$ 2.689,48	R\$ 0,90
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado - (Art. 18, §1º da Lei 8.036/90)	1,92%	R\$ 2.805,95	R\$ 53,87
D	Aviso Prévio Trabalhado - (Art. 7º, XXI, CF/88, 477, 487 da CLT)	1,94%	R\$ 3.268,92	R\$ 63,56
E	Incidência do submódulo 2.2 sobre aviso prévio trabalhado - (Art. 7º, XXI, CF/88, 477, 487 da CLT)	0,77%	R\$ 3.268,92	R\$ 25,30
F	Multa do FGTS do aviso prévio trabalhado - (Art. 18, §1º da Lei 8.036/90)	1,28%	R\$ 3.268,92	R\$ 41,84
TOTAL		6,37%		R\$ 196,68
Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente				
4,1	Submódulo 4.1 – Substituto nas Ausências Legais - (Itens renováveis, não renováveis e ajustáveis)	%	Base de Cálculo	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias - (Art. 7º, XVII, CF/88 - IN 05/2017).	0,00%	R\$ 1.455,87	R\$ 0,00
B	Abono de férias do substituto - (Art. 7º, XVII, CF/88 - IN 05/2017)	0,00%	R\$ 1.455,87	R\$ 0,00
C	Gratificação Natalina do substituto - (Art. 7º, VIII, CF/88 - § único, Art. 2º, Decreto Nº 57.155 de 1965 -IN 05/2017)	0,00%	R\$ 1.455,87	R\$ 0,00
D	Incidência do submódulo 2.2 sobre 13º salário e 1/3 de férias proporcionais do substituto	0,00%	R\$ 1.455,87	R\$ 0,00
E	Substituto na cobertura de Ausências Legais - (Art. 473 da CLT)	0,41%	R\$ 2.653,87	R\$ 10,88
F	Substituto na cobertura de Licença Paternidade - Art. 7º, XIX, CF/88 e 10, §1º, da ADCT	0,07%	R\$ 2.653,87	R\$ 1,86
H	Substituto na cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho - (Art. 19 a 23 da Lei nº 8.213/91)	0,27%	R\$ 3.137,87	R\$ 8,47
I	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade - (Art. 392 CLT)	0,08%	R\$ 1.142,76	R\$ 0,91
TOTAL		0,83%		R\$ 22,13
Módulo 5 - Insumos Diversos				
ITEM 5 - INSUMOS DIVERSOS		%	Base de Cálculo	Valor (R\$)
A	Uniformes e EPI's		R\$ 0,00	R\$ 79,74
B	Material consumível		R\$ 0,00	R\$ 23,02
Subtotal				R\$ 102,76

não há prev

	Dedução Pis / Cofins - Regime de Incidência Não-Cumulativa	9,25%	R\$ 102,76	R\$ 9,51
Total de Insumos diversos				R\$ 93,26
Nota: Valores mensais por empregado.				
Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro				
	Custos indiretos, Tributos e Lucros	%	Base de Cálculo	VALOR
A	Custos indiretos	5,00%	R\$ 3.580,98	R\$ 179,05
B				
C	B1. Tributos Federais (COFINS)	7,60%	R\$ 4.767,76	R\$ 362,35
D	B2. Tributos Federal (PIS)	1,65%	R\$ 4.767,76	R\$ 78,67
E	B3. Tributos Estaduais/Municipais (ISS)	4,00%	R\$ 4.767,76	R\$ 190,71
F	Total dos tributos	13,25%	R\$ 0,00	R\$ 631,73
G	Lucro	10,00%	R\$ 3.760,03	R\$ 376,00
	Total	36,81%	R\$ 3.580,98	R\$ 1.318,08
Anexo III - B - Quadro-resumo do Custo por Empregado				
Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)				
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração			R\$ 1.455,87
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			R\$ 1.813,05
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão			R\$ 196,68
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			R\$ 22,13
E	Módulo 5 - Insumos Diversos			R\$ 93,26
	Subtotal (A + B + C + D + E)			R\$ 3.580,98
E	Módulo 6 - Custos indiretos, tributos e lucro			R\$ 1.318,08
	Valor total por empregado			R\$ 4.899,06

CONTIGENCIAMENTO MENSAL MÁXIMO ESTIMADO - CONTA VINCULADA

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS - CONTIGENCIAMENTO - FATO GERADOR				
Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias				
2,1,	13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias	%	Base de Cálculo	Valor (R\$)
A	Décimo-terceiro salário - (Art. 7º, VIII, CF/88) - (§ único, Art. 1º, Decreto Nº 57.155 de 1965)	9,09%	R\$ 1.455,87	R\$ 132,35
B	Adicional de Férias - (Art. 7º, XVII, CF/88)	12,10%	R\$ 1.455,87	R\$ 176,18
C	Incidência do submódulo 2.2 sobre 13º salário e 1/3 de férias proporcionais	8,43%	R\$ 1.455,87	R\$ 122,79
	TOTAL	29,63%		R\$ 431,32
Módulo 3 - Provisão para Rescisão - (Itens renováveis, não renováveis e ajustáveis)				
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado - (Art. 18, §1º da Lei 8.036/90)	1,92%	R\$ 2.805,95	R\$ 53,87

F	Multa do FGTS do aviso prévio trabalhado - (Art. 18, §1º da Lei 8.036/90)	1,28%	R\$ 3.268,92	R\$ 41,84
TOTAL		3,20%		R\$ 95,72
Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro				
Custos indiretos, Tributos e Lucros		%	Base de Cálculo	VALOR
A	Custos indiretos	5,00%	R\$ 527,04	R\$ 26,35
B				
C	B1. Tributos Federais (COFINS)	7,60%	R\$ 701,71	R\$ 53,33
D	B2. Tributos Federal (PIS)	1,65%	R\$ 701,71	R\$ 11,58
E	B3. Tributos Estaduais/Municipais (ISS)	4,00%	R\$ 701,71	R\$ 28,07
F	Total dos tributos	13,25%	R\$ 0,00	R\$ 92,98
G	Lucro	10,00%	R\$ 553,39	R\$ 55,34
	Total	36,81%	R\$ 527,04	R\$ 193,99
Anexo III - B - Quadro-resumo do Custo por Empregado				
Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)				
B	Submódulo 2.1 - Encargos			R\$ 431,32
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão			R\$ 95,72
Subtotal (A + B + C + D + E)				R\$ 527,04
E	Módulo 6 - Custos indiretos, tributos e lucro			R\$ 193,99
Valor total contingenciado por empregado				R\$ 721,03

PAGAMENTO MENSAL ESTIMADO, APÓS CONTIGENCIAMENTO - CONTA VINCULADA

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS				
MODULO 1: Composição da Remuneração				
ITEM 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO		%	Base de Cálculo	Valor (R\$)
A	Salário Normativo - CCT - CLÁUSULA TERCEIRA	100,00%	R\$ 1.455,87	R\$ 1.455,87
Total de Remuneração				R\$ 1.455,87
MODULO 2: Encargos Trabalistas, Previdenciários, Sociais e Benefícios				
Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições				
ENCARGOS SOCIAIS INCIDENTES S/ O VALOR DA REMUNERAÇÃO				
2,2	GPS, FGTS e outras contribuições	%	Base de Cálculo	VALOR
A	INSS - (Art. 2º, § 3º, da Lei 11.457/2007.)	20,00%	R\$ 1.455,87	R\$ 291,17

B	SESC ou SESI - (Art. 30, Lei 8.036/1990).	1,50%	R\$ 1.455,87	R\$ 21,84
C	SENAI - SENAC (Art. 1º, cap. Dec.-Lei 6.246/1944 e art. 4º, caput. Dec.-Lei 8.621/1946).	1,00%	R\$ 1.455,87	R\$ 14,56
D	INCRA - (Art. 1º, I, 2 c/c art. 3º, ambos do Decreto-Lei 1.146./1970).	0,20%	R\$ 1.455,87	R\$ 2,91
E	Salário Educação - (Art. 3º, Inciso I, Decreto 87.043/1982).	2,50%	R\$ 1.455,87	R\$ 36,40
F	FGTS (Art. 15, Lei nº 8.036/90 e Art. 7º, III, CF/88).	8,00%	R\$ 1.455,87	R\$ 116,47
G	SAT - RAT x FAP - (Art. 7º, XXVIII, Art. 149 i e 195, I, a, ii da CF/88 - Decreto 6.957/2009) - MÁXIMO	6,00%	R\$ 1.455,87	R\$ 87,35
H	SEBRAE - (Art. 8º, Lei 8.029/1990).	0,60%	R\$ 1.455,87	R\$ 8,74
TOTAL		39,80%		R\$ 579,44
Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.				
2,3	Benefícios mensais e diários	%	Base de Cálculo	VALOR
A	Transporte - (Art. 4º, parágrafo único da Lei 7.418/1985 e CCT) 26 dias	6,00%	R\$ 4,20	R\$ 131,05
B	Auxílio Alimentação - (Lei nº 6.321/1976 e Decreto nº 5/1991 e CCT-CLÁUSULA SEXTA)	33,24%	R\$ 22,00	R\$ 484,00
C	Seguro de vida (morte e invalidez) - (CCT)	0,55%	R\$ 21.838,05	R\$ 10,07
D	Auxílio Morte/ Funeral - (CCT)	0,69%	R\$ 1.455,87	R\$ 0,84
E	Cesta Básica - (CCT)		R\$ 121,00	R\$ 121,00
F	Plano de Saúde (CCT)	3,80%	R\$ 1.455,87	R\$ 55,32
Total de Benefícios mensais e diários		44,29%		R\$ 802,29
Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários				
2.	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	%	Base de Cálculo	Valor (R\$)
2,2,	GPS, FGTS e outras contribuições	39,80%	R\$ 0,00	R\$ 579,44
2,3,	Benefícios Mensais e Diários	55,11%	R\$ 0,00	R\$ 802,29
TOTAL		94,91%		R\$ 1.381,72
Módulo 3 - Provisão para Rescisão - (Itens renováveis, não renováveis e ajustáveis)				
A	Aviso Prévio Indenizado - (Art. 7º, XXI, CF/88, 477, 487. CLT)	0,42%	R\$ 2.689,48	R\$ 11,21
B	Incidência do FGTS S/ aviso prévio indenizado - (Art. 15, Lei nº 8.036/90 e Art. 7º, III, CF/88 e Súmula nº 305 do TST)	0,03%	R\$ 2.689,48	R\$ 0,90
D	Aviso Prévio Trabalhado - (Art. 7º, XXI, CF/88, 477, 487 da CLT)	1,94%	R\$ 3.268,92	R\$ 63,56
E	Incidência do submódulo 2.2 sobre aviso prévio trabalhado - (Art. 7º, XXI, CF/88, 477, 487 da CLT)	0,77%	R\$ 3.268,92	R\$ 25,30
TOTAL		3,17%		R\$ 100,96
Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente				
4,1	Submódulo 4.1 – Substituto nas Ausências Legais - (Itens renováveis, não renováveis e ajustáveis)	%	Base de Cálculo	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias - (Art. 7º, XVII, CF/88 - IN 05/2017).	0,00%	R\$ 1.455,87	R\$ 0,00
B	Abono de férias do substituto - (Art. 7º, XVII, CF/88 - IN 05/2017)	0,00%	R\$ 1.455,87	R\$ 0,00
C	Gratificação Natalina do substituto - (Art. 7º, VIII, CF/88 - § único, Art. 2º, Decreto Nº 57.155 de 1965 -IN 05/2017)	0,00%	R\$ 1.455,87	R\$ 0,00
D	Incidência do submódulo 2.2 sobre 13º salário e 1/3 de férias proporcionais do substituto	0,00%	R\$ 1.455,87	R\$ 0,00
E	Substituto na cobertura de Ausências Legais - (Art. 473 da CLT)	0,41%	R\$ 2.653,87	R\$ 10,88
F	Substituto na cobertura de Licença Paternidade - Art. 7º, XIX, CF/88 e 10, §1º, da ADCT	0,07%	R\$ 2.653,87	R\$ 1,86
H	Substituto na cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho - (Art. 19 a 23 da Lei nº 8.213/91)	0,27%	R\$ 3.137,87	R\$ 8,47
I	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade - (Art. 392 CLT)	0,08%	R\$ 1.142,76	R\$ 0,91
TOTAL		0,83%		R\$ 22,13
Módulo 5 - Insumos Diversos				
ITEM 5 - INSUMOS DIVERSOS		%	Base de Cálculo	Valor (R\$)
A	Uniformes e EPI's		R\$ 0,00	R\$ 79,74

não há previ:

B	Material consumível		R\$ 0,00	R\$ 23,02
Subtotal				R\$ 102,76
	Dedução Pis / Cofins - Regime de Incidência Não-Cumulativa	9,25%	R\$ 102,76	R\$ 9,51
Total de Insumos diversos				R\$ 93,26
Nota: Valores mensais por empregado.				
Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro				
Custos indiretos, Tributos e Lucros		%	Base de Cálculo	VALOR
A	Custos indiretos	5,00%	R\$ 3.053,94	R\$ 152,70
B				
C	B1. Tributos Federais (COFINS)	7,60%	R\$ 4.066,05	R\$ 309,02
D	B2. Tributos Federal (PIS)	1,65%	R\$ 4.066,05	R\$ 67,09
E	B3. Tributos Estaduais/Municipais (ISS)	4,00%	R\$ 4.066,05	R\$ 162,64
F	Total dos tributos	13,25%	R\$ 0,00	R\$ 538,75
G	Lucro	10,00%	R\$ 3.206,63	R\$ 320,66
	Total	36,81%	R\$ 3.053,94	R\$ 1.124,09
Anexo III - B - Quadro-resumo do Custo por Empregado				
Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)				
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração			R\$ 1.455,87
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			R\$ 1.381,72
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão			R\$ 100,96
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			R\$ 22,13
E	Módulo 5 - Insumos Diversos			R\$ 93,26
Subtotal (A + B + C + D + E)				R\$ 3.053,94
E	Módulo 6 - Custos indiretos, tributos e lucro			R\$ 1.124,09
Valor total por empregado				R\$ 4.178,02

R\$ 4.899,06

R\$ 721,03

R\$ 4.178,02

ANEXO X - EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO

PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇO

Ao					
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO - IFMA					
CAMPUS: SÃO JOÃO DOS PATOS					
PREGÃO ELETRÔNICO Nº xx/2024					
Processo Administrativo n.º					
A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)		SINDICATO DOS TRABALHAD. DE EMPRE. DE ASSEIO E CONSER. LIMP. PUB. EDIF. COND. RES. COMER. MISTOS E LAVAND. DO EST. DO MA EXCETO O MUN. DE SÃO LUIS, CNPJ n.14.294.492/0001-80 e SIND DAS EMP DE ASEIO E CONSERVACAO DO ESTADO DO MA, CNPJ n. 06.991.483/0001-10		
B	Município/UF: SÃO JOÃO DOS PATOS / MARANHÃO				
C	Ano Convenção Coletiva de Trabalho: MA000125/2024				
D	NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: MR025223/2024				
Mão-de-obra vinculada à execução contratual					
Dados complementares para composição dos os referente à mão-de-obra					
1	Tipo de serviço: APOIO ADMINISTRATIVO		CONTA VINCULADA		
2	Salário Normativo da Categoria Profissional - R\$ 1.429,59				
4	Data base da categoria: 01 DE JANEIRO DE 2024				
5	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) 6220-10 - CONTÍNUO				
PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS					
MODULO 1: Composição da Remuneração					
ITEM 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			%	Base de Cálculo	Valor (R\$)
A	Salário Normativo - CCT - CLÁUSULA TERCEIRA		100,00%	R\$ 1.429,59	R\$ 1.429,59
B	Dia do trabalhador - (CCT)		200,00%	R\$ 6,50	R\$ 8,66
C	Descanso semanal remunerado sobre dia trabalhador			R\$ 8,66	R\$ 1,73
Total de Remuneração					R\$ 1.439,99
MODULO 2: Encargos Trabalistas, Previdenciários, Sociais e Benefícios					
Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias					
2,1	13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias		%	Base de Cálculo	Valor (R\$)
A	Décimo-terceiro salário - (Art. 7º, VIII, CF/88) - (§ único, Art. 1º, Decreto Nº 57.155 de 1965)		9,09%	R\$ 1.439,99	R\$ 130,91
B	Adicional de Férias - (Art. 7º, XVII, CF/88)		12,10%	R\$ 1.439,99	R\$ 174,26
C	Incidência do submódulo 2.2 sobre 13º salário e 1/3 de férias proporcionais		8,43%	R\$ 1.439,99	R\$ 121,46
TOTAL			29,63%		R\$ 426,62
Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições					
ENCARGOS SOCIAIS INCIDENTES S/ O VALOR DA REMUNERAÇÃO					
2,2	GPS, FGTS e outras contribuições		%	Base de Cálculo	VALOR
A	INSS - (Art. 2º, § 3º, da Lei 11.457/2007.)		20,00%	R\$ 1.439,99	R\$ 288,00
B	SESC ou SESI - (Art. 30, Lei 8.036/1990).		1,50%	R\$ 1.439,99	R\$ 21,60
C	SENAI - SENAC (Art. 1º, cap. Dec.-Lei 6.246/1944 e art. 4º, caput. Dec.-Lei 8.621/1946).		1,00%	R\$ 1.439,99	R\$ 14,40
D	INCRA - (Art. 1º, I, 2 c/c art. 3º, ambos do Decreto-Lei 1.146,/1970).		0,20%	R\$ 1.439,99	R\$ 2,88
E	Salário Educação - (Art. 3º, Inciso I, Decreto 87.043/1982).		2,50%	R\$ 1.439,99	R\$ 36,00
F	FGTS (Art. 15, Lei nº 8.036/90 e Art. 7º, III, CF/88).		8,00%	R\$ 1.439,99	R\$ 115,20

G	SAT - RAT x FAP - (Art. 7º, XXVIII, Art. 149 i e 195, I, a, ii da CF/88 - Decreto 6.957/2009) - MÁXIMO	6,00%	R\$ 1.439,99	R\$ 86,40
H	SEBRAE - (Art. 8º, Lei 8.029/1990).	0,60%	R\$ 1.439,99	R\$ 8,64
TOTAL		39,80%		R\$ 573,11
Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.				
2,3	Benefícios mensais e diários	%	Base de Cálculo	VALOR
A	Transporte - (Art. 4º, parágrafo único da Lei 7.418/1985 e CCT) 26 dias	6,00%	R\$ 4,20	R\$ 132,62
B	Auxílio Alimentação - (Lei nº 6.321/1976 e Decreto nº 5/1991 e CCT-CLÁUSULA SEXTA)	30,25%	R\$ 22,00	R\$ 435,60
C	Seguro de vida (morte e invalidez) - (CCT)	0,55%	R\$ 21.443,85	R\$ 9,89
D	Auxílio Morte/ Funeral - (CCT)	0,69%	R\$ 1.429,59	R\$ 0,82
E	Cesta Básica - (CCT)		R\$ 121,00	R\$ 121,00
F	Plano de Saúde (CCT) (AUXÍLIO ODONTOLÓGICO)	3,80%	R\$ 1.429,59	R\$ 54,32
Total de Benefícios mensais e diários		37,50%		R\$ 754,27
Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários				
2.	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	%	Base de Cálculo	Valor (R\$)
2,1,	Décimo Terceiro Salário, Férias e Adicional de Férias	29,63%	R\$ 0,00	R\$ 426,62
2,2,	GPS, FGTS e outras contribuições	39,80%	R\$ 0,00	R\$ 573,11
2,3,	Benefícios Mensais e Diários	52,38%	R\$ 0,00	R\$ 754,27
TOTAL		121,81%		R\$ 1.754,00
Módulo 3 - Provisão para Rescisão - (Itens renováveis, não renováveis e ajustáveis)				
A	Aviso Prévio Indenizado - (Art. 7º, XXI, CF/88, 477, 487. CLT)	0,42%	R\$ 2.620,87	R\$ 10,92
B	Incidência do FGTS S/ aviso prévio indenizado - (Art. 15, Lei nº 8.036/90 e Art. 7º, III, CF/88 e Súmula nº 305 do TST)	0,03%	R\$ 2.620,87	R\$ 0,87
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado - (Art. 18, §1º da Lei 8.036/90)	1,92%	R\$ 2.736,07	R\$ 52,53
D	Aviso Prévio Trabalhado - (Art. 7º, XXI, CF/88, 477, 487 da CLT)	1,94%	R\$ 3.193,99	R\$ 62,11
E	Incidência do submódulo 2.2 sobre aviso prévio trabalhado - (Art. 7º, XXI, CF/88, 477, 487 da CLT)	0,77%	R\$ 3.193,99	R\$ 24,72
F	Multa do FGTS do aviso prévio trabalhado - (Art. 18, §1º da Lei 8.036/90)	1,28%	R\$ 3.193,99	R\$ 40,88
TOTAL		6,37%		R\$ 192,03
Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente				
4,1	Submódulo 4.1 – Substituto nas Ausências Legais - (Itens renováveis, não renováveis e ajustáveis)	%	Base de Cálculo	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias - (Art. 7º, XVII, CF/88 - IN 05/2017).	8,33%	R\$ 0,00	R\$ 0,00
B	Abono de férias do substituto - (Art. 7º, XVII, CF/88 - IN 05/2017)	0,23%	R\$ 0,00	R\$ 0,00
C	Gratificação Natalina do substituto - (Art. 7º, VIII, CF/88 - § único, Art. 2º, Decreto Nº 57.155 de 1965 -IN 05/2017)	0,69%	R\$ 0,00	R\$ 0,00
D	Incidência do submódulo 2.2 sobre 13º salário e 1/3 de férias proporcionais do substituto	3,69%	R\$ 0,00	R\$ 0,00
E	Substituto na cobertura de Ausências Legais - (Art. 473 da CLT)	0,41%	R\$ 2.625,76	R\$ 10,77
F	Substituto na cobertura de Licença Paternidade - Art. 7º, XIX, CF/88 e 10, §1º, da ADCT	0,07%	R\$ 2.625,76	R\$ 1,84
H	Substituto na cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho - (Art. 19 a 23 da Lei nº 8.213/91)	0,27%	R\$ 3.061,36	R\$ 8,27
I	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade - (Art. 392 CLT)	0,08%	R\$ 1.131,73	R\$ 0,91
TOTAL		13,77%		R\$ 21,77
Módulo 5 - Insumos Diversos				
ITEM 5 - INSUMOS DIVERSOS		%	Base de Cálculo	Valor (R\$)
A	Uniformes e EPI's		R\$ 0,00	R\$ 74,78
B	Material consumível		R\$ 0,00	R\$ 23,02
Subtotal				R\$ 97,81

	Dedução Pis / Cofins - Regime de Incidência Não-Cumulativa	9,25%	R\$ 97,81	R\$ 9,05
Total de Insumos diversos				R\$ 88,76
Nota: Valores mensais por empregado.				
Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro				
	Custos indiretos, Tributos e Lucros	%	Base de Cálculo	VALOR
A	Custos indiretos	5,00%	R\$ 3.496,56	R\$ 174,83
B				
C	B1. Tributos Federais (COFINS)	7,60%	R\$ 4.655,36	R\$ 353,81
D	B2. Tributos Federal (PIS)	1,65%	R\$ 4.655,36	R\$ 76,81
E	B3. Tributos Estaduais/Municipais (ISS)	4,00%	R\$ 4.655,36	R\$ 186,21
F	Total dos tributos	13,25%	R\$ 0,00	R\$ 616,83
G	Lucro	10,00%	R\$ 3.671,38	R\$ 367,14
	Total	36,81%	R\$ 3.496,56	R\$ 1.287,01
Anexo III - B - Quadro-resumo do Custo por Empregado				
Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)				
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração			R\$ 1.439,99
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			R\$ 1.754,00
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão			R\$ 192,03
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			R\$ 21,77
E	Módulo 5 - Insumos Diversos			R\$ 88,76
	Subtotal (A + B + C + D + E)			R\$ 3.496,56
E	Módulo 6 - Custos indiretos, tributos e lucro			R\$ 1.287,01
	Valor total por empregado			R\$ 4.783,56



CONTIGENCIAMENTO MENSAL MÁXIMO ESTIMADO - CONTA VINCULADA

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS - CONTIGENCIAMENTO - FATO GERADOR				
Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias				
2,1,	13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias	%	Base de Cálculo	Valor (R\$)
A	Décimo-terceiro salário - (Art. 7º, VIII, CF/88) - (§ único, Art. 1º, Decreto Nº 57.155 de 1965)	9,09%	R\$ 1.439,99	R\$ 130,91
B	Adicional de Férias - (Art. 7º, XVII, CF/88)	12,10%	R\$ 1.439,99	R\$ 174,26
C	Incidência do submódulo 2.2 sobre 13º salário e 1/3 de férias proporcionais	8,43%	R\$ 1.439,99	R\$ 121,46
	TOTAL	29,63%		R\$ 426,62
Módulo 3 - Provisão para Rescisão - (Itens renováveis, não renováveis e ajustáveis)				
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado - (Art. 18, §1º da Lei 8.036/90)	1,92%	R\$ 2.736,07	R\$ 52,53

F	Multa do FGTS do aviso prévio trabalhado - (Art. 18, §1º da Lei 8.036/90)	1,28%	R\$ 3.193,99	R\$ 40,88
TOTAL		3,20%		R\$ 93,42
Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro				
	Custos indiretos, Tributos e Lucros	%	Base de Cálculo	VALOR
A	Custos indiretos	5,00%	R\$ 520,03	R\$ 26,00
B				
C	B1. Tributos Federais (COFINS)	7,60%	R\$ 692,38	R\$ 52,62
D	B2. Tributos Federal (PIS)	1,65%	R\$ 692,38	R\$ 11,42
E	B3. Tributos Estaduais/Municipais (ISS)	4,00%	R\$ 692,38	R\$ 27,70
F	Total dos tributos	13,25%	R\$ 0,00	R\$ 91,74
G	Lucro	10,00%	R\$ 546,04	R\$ 54,60
	Total	36,81%	R\$ 520,03	R\$ 191,41
Anexo III - B - Quadro-resumo do Custo por Empregado				
Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)				
B	Submódulo 2.1 - Encargos			R\$ 426,62
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão			R\$ 93,42
Subtotal (A + B + C + D + E)				R\$ 520,03
E	Módulo 6 - Custos indiretos, tributos e lucro			R\$ 191,41
Valor total contingenciado por empregado				R\$ 711,45

PAGAMENTO MENSAL ESTIMADO, APÓS CONTIGENCIAMENTO - CONTA VINCULADA

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS				
MODULO 1: Composição da Remuneração				
	ITEM 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	%	Base de Cálculo	Valor (R\$)
A	Salário Normativo - CCT - CLÁUSULA TERCEIRA	100,00%	R\$ 1.439,99	R\$ 1.439,99
Total de Remuneração				R\$ 1.439,99
MODULO 2: Encargos Trabalistas, Previdenciários, Sociais e Benefícios				
Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições				
ENCARGOS SOCIAIS INCIDENTES S/ O VALOR DA REMUNERAÇÃO				
2,2	GPS, FGTS e outras contribuições	%	Base de Cálculo	VALOR
A	INSS - (Art. 2º, § 3º, da Lei 11.457/2007.)	20,00%	R\$ 1.439,99	R\$ 288,00

B	SESC ou SESI - (Art. 30, Lei 8.036/1990).	1,50%	R\$ 1.439,99	R\$ 21,60
C	SENAI - SENAC (Art. 1º, cap. Dec.-Lei 6.246/1944 e art. 4º, caput. Dec.-Lei 8.621/1946).	1,00%	R\$ 1.439,99	R\$ 14,40
D	INCRA - (Art. 1º, I, 2 c/c art. 3º, ambos do Decreto-Lei 1.146./1970).	0,20%	R\$ 1.439,99	R\$ 2,88
E	Salário Educação - (Art. 3º, Inciso I, Decreto 87.043/1982).	2,50%	R\$ 1.439,99	R\$ 36,00
F	FGTS (Art. 15, Lei nº 8.036/90 e Art. 7º, III, CF/88).	8,00%	R\$ 1.439,99	R\$ 115,20
G	SAT - RAT x FAP - (Art. 7º, XXVIII, Art. 149 i e 195, I, a, ii da CF/88 - Decreto 6.957/2009) - MÁXIMO	6,00%	R\$ 1.439,99	R\$ 86,40
H	SEBRAE - (Art. 8º, Lei 8.029/1990).	0,60%	R\$ 1.439,99	R\$ 8,64
TOTAL		39,80%		R\$ 573,11
Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.				
2,3	Benefícios mensais e diários	%	Base de Cálculo	VALOR
A	Transporte - (Art. 4º, parágrafo único da Lei 7.418/1985 e CCT) 26 dias	6,00%	R\$ 4,20	R\$ 132,62
B	Auxílio Alimentação - (Lei nº 6.321/1976 e Decreto nº 5/1991 e CCT-CLÁUSULA SEXTA)	30,25%	R\$ 22,00	R\$ 435,60
C	Seguro de vida (morte e invalidez) - (CCT)	0,55%	R\$ 21.443,85	R\$ 9,89
D	Auxílio Morte/ Funeral - (CCT)	0,69%	R\$ 1.429,59	R\$ 0,82
E	Cesta Básica - (CCT)		R\$ 121,00	R\$ 121,00
F	Plano de Saúde (CCT)	3,80%	R\$ 1.429,59	R\$ 54,32
Total de Benefícios mensais e diários		41,30%		R\$ 754,27
Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários				
2.	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	%	Base de Cálculo	Valor (R\$)
2,2,	GPS, FGTS e outras contribuições	39,80%	R\$ 0,00	R\$ 573,11
2,3,	Benefícios Mensais e Diários	52,38%	R\$ 0,00	R\$ 754,27
TOTAL		92,18%		R\$ 1.327,38
Módulo 3 - Provisão para Rescisão - (Itens renováveis, não renováveis e ajustáveis)				
A	Aviso Prévio Indenizado - (Art. 7º, XXI, CF/88, 477, 487. CLT)	0,42%	R\$ 2.620,87	R\$ 10,92
B	Incidência do FGTS S/ aviso prévio indenizado - (Art. 15, Lei nº 8.036/90 e Art. 7º, III, CF/88 e Súmula nº 305 do TST)	0,03%	R\$ 2.620,87	R\$ 0,87
D	Aviso Prévio Trabalhado - (Art. 7º, XXI, CF/88, 477, 487 da CLT)	1,94%	R\$ 3.193,99	R\$ 62,11
E	Incidência do submódulo 2.2 sobre aviso prévio trabalhado - (Art. 7º, XXI, CF/88, 477, 487 da CLT)	0,77%	R\$ 3.193,99	R\$ 24,72
TOTAL		3,17%		R\$ 98,62
Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente				
4,1	Submódulo 4.1 – Substituto nas Ausências Legais - (Itens renováveis, não renováveis e ajustáveis)	%	Base de Cálculo	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias - (Art. 7º, XVII, CF/88 - IN 05/2017).	0,00%	R\$ 1.439,99	R\$ 0,00
B	Abono de férias do substituto - (Art. 7º, XVII, CF/88 - IN 05/2017)	0,00%	R\$ 1.439,99	R\$ 0,00
C	Gratificação Natalina do substituto - (Art. 7º, VIII, CF/88 - § único, Art. 2º, Decreto Nº 57.155 de 1965 -IN 05/2017)	0,00%	R\$ 1.439,99	R\$ 0,00
D	Incidência do submódulo 2.2 sobre 13º salário e 1/3 de férias proporcionais do substituto	0,00%	R\$ 1.439,99	R\$ 0,00
E	Substituto na cobertura de Ausências Legais - (Art. 473 da CLT)	0,41%	R\$ 2.625,76	R\$ 10,77
F	Substituto na cobertura de Licença Paternidade - Art. 7º, XIX, CF/88 e 10, §1º, da ADCT	0,07%	R\$ 2.625,76	R\$ 1,84
H	Substituto na cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho - (Art. 19 a 23 da Lei nº 8.213/91)	0,27%	R\$ 3.061,36	R\$ 8,27
I	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade - (Art. 392 CLT)	0,08%	R\$ 1.131,73	R\$ 0,91
TOTAL		0,83%		R\$ 21,77
Módulo 5 - Insumos Diversos				
ITEM 5 - INSUMOS DIVERSOS		%	Base de Cálculo	Valor (R\$)
A	Uniformes e EPI's		R\$ 0,00	R\$ 74,78

B	Material consumível		R\$ 0,00	R\$ 23,02
Subtotal				R\$ 97,81
	Dedução Pis / Cofins - Regime de Incidência Não-Cumulativa	9,25%	R\$ 97,81	R\$ 9,05
Total de Insumos diversos				R\$ 88,76
Nota: Valores mensais por empregado.				
Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro				
Custos indiretos, Tributos e Lucros		%	Base de Cálculo	VALOR
A	Custos indiretos	5,00%	R\$ 2.976,52	R\$ 148,83
B				
C	B1. Tributos Federais (COFINS)	7,60%	R\$ 3.962,98	R\$ 301,19
D	B2. Tributos Federal (PIS)	1,65%	R\$ 3.962,98	R\$ 65,39
E	B3. Tributos Estaduais/Municipais (ISS)	4,00%	R\$ 3.962,98	R\$ 158,52
F	Total dos tributos	13,25%	R\$ 0,00	R\$ 525,09
G	Lucro	10,00%	R\$ 3.125,35	R\$ 312,53
	Total	36,81%	R\$ 2.976,52	R\$ 1.095,59
Anexo III - B - Quadro-resumo do Custo por Empregado				
Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)				
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração			R\$ 1.439,99
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			R\$ 1.327,38
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão			R\$ 98,62
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			R\$ 21,77
E	Módulo 5 - Insumos Diversos			R\$ 88,76
Subtotal (A + B + C + D + E)				R\$ 2.976,52
E	Módulo 6 - Custos indiretos, tributos e lucro			R\$ 1.095,59
Valor total por empregado				R\$ 4.072,11

R\$ 4.783,56

R\$ 711,45

R\$ 4.072,11

JARDINEIRO								
MATERIAIS DE CONSUMO (CONSUMÍVEIS)								
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDA DE	R\$ UNITÁRIO	R\$ TOTAL	REPOSIÇÃO (MÊS)	R\$ MENSAL	TOTALMENTE CUSTEADO
1	Livro de ocorrencias.	unidade	1,0	R\$ 20,93	R\$ 20,93	12,0	R\$ 1,74	doze meses
2	Máscaras descartáveis (tripla proteção)	caixa com 50 unidades	1,0	R\$ 21,28	R\$ 21,28	1,0	R\$ 21,28	um mês
3	Protetor solar contra radiação UVA e UVB; FP UVA 24 (ampla proteção UVA/UVB) uvb 60, formulação Oil Free, água resistente, levemente perfumado, loção emulsionada, hipoalérgico. Uso profissional, para peles fototipo 1 a 6, aplicado a cada 6h, testado dermatologicamente; Atende à RDC 30/2012 ANVISA.	unidade	1,0	R\$ 61,17	R\$ 61,17	2,0	R\$ 30,59	dois meses
TOTAL							R\$ 23,02	
UNIFORMES E EPI'S								
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDA DE	R\$ UNITÁRIO	R\$ TOTAL	REPOSIÇÃO (MÊS)	R\$ MENSAL	TOTALMENTE CUSTEADO
1	Calça Jeans, com passador de cinto ou brim elástico no cós	unidade	2,0	R\$ 110,46	R\$ 220,92	6,0	R\$ 36,82	seis meses
2	Camisa de algodão malha fria, manga longa	unidade	2,0	R\$ 63,47	R\$ 126,94	6,0	R\$ 21,16	seis meses
3	Camisa tipo Polo, com mangas curtas, na cor branca, malha fria.	unidade	1,0	R\$ 67,69	R\$ 67,69	6,0	R\$ 11,28	seis meses
4	Botina de segurança com elástico lateral coberto com solado emborrachado antiderrapante	par	1,0	R\$ 49,61	R\$ 49,61	6,0	R\$ 8,27	seis meses
5	Crachá de identificação, em plástico rígido, contendo logomarca da empresa, foto e nome completo do funcionário.	unidade	1,0	R\$ 8,23	R\$ 8,23	12,0	R\$ 0,69	doze meses
6	Óculos de segurança contra respingos de produtos químicos.	unidade	1,0	R\$ 11,33	R\$ 11,33	6,0	R\$ 1,89	seis meses
7	Uniforme impermeável.	unidade	1,0	R\$ 115,68	R\$ 115,68	6,0	R\$ 19,28	seis meses
8	Boné árabe	unidade	1,0	R\$ 20,00	R\$ 20,00	6,0	R\$ 3,33	seis meses
9	Protetor auricular tipo moldável.	par	1,0	R\$ 5,52	R\$ 5,52	6,0	R\$ 0,92	seis meses
10	Capa de chuva com capuz	unidade	1,0	R\$ 29,72	R\$ 29,72	6,0	R\$ 4,95	seis meses
11	Luvas de raspa.	par	1,0	R\$ 30,78	R\$ 30,78	6,0	R\$ 5,13	seis meses
12	Bota de borracha branca.	par	1,0	R\$ 65,91	R\$ 65,91	6,0	R\$ 10,99	seis meses
13	Perneira de proteção contra picada de cobra	par	1,0	R\$ 55,43	R\$ 55,43	6,0	R\$ 9,24	seis meses
14	Avental em couro bovino, tipo raspa	par	1,0	R\$ 156,63	R\$ 156,63	6,0	R\$ 26,11	seis meses
TOTAL							R\$ 160,05	
DEDUCAO REFERENTE AOS CREDITOS TRIBUTARIOS DO REGIME DE INCIDENCIA NAO - CUMULATIVA DO PIS E DA COFINS								
MATERIAIS DE CONSUMO (CONSUMÍVEIS)							R\$ 23,02	
UNIFORMES E EPI'S							R\$ 160,05	
VALOR TOTAL PARA CÁLCULO DA DEDUÇÃO (TRIBUTÁRIA)							R\$ 183,07	
DEDUÇÃO								
PIS					1,65%		R\$ 3,02	
COFINS					7,60%		R\$ 13,91	
VALOR TOTAL DA DEDUÇÃO							R\$ 16,93	

PORTEIRO								
MATERIAIS DE CONSUMO (CONSUMÍVEIS)								
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDA	R\$ UNITÁRIO	R\$ TOTAL	REPOSIÇÃO (MÊS)	R\$ MENSAL	TOTALMENTE CUSTEADO
1	Livro de ocorrencias.	unidade	1,0	R\$ 20,93	R\$ 20,93	12,0	R\$ 1,74	doze meses
2	Máscaras descartáveis (tripla proteção)	caixa com 50 unidades	1,0	R\$ 21,28	R\$ 21,28	1,0	R\$ 21,28	um mês
TOTAL							R\$ 23,02	
UNIFORMES E EPI'S								
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDA	R\$ UNITÁRIO	R\$ TOTAL	REPOSIÇÃO (MÊS)	R\$ MENSAL	TOTALMENTE CUSTEADO

1	Calça ou Saia social, na cor preta.	unidade	2,0	R\$ 88,86	R\$ 177,72	6,0	R\$ 29,62	seis meses
2	Camisa tipo Social, com mangas curtas, na cor branca.	unidade	2,0	R\$ 86,12	R\$ 172,24	6,0	R\$ 28,71	seis meses
3	Sapato/sapatilha em couro, na cor preta, tipo social.	par	1,0	R\$ 94,63	R\$ 94,63	6,0	R\$ 15,77	seis meses
4	logomarca da empresa, foto e nome completo do	unidade	1,0	R\$ 8,23	R\$ 8,23	12,0	R\$ 0,69	doze meses
5	Capa de chuva com capuz	unidade	1,0	R\$ 29,72	R\$ 29,72	6,0	R\$ 4,95	seis meses
TOTAL							R\$ 79,74	
DEDUÇÃO REFERENTE AOS CREDITOS TRIBUTARIOS DO REGIME DE INCIDENCIA NAO - CUMULATIVA DO PIS E DA COFINS								
MATERIAIS DE CONSUMO (CONSUMÍVEIS)							R\$ 23,02	
UNIFORMES E EPI'S							R\$ 79,74	
VALOR TOTAL PARA CÁLCULO DA DEDUÇÃO (TRIBUTÁRIA)							R\$ 102,76	
DEDUÇÃO								
PIS					1,65%		R\$ 1,70	
COFINS					7,60%		R\$ 7,81	
VALOR TOTAL DA DEDUÇÃO							R\$ 9,51	

CONTÍNUO								
MATERIAIS DE CONSUMO (CONSUMÍVEIS)								
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDA	R\$ UNITÁRIO	R\$ TOTAL	REPOSIÇÃO (MÊS)	R\$ MENSAL	TOTALMENTE CUSTEADO
1	Livro de ocorrências.	unidade	1,0	R\$ 20,93	R\$ 20,93	12,0	R\$ 1,74	doze meses
2	Máscaras descartáveis (tripla proteção)	caixa com 50 unidades	1,0	R\$ 21,28	R\$ 21,28	1,0	R\$ 21,28	um mês
TOTAL							R\$ 23,02	
UNIFORMES E EPI'S								
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDA	R\$ UNITÁRIO	R\$ TOTAL	REPOSIÇÃO (MÊS)	R\$ MENSAL	TOTALMENTE CUSTEADO
1	Calça ou Saia social ou jeans, na cor azul ou preta.	unidade	2,0	R\$ 88,86	R\$ 177,72	6,0	R\$ 29,62	seis meses
2	Camisa tipo Social, com mangas curtas, na cor branca.	unidade	2,0	R\$ 86,12	R\$ 172,24	6,0	R\$ 28,71	seis meses
3	Sapato/sapatilha em couro, na cor preta, tipo social.	par	1,0	R\$ 94,63	R\$ 94,63	6,0	R\$ 15,77	seis meses
4	logomarca da empresa, foto e nome completo do	unidade	1,0	R\$ 8,23	R\$ 8,23	12,0	R\$ 0,69	doze meses
TOTAL							R\$ 74,78	
DEDUCAO REFERENTE AOS CREDITOS TRIBUTARIOS DO REGIME DE INCIDENCIA NAO - CUMULATIVA DO PIS E DA COFINS								
MATERIAIS DE CONSUMO (CONSUMÍVEIS)							R\$ 23,02	
UNIFORMES E EPI'S							R\$ 74,78	
VALOR TOTAL PARA CÁLCULO DA DEDUÇÃO (TRIBUTÁRIA)							R\$ 97,81	
DEDUÇÃO								
PIS					1,65%		R\$ 1,61	
COFINS					7,60%		R\$ 7,43	
VALOR TOTAL DA DEDUÇÃO							R\$ 9,05	

Item	Posto de serviços	Quantidade	Valor unitário	Valor mensal	Valor anual	Valor Global Estimado (2 anos)
	DESCRIÇÃO					
1	Jardineiro	1,0	R\$ 4.946,38	R\$ 4.946,38	R\$ 59.356,56	R\$ 118.713,12
2	Recepcionsita	1,0	R\$ 5.479,90	R\$ 5.479,90	R\$ 65.758,80	R\$ 131.517,60
3	Porteiro	1,0	R\$ 4.899,06	R\$ 4.899,06	R\$ 58.788,72	R\$ 117.577,44
4	Contínuo	1,0	R\$ 4.783,56	R\$ 4.783,56	R\$ 57.402,72	R\$ 114.805,44
TOTAL			R\$ 20.108,90	R\$ 20.108,90	R\$ 241.306,80	R\$ 482.613,60